



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

ARTES TUBARÃO LICENCIATURA

2024

IDENTIFICAÇÃO

Profa. Me. Márcia Cristina Sarda Espindola
Reitora

Prof. Dr. Marcus Vinicius Marques de Moraes
Vice-Reitor

Prof. Me. Jamis Antonio Piazza
Pró-Reitor de Administração

Prof. Dr. Romeu Hausmann
Pró-Reitor de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante

Profa. Dra. Michele Debiasi Alberton
Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, ARTES E LETRAS

Campus 1 – Sala 202 / Telefone: (47) 3321 0251 / E-mail: cceal@furb.br

Diretor: Profa. Mestra Carla Nolli

Vice-Diretor: Prof. Doutor Tiago Pereira

CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES TUBARÃO

Comissão de elaboração (Portaria nº 48/2022):

- Caroline Carvalho – presidente - Departamento de Artes;
- Rozinei Maria Wilvert Cabral – Departamento de Artes;
- Carla Carvalho – Departamento de Artes;
- Lindamir Aparecida Rosa Junge – Departamento de Artes;
- Marco Aurelio da Cruz Souza – Departamento de Artes;
- Renato Mór – Departamento de Artes;
- Karla Lucia Bento (Representante PROEN).

LISTA DE SIGLAS

AACC – Atividades Acadêmico-Científico-Culturais
AEE – Atendimento Educacional Especializado
AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
CAE – Coordenadoria de Assuntos Estudantis
CEE/SC – Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEUA – Comitê de Ética na Utilização de Animais
COMAVI – Comissão de Avaliação Institucional
CONAES – Comissão Nacional de Educação Superior
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPC – Conceito Preliminar de Curso
CRI – Coordenadoria de Relações Internacionais
DAF – Divisão de Administração Financeira
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais
DGDP – Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
DME – Divisão de Modalidades de Ensino
DPE – Divisão de Políticas Educacionais
DRA – Divisão de Registros Acadêmicos
DTI – Divisão de Tecnologia de Informação
EAD – Educação a Distância
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau
IES – Instituição de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
MEC – Ministério da Educação
NDE – Núcleo Docente Estruturante
NGE – Núcleo de Gestão de Estágios

NInc – Núcleo de Inclusão

PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras

PAIURB – Programa de Avaliação Institucional da FURB

PCC – Prática como Componente Curricular

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

PPC – Projeto Pedagógico do Curso

PROEN – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SINSEPES – Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Detalhamento do Curso	16
Quadro 2 - Componentes Curriculares relacionados à Extensão	25
Quadro 3 - Síntese dos modelos de disciplinas praticadas na FURB.....	41
Quadro 4 - Componentes Curriculares de cada Eixo	45
Quadro 5 - Componentes curriculares que contemplam os temas trasnversais.....	48
Quadro 6 - Distribuição de carga horária do Estágio	56
Quadro 7 - Componentes Curriculares na modalidade à Distância.....	61
Quadro 8 - Componentes Curriculares na modalidade Remota	61
Quadro 9 - Distribuição das atividades de extensão nos Componentes Curriculares	64
Quadro 10 - PCC nos Componentes Curriculares	67
Quadro 11 - Matriz Curricular.....	69
Quadro 12 - Relação de pré-requisitos	72
Quadro 13 - Detalhamento dos Componentes Curriculares	72
Quadro 14 - Estudantes por turma	132

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Núcleo e Campos da Matriz Curricular	42
Figura 2 - Curricularização da Extensão	63

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 CONTEXTO EDUCACIONAL	11
2.1 HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE	11
APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO.....	15
DADOS GERAIS DO CURSO	16
FORMAS DE INGRESSO	17
2.5 OBJETIVOS DO CURSO	18
2.5.1 OBJETIVO GERAL	18
2.5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
2.6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO E ÁREAS DE ATUAÇÃO.....	19
3 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	20
3.1 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	20
3.1.1 ENSINO.....	20
3.1.2 EXTENSÃO	24
3.1.3 PESQUISA	27
3.2 APOIO AO DISCENTE.....	29
3.2.1 ACESSO E INCLUSÃO	29
3.2.2 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS.....	32
3.2.3 MONITORIA	33
3.2.4 PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL.....	33
3.2.5 ESTUDOS COMPLEMENTARES	33
3.2.6 INTERNACIONALIZAÇÃO	33
3.2.7 IDIOMAS SEM FRONTEIRAS	36
4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA.....	37
4.1 METODOLOGIA	37
4.2 ESPAÇO E TEMPO DE APRENDIZAGEM	39
4.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	41
4.4 MUDANÇAS CURRICULARES	49
4.4.1 EQUIVALÊNCIAS DE ESTUDO	49
4.5 COMPETÊNCIAS E ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO LICENCIANDO (A)	50
4.6 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC) / ATIVIDADES COMPLEMENTARES	53
4.7 ESTÁGIO.....	53
4.8 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	58
4.9 COMPONENTES CURRICULARES NA MODALIDADE A DISTÂNCIA (EAD)	60
4.10 ATIVIDADES EXTENSIONISTAS.....	62
4.11 REGIME CONCENTRADO OU AULAS AOS SÁBADOS.....	65
4.12 SAÍDAS A CAMPO.....	66
4.13 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC)	66
4.14 ESTRUTURA CURRICULAR	69
4.13.1 MATRIZ CURRICULAR	69

4.13.2	PRÉ-REQUISITOS	72
4.14.3	DETALHAMENTO DOS COMPONENTES CURRICULARES	72
5	<u>CORPO DOCENTE</u>	<u>121</u>
5.1	COORDENADOR.....	121
5.2	COLEGIADO	121
5.3	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE).....	122
5.4	PERFIL DOCENTE	122
5.5	FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE	123
6	<u>CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO</u>	<u>125</u>
7	<u>AVALIAÇÃO.....</u>	<u>125</u>
7.1	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	125
7.2	AVALIAÇÃO DO CURSO	129
7.2.1	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	129
7.2.2	AVALIAÇÃO EXTERNA	130
7.3	AVALIAÇÃO DO PPC	131
7.4	AVALIAÇÃO DOCENTE.....	131
8	<u>INFRAESTRUTURA</u>	<u>132</u>
8.1	NÚMERO DE ESTUDANTES POR TURMA E DESDOBRAMENTOS DE TURMA	132
8.2	ESPAÇOS ADMINISTRATIVOS E DE ENSINO.....	132
8.3	BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA	133
8.4	CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA.....	134
8.5	COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).....	134

1 INTRODUÇÃO

A Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB é uma Instituição Pública de Educação Superior e que tem experiência no pioneirismo no Vale do Itajaí-SC. Em sua história podemos identificá-la como a instituição que deu o início do Ensino de Arte no estado de Santa Catarina com a qualidade essencial ao bom exercício da cidadania brasileira. Seguindo este senso pioneiro, a FURB criou no segundo semestre de 2022 o curso de licenciatura em Artes na cidade de Tubarão para o desenvolvimento e a valorização desta área de conhecimento, com recursos do FUMDES a partir do edital Nº 1.651/SED/2022. O curso é ofertado em parceria com a Universidade do Extremos Sul Catarinense – UNESC - Universidade do Extremo Sul Catarinense, de Criciúma. A FURB é responsável pelo projeto pedagógico, pela execução da proposta e pela diplomação dos estudantes.

Entendendo que a educação universitária deve estar comprometida com questões referentes à formação pedagógica e à sensibilidade artística na formação intelectual dos acadêmicos do Curso de Artes - Tubarão, busca-se nesse projeto promover um diálogo constante entre a academia e a sociedade local em busca de uma conscientização crítica dos processos sociais inerentes ao acesso do conhecimento que levem ao exercício da cidadania. Por isso, o acesso aos diversos aspectos da formação de professores para atuar com a área das Artes estará assegurado nesse PPC, para que o curso de Artes - licenciatura da FURB seja transformador e que propicie aos acadêmicos o contato com os conhecimentos pedagógicos, artísticos e culturais básicos e necessários para uma prática social dinâmica, estética e democrática.

Para isso apresentamos este projeto que tem por finalidade se adequar ao modelo de formação inicial no campo das Artes. Elaborado a partir da implementação das atuais legislações nacionais e institucionais, destacando-se as seguintes:

- Parecer CNE/CES nº 146, de 3 de abril de 2002, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Dança, Design, Direito, Hotelaria, Música, Secretariado Executivo, Teatro e Turismo.
- Parecer CNE/CES nº 195/2003, aprovado em 5 de agosto de 2003 - Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Música, Dança, Teatro e Design.
- Resolução CNE/CES nº 3, de 8 de março de 2004 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Dança e dá outras providências.
- Resolução CNE/CES nº 1, de 16 de janeiro de 2009 – Aprova as Diretrizes Curriculares

Nacionais do Curso de Graduação em Artes Visuais e dá outras providências.

- Resolução CNE/CP N° 2/2019, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC – Formação).
- Resolução n° 068/2018, de 27/08/2018, que altera a resolução n° 201/2017, de 22/12/2017, que “institui as diretrizes gerais e curriculares institucionais para os cursos de graduação da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB)”;
- Resolução n° 51/2020, de 29/07/2020, altera dispositivos das Resoluções n° 201/2017, de 22 de dezembro de 2017 e n° 68/2018, de 27 de agosto de 2018, que dispõem sobre as Diretrizes Gerais e Curriculares Institucionais para os cursos de graduação da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB.
- Resolução FURB n° 089, de 1° de novembro de 2018 que institui a Políticas dos Estágios da Fundação Universidade Regional de Blumenau.
- Resolução FURB n° 033 de 06 de julho de 2021 que aprova a criação do Curso de Graduação em Artes vinculado ao Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras da Fundação Universidade Regional de Blumenau.
- Resolução FURB n° 061 de 06 de dezembro de 2021 que institui Diretrizes Gerais e Curriculares Institucionais para os cursos de graduação da Fundação Universidade Regional de Blumenau.

Com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais a discussão tornou-se mais intensa no campo das Artes, uma vez que as normas apontam novos rumos para cursos dessa área de conhecimento. A orientação legal indicou a exclusão do termo “habilitação” e, consequentemente, a alteração na nomenclatura dos cursos. Tem sua base também orientada pela resolução CNE 02/2019 que dispõe sobre carga horária mínima de 3200 horas a serem integralizadas em no mínimo 4 anos. Partindo desta realidade, buscamos suporte na Política das Licenciaturas da FURB (2003, p. 11), que compreende o currículo como sendo:

O conjunto articulado do ensinar, aprender e avaliar com intencionalidade política e pedagógica, visando a constituição do sujeito e de sua libertação por meio de aprendizagens diversas, de forma a possibilitar uma formação atenta às questões e necessidades sociais e humanas.

Vale, portanto, salientar que ao atualizar e aprofundar os conhecimentos artísticos e estéticos em todas as suas modalidades e manifestações, busca-se fortalecer a identidade profissional dos educadores de forma a compreenderem e interagirem criticamente com as

diversas manifestações da imagem, do som, do movimento e da representação cênica, reverberando na melhoria da qualidade do ensino de arte na Educação Básica. Desta forma, pretende-se com este curso de licenciatura em Artes – Tubarão, elevar a qualidade da formação inicial de professores, promovendo a integração entre a Educação Superior e a Educação Básica. As principais ações formativas ocorrem por meio de experimentações práticas em diálogo constante com a teoria, cursos, oficinas, seminários, assessoria pedagógica, grupos de estudos, participação em projetos de extensão e orientação curricular.

Nos últimos anos, vem se discutindo no campo do Ensino da Arte a relevância da especificidade da formação docente, considerando as exigências de cada linguagem artística. Neste sentido, desde 1997, com o lançamento do PCN de Arte, já se discutia as linguagens artísticas para ser trabalhado enquanto linguagem específica na educação, sendo que neste documento a arte ganha um espaço considerável de representatividade. De lá para cá, diversos movimentos no campo do Ensino da Arte vêm acontecendo e acirrando as discussões para a relevância da não polivalência no campo da Arte e com isso a importância de profissionais específicos de cada linguagem da Arte na Educação Básica. Diante deste cenário outras propostas curriculares regionais vêm discutindo a dança enquanto linguagem da Arte e o atual documento nacional a Base Nacional Curricular Comum também dedica um espaço específico para as Linguagens da Arte. Neste movimento foi promulgada a Lei 13.278/2016, que inclui as artes visuais, a dança, a música e o teatro nos currículos dos diversos níveis da educação básica. E foi nessa perspectiva que este curso se constituiu enquanto projeto, para oportunizar os professores em formação a experimentação e a relação com as quatro linguagens artísticas durante os quatro anos de curso para que possam trabalhar no contexto educacional na área das artes como uma experiência estética. Na arte, pois ela radica a fruição estética, e na experiência estética, e as experiências artísticas surgem como potencializadora do desenvolvimento da sensibilidade humana, parte da educação integral. Entendemos, portanto que a experiência estética se realiza na e para a arte, como campo de superação do dualismo corpo/mente, sensibilidade/razão, na nossa racionalidade instrumental. Ela busca o desenvolvimento de outras formas de conhecimento, que se instituem, na sensibilidade e na imaginação criativa dos corpos sujeitos. A experiência estética assenta no conhecimento sobre a memória emotiva e os sentimentos; faz-se reflexão analítica e pensamentos discursivos mobilizados para o conhecimento do sentido (LINHARES, 1999).

A partir da missão da Universidade, o curso de licenciatura em Artes da FURB - Tubarão, assim como os demais cursos do campo da Arte (Artes Visuais, Dança, Teatro e Música) cujo corpo docente dos componentes curriculares específicos pertence ao

Departamento de Artes do campus 1, constrói sua própria missão e visão, que tem como concepção filosófica a compreensão de que a Arte gera conhecimento, tem conteúdos específicos, metodologias e avaliação que devem respeitar as especificidades próprias, além da incumbência de desenvolver a sensibilidade e habilidades técnicas de acordo com a área.

Destaca-se que a concepção deste PPC teve como elementos basilares o Plano de Desenvolvimento Institucional da FURB – PDI (2022/2026), o Projeto Pedagógico Institucional – PPI/FURB. Quanto à estruturação do texto, observou-se o Roteiro para Elaboração/Reelaboração dos PPC – Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Fundação Universidade Regional de Blumenau proposta pela PROEN.

Este Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Artes – Licenciatura é, portanto, o documento que expressa os princípios e parâmetros para a ação educativa no âmbito do referido Curso. Nele está definido o conjunto de Diretrizes conceituais, organizacionais e operacionais, as quais sintetizam as aspirações da comunidade acadêmica e estabelecem os princípios e elementos norteadores dos processos de ensinar e de aprender. Trata-se, assim, de um importante instrumento para fundamentar a gestão pedagógica e administrativa do curso referido.

2 CONTEXTO EDUCACIONAL

2.1 HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE¹

Foi na década de 1950 que surgiram as primeiras manifestações públicas em defesa da implantação do ensino superior em Blumenau. O movimento que deu origem, em 1964, à FACEB, embrião da FURB, deve ser entendido no contexto de reivindicações pelo ensino superior no estado, em expansão, e sua interiorização. A aula inaugural, proferida pelo professor da UFSC, Alcides Abreu, aconteceu apenas no dia 02 de maio de 1964, data esta reconhecida como sendo a da fundação oficial da FURB. Em 1967, foram criadas mais duas faculdades, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade de Ciências Jurídicas.

Devido ao aumento dos cursos e dispersão dos mesmos em espaços diversos, em janeiro de 1968 foi criado o Movimento Pró-Sede Própria, cujo principal objetivo era angariar

¹ Fonte: UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/FURB 2022-2026 - Disponível em: <https://www.furb.br/_upl/files/avaliacao_institucional/PDI%202022%20a%202026%20FURB.pdf?20231001154055>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

fundos para a construção dos três primeiros prédios da Instituição, por meio da venda de rifas. Em abril de 1968 inaugurou-se junto à entrada do Campus I, o marco no qual se pode ler “Juntos construímos a nossa Universidade”. O Movimento Pró-Sede Própria atingiu seus objetivos no dia 02 agosto de 1969, quando foram inaugurados os três primeiros prédios (blocos A, B e C), atualmente pertencentes ao Campus I. Além disso, ao envolver diversos municípios do Vale do Itajaí nesse movimento, contribuiu de maneira fundamental para a compreensão da importância de uma Universidade regional para o desenvolvimento da região.

Ao término da década de 1960, Blumenau contava com os seguintes cursos superiores: Economia (1964); Direito (1968); Letras (1968) com habilitações em Licenciatura em Língua Portuguesa e respectivas Literaturas, Língua Inglesa e respectivas Literaturas, Língua Alemã e respectivas Literaturas e Língua Francesa e respectivas Literaturas; Matemática (1968) - Licenciatura e Bacharelado; Química (1968) - Bacharelado; Pedagogia (1968); História Natural (1968), atual Ciências Biológicas, Licenciatura e Bacharelado.

Em 24 de dezembro de 1968, foi assinada a Lei Municipal nº 1.557 instituindo a FURB, uma entidade de direito público cujos objetivos eram a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível superior.

Em continuidade aos planos de expansão e diversificação de cursos, foram criadas: a Faculdade de Engenharia de Blumenau, a Faculdade de Educação Física e Desportos e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), depois renomeado para Instituto de Pesquisas Tecnológicas de Blumenau (IPTB). No final da década de 70, a FURB contava com novos cursos superiores: Ciências Contábeis (1972), Administração (1973), Engenharia Civil (1973), Engenharia Química (1973), Educação Física (1974) e Educação Artística (1974).

A partir da década de 1970, a FURB consolidou-se definitivamente como instituição de ensino, pesquisa e extensão. Para além de sua expansão física com os novos campi e blocos, houve o incremento na oferta e diversificação de cursos de formação no decorrer dessa década. Em 1974, é instalado o Laboratório de Línguas, que passou a atuar como escola de idiomas da Universidade. Em 1980, iniciam as atividades da Escola Técnica de Agropecuária do Vale do Itajaí, a qual, em 1981, muda sua nomenclatura para ETEVI, atualmente, consolidada como a escola de ensino médio da Universidade.

A instalação oficial da Universidade aconteceu no dia 07 de fevereiro de 1986, com a presença do ministro da educação Marco Antônio de Oliveira Maciel. No decorrer da sua trajetória, ampliou atividades de ensino, pesquisa e extensão, prestando serviços especializados e de interesse público, como o Projeto Crise (1983), o qual deu origem ao Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA) em 1995. Nessa década, também foi criado o

Instituto de Pesquisas Sociais (IPS). No campo da extensão cultural, a FURB inaugurou a sua editora, a Editora da Furb (Edifurb), em 1986, e promoveu, em 1987, a primeira edição do Festival Universitário de Teatro, atual Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau (FITUB).

No final da década de 1980, a FURB contava com outros cursos superiores: Ciências Sociais (1987), Serviço Social (1987), História (1987), Turismo e Lazer (1988) e Ciência da Computação (1988).

A década de 1990 iniciou-se com o desenvolvimento dos programas de pós-graduação, como o primeiro mestrado da Instituição, o de Educação, criado em 1991. Nessa mesma década são criados ainda os mestrados de Administração e Engenharia Ambiental (ambos em 1998) e Desenvolvimento Regional (1999). Nesse período, houve também a expansão dos grupos estáveis de cultura, somando-se ao já existente Grupo de Teatro Phoenix (1974) o Coro (1992), o Grupo de Danças Folclóricas (1994), a Orquestra (1999) e a Camerata de Violões (2000). Em 1992, foi lançado o projeto da Universidade para 3ª Idade, que teve suas atividades iniciadas no ano seguinte (1993), passando, em 1994, a denominar-se Programa de Atualização Permanente (PROAP), e atualmente denominado Programa de Educação Permanente (PROEP).

No início de 1990, foi realizado o primeiro vestibular para o curso de Medicina. Iniciou-se, também, a discussão a respeito da criação de um Hospital Dia Universitário, cujas atividades tiveram início em 2012. Os serviços de saúde da FURB, desde 1995, inseridos na rede pública de saúde, são executados de forma integrada na Policlínica Universitária que realiza os serviços de fisioterapia, psicologia, nutrição, farmácia, medicina e serviço social. A Policlínica mantém em sua estrutura laboratório de análises clínicas e farmácia - com estoque de medicamentos mantidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS e por doações de indústrias farmacêuticas. Todas as consultas e procedimentos são feitos por acadêmicos da FURB, supervisionados por profissionais de cada área. O atendimento é gratuito e segue os critérios definidos pelo SUS, ou seja, todos os pacientes são encaminhados pela rede de saúde de Blumenau e região.

Para consultas e atendimento médico especializado, o paciente obrigatoriamente é encaminhado pela Unidade de Saúde mais próxima de sua casa, exceto para consultas em pediatria e psicologia que podem ser marcadas diretamente na recepção. A Policlínica não é realiza atendimento de urgência e emergência.

Em 1999, com a expansão dos cursos na área da saúde, a Universidade inaugurou diversas clínicas (Odontologia, Psicologia e Fisioterapia), visando servir de campo de estágio

para os(as) estudantes e prestar atendimento à comunidade, seguindo o exemplo do Serviço Judiciário (1972) e do Ambulatório (1995), transferido para o Campus V em janeiro de 2014. Já em 2007, foi inaugurada a Clínica de Nutrição. Investiu-se no aprimoramento da estrutura para as práticas esportivas na FURB, com a construção do Ginásio de Esportes, em 1992, e do Ginásio-Escola, em 1997, junto ao Complexo Esportivo; como resultado, a Universidade passou a manter e incentivar ainda mais equipes esportivas e atletas. Em 1994, ocorreu a criação do Núcleo de Rádio e Televisão e, em 2003, o canal de rádio FURB FM entrou no ar.

Ao final dos anos noventa, a FURB contava com os seguintes novos cursos superiores: Secretariado Executivo Bilíngue (1990), Licenciatura em Artes Visuais (1990), Medicina (1990), Engenharia Elétrica (1990), Comércio Exterior (1991 – posteriormente denominado Curso de Tecnologia em Comércio Exterior), Arquitetura e Urbanismo (1992), Comunicação Social (1992), Teatro (1992), Fisioterapia (1994), Engenharia Florestal (1995), Psicologia (1995), Música (1995), Ciências da Religião (1997), Moda (1997), Odontologia (1998), Farmácia (1999) e Engenharia de Telecomunicações (1999).

No terceiro milênio a FURB ingressou em uma nova fase. A expansão dos cursos de graduação, na década anterior, deu lugar à consolidação dos programas de pós-graduação, por meio da oferta de: (a) novos cursos de Mestrado em Química (2002); Engenharia Elétrica e Ciências Contábeis (2005); Engenharia Química (2007); Ensino de Ciências Naturais e Matemática (2008); Engenharia Florestal (2010); Saúde Coletiva (2012); e, além desses, o Mestrado em Transformadores de Potência, oferecido em convênio com a empresa WEG (a partir de 2010); (b) novos cursos de Doutorado em Ciências Contábeis e Administração (2008), o primeiro da Instituição; Desenvolvimento Regional (2011); e Engenharia Ambiental (2013).

Em 2005, a FURB foi credenciada pelo MEC para oferecer cursos de pós-graduação lato sensu a distância e, em 2008, a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, a Associação dos Magistrados Catarinenses, a Fundação Fritz Müller e a Universidade firmaram um convênio que possibilitou a abertura de uma extensão da Escola de Magistratura no campus da FURB. Já em 2009, por meio de convênio firmado entre o Governo Federal, a Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina e as Universidades do Sistema da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), a FURB passou a participar do PARFOR. Esse programa contemplava, inicialmente, somente as instituições federais de ensino superior, porém, após diversas negociações, a ACADE foi inserida no programa, sendo, portanto, o único sistema de instituições de educação superior não federal inserido no projeto.

Em 2010, foi criada a Escola de Educação Continuada (EDECON), agregando os cursos sequenciais da FURB. A EDECON, a partir de 2013, passou a fazer parte do Instituto FURB, assim como os cursos de especialização e os serviços que eram prestados pelos três institutos de pesquisa (IPTB, IPA, IPS).

Muitos foram os investimentos na ampliação e reestruturação da estrutura física da FURB nesse período. Em 2001, a Universidade adquiriu e equipou o Campus III, o qual abriga diversas clínicas e laboratórios da área da saúde, bem como as turmas de *lato sensu*. Em 2003, foi inaugurado o novo prédio do Núcleo de Prática Jurídica (antigo Fórum do Município de Blumenau), órgão de coordenação e supervisão do Estágio Orientado de Prática Jurídica do Curso de Graduação em Direito e do Serviço Judiciário. Em 2007, foi inaugurado o Complexo Aquático, utilizado nas atividades didático-pedagógicas dos cursos de Educação Física e Fisioterapia e pelos demais estudantes e servidores da Instituição como mais uma opção para a prática desportiva.

Em março de 2010, pela Lei Complementar Municipal nº 743, votada e aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo prefeito municipal, a FURB reorganizou sua estrutura administrativa e passou à condição de autarquia municipal de regime especial, com sede e foro no município de Blumenau, estado de Santa Catarina, sendo aplicadas as prerrogativas e os privilégios da fazenda pública municipal.

Na primeira década do terceiro milênio, a FURB criou os seguintes cursos superiores: Engenharia de Produção (2000), Tecnologia em Eletromecânica em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) (2000), Sistemas de Informação (2001), Design (2003), Enfermagem (2003), Nutrição (2004), Medicina Veterinária (2006), Tecnologia em Marketing (2009), Letras – Língua Alemã (2009), Biomedicina (2012), Engenharia de Alimentos (2013), Engenharia Mecânica e Jornalismo (2014). Em 25 de junho de 2014 foi inaugurado o Hospital Escola Veterinário, infraestrutura importante para as aulas práticas do curso de Medicina Veterinária.

Passadas cinco décadas de existência, a FURB é atualmente um referencial na área de educação. É reconhecida por toda a sociedade, tendo graduado mais de 40 mil profissionais em diversas áreas do saber. Pouco mais de meio século de história, no qual a Instituição se consolidou como polo de conhecimento, reconhecida pela qualidade de sua contribuição na vida regional, nacional e global.

APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

A implantação desse curso de Artes – licenciatura responde a uma necessidade do

Edital Nº 1651/SED/2022 do PPC e justifica-se pela atualização conceitual, organizacional e operacional na relação com a necessidade local da região de Tubarão e adequação à legislação atual no que se refere a formação do professor de arte.

O Edital Nº 1651/SED/2022 pretende instrumentalizar professores em Artes para atender a demanda necessária de profissionais especializados a atender as redes, municipal e estadual, no que diz respeito a professores em Artes na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Porém, há de se observar ainda a demanda referente a profissionais qualificados a atuar no contexto cultural de Tubarão e seu entorno, que vem a ser propiciado através da oferta do Curso de Licenciatura em Artes que pretende formar o professor/artista, que atuará no campo educacional em espaços formais e não formais de ensino.

O perfil profissiográfico do estudante foi ampliado para atender as necessidades de um profissional (professor/artista/pesquisador) contemporâneo para atuar em espaços formais e não formais de educação com pensamento crítico, reflexivo, com domínio dos conhecimentos e códigos das linguagens artísticas (artes visuais, dança, música e teatro), com consciência do momento histórico e sensível às transformações da comunidade. Outro aspecto que se relaciona e que justifica esse curso é o diálogo com outras áreas de conhecimento de maneira interdisciplinar, sem perder de vista as singularidades das linguagens da arte. Assim, o curso tem consonância com a BNCC que articula a área das artes nas linguagens. Destaca-se o importante papel do Curso na formação docente para a Educação Básica de Tubarão e região, integrando ensino, pesquisa e extensão. Evidencia-se na região a existência de demanda para professores de arte, detectada pela Gerência Regional de Educação e Secretarias Municipais de Educação da região. É importante destacar que os Cursos de Artes da FURB (artes visuais, dança, música e teatro) possuem diferencial no Estado de Santa Catarina no que diz respeito à Biblioteca com amplo acervo de arte, grande parte com acesso virtual, arte na educação, com experiência em práticas na arte e na educação.

DADOS GERAIS DO CURSO

Quadro 1 - Detalhamento do Curso

Nome do Curso:	Artes
Grau:	Licenciatura
Modalidade:	Presencial
Titulação conferida:	Licenciado/a
Turno de funcionamento:	Noturno

Regime Letivo:	Semestral
Regime de Matrícula:	Por componente curricular
Número total de vagas anuais:	Turma única
Distribuição das vagas (turma única):	1º semestre: 40 2º semestre: 40
Carga horária total do curso:	Horas aula: 3870 h/a; Horas relógio: 3225 h
Duração do curso:	4 anos
Estágio Obrigatório:	486
Prática como Componente Curricular (PCC)	486
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs):	108
Trabalho de Conclusão de Curso:	144
Atividades de Extensão:	396
Atividades do Curso em EAD (%):	11%
Tempo mínimo de integralização:	4 anos
Tempo máximo de integralização:	4 anos
Organização curricular:	Eixos temáticos
Endereço:	Escola de Educação Básica Hercílio Luz Rua Coronel Cabral, 169 Centro - 88701-050 Tubarão

Fonte: NDE do Curso (2024)

FORMAS DE INGRESSO

A admissão aos cursos de graduação mantidos pela FURB acontece por meio de processo seletivo regulamentado por Edital, publicado semestralmente pela Instituição. Nos casos dos cursos oferecidos em convênio com a Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina (SED), os critérios estabelecidos no edital de seleção dos candidatos foi definido em atendimento às legislações vigentes e ao que foi definido no Edital de credenciamento para oferta dos cursos publicado pela SED. O processo seletivo para os candidatos à bolsa foi regulamentado por meio do edital nº **1651/SED/2022**, de 11 de julho de 2019.

De acordo com o Edital nº **1651/SED/2022**, para inscrição no processo seletivo, o candidato deve estar cadastrado na plataforma UNIEDU. Deve ter cursado o Ensino Médio na Rede Pública, em Fundação Educacional gratuita, em Instituição Privada com comprovação de bolsa de estudo integral, ou na Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC com declaração da Coordenadoria Regional de Educação atestando que na época, não havia escola pública de Ensino Médio no município. A admissão ao curso foi efetivada até o limite

de vagas disponíveis no edital.

2.5 OBJETIVOS DO CURSO

2.5.1 Objetivo Geral

Formar professores-artistas para atuarem no campo das artes em espaços de ensino e aprendizagem formais e não formais, constituindo-se pesquisadores da prática artística e docente, assim como agentes de desenvolvimento sociocultural atuando enquanto mediadores culturais com ética e cidadania.

2.5.2 Objetivos Específicos

- estimular a construção do conhecimento em arte visando à formação de um Professor-Artista conhecedor de si mesmo, tanto psíquica quanto fisicamente; crítico, reflexivo, dialógico e mediador, capaz de agir com empatia para atuar nas áreas da arte e da arte na educação;
- preparar profissionais conscientes, autônomos e responsáveis para atuarem como professores de arte na Educação Básica, em todos os níveis, por meio da compreensão e análise dos processos pedagógicos, dispostos à formação permanente; profissionais que tenham na pesquisa a base da construção do conhecimento em arte na educação e em propostas inclusivas comprometidas com uma educação cidadã;
- preparar profissionais multifocados e transdisciplinares aptos para atuarem como professores de arte em espaços culturais, como fundações, escolas de arte e instituições religiosas, entre outras, para elaborar e analisar materiais didáticos, realizar pesquisas em ensino da arte e coordenar e supervisionar equipes de trabalho;
- capacitar profissionais para planejar, organizar e desenvolver atividades e materiais relativos ao ensino das artes, com sólidos conhecimentos sobre os fundamentos da arte, sua história e sua interação com as diferentes áreas do conhecimento;
- formar profissionais engajados e socialmente conscientes que possam reconhecer linguagens da arte nos seus princípios histórico, social e cultural capazes de entender a diversidade de estilos, formas e gêneros presentes nas diversas manifestações;

- possibilitar o contato com e o domínio de novas tecnologias e propostas contemporâneas em educação em arte, habilitando o acadêmico a desenvolver os processos pedagógicos e artísticos bem planejados e geradores da construção de um estilo pessoal atualizado, competente e criativo como educador em arte;
- propiciar o estudo ordenado e progressivo de elementos e conceitos das linguagens na contemporaneidade, demonstrando excelência prática, sensibilidade e criação artística;
- preparar profissionais argumentativos, flexíveis e resilientes para atuarem como agentes culturais suscitando a reflexão, a fruição, a produção artística e a consequente transformação da sociedade; comprometidos com a diversidade cultural, a educação ambiental, a sustentabilidade e os direitos humanos;
- preparar profissionais que compreendam a pesquisa como base da construção do conhecimento integrando à graduação e a pós-graduação;
- capacitar profissionais preparados para o contexto do ensino das Artes em Tubarão e região, fomentando cultural e artisticamente seu município de residência e seu entorno.

2.6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO E ÁREAS DE ATUAÇÃO

O Licenciado em Artes da Fundação Universidade Regional de Blumenau constitui-se num **PROFESSOR-ARTISTA** capaz de assumir a função de agente da transformação sociocultural por meio da Arte, que conhece e domina as técnicas e metodologias da arte e da docência em arte, numa perspectiva crítica diante da realidade artística e educacional com vistas à compreensão, análise e interação das manifestações culturais. Um profissional que, além de conhecer e dominar as técnicas e metodologias do seu ofício, torne-se um Ser de visão holística e de afetividades, de discernimentos políticos e de atitudes em prol da justiça social, da igualdade e da conscientização. Um Professor-Artista sensível a novas formas de expressão, com base em referências histórico-culturais e estéticas que sustentem um olhar e uma prática contemporâneos, com espírito de pesquisador e produtor de conhecimentos na arte e na pedagogia artística para espaços formais e não formais de ensino. Também este profissional poderá atuar como agente da Cultura Artística em Fundações Culturais, em Departamentos de Desenvolvimento de Pessoas, em Grupos de Arte Comunitários e demais espaços que necessitem de uma assessoria no campo da Arte-Educação. Destaca-se ainda a formação de um profissional que articula cultural e artisticamente com o município de

Tubarão, e seu entorno, e que desta maneira se constitui um professor-artista na relação com o seu entorno e contexto.

Áreas de atuação: Professor de Artes na Educação Básica, Professor em espaços formais e não-formais de ensino de Artes, Agente Cultural e Coordenador de Grupos Artísticos.

3 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

3.1 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

3.1.1 Ensino

O PDI da FURB (2022-2026) compreendendo a universidade como um local de “[...] produzir e difundir ciência, arte, tecnologia e cultura” (ALMEIDA FILHO, 2008, p. 81), tem uma Política de Ensino que expressa no currículo formal que é necessário estar em consonância com essa missão. O currículo dos cursos da instituição oferece compatibilidade com o contexto do mundo contemporâneo, dando ênfase à formação cultural humanística, à internacionalização, à criatividade, à inovação, às práticas inter-multi-transdisciplinares, isto é, à articulação diferenciada de saberes. Sendo assim, os princípios institucionais para o ensino, em seus diferentes níveis e modalidades, pautam-se pela intencionalidade pedagógica da comunidade acadêmica da FURB, visando ao desenvolvimento humano integral.

Segundo o PDI, amparados pelos princípios norteadores do ensino, de inclusão social e respeito a dignidade humana e responsabilidade social e ambiental, bem como nas legislações pertinentes, definem-se as diretrizes de tecnologia, de articulação com temas transversais contemporâneos e de internacionalização pelo viés de práticas de ensino que orientam os projetos pedagógicos dos cursos da Universidade, os quais devem contemplar, considerando suas especificidades e na busca de concretizar as diretrizes de aprendizagem como foco do processo, de relação com a comunidade, de inovação e de formação linguística, as seguintes diretrizes: I. Aprendizagem como foco do processo; II. Educação geral; III. Flexibilização; IV. As tecnologias digitais; V. Internacionalização; IV. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A Universidade Regional de Blumenau – FURB para suprir a demanda de formação superior em Arte, por acreditar na importância da formação para alavancar o desenvolvimento cultural e artístico da região de Tubarão no estado de Santa Catarina e ainda na perspectiva de

oferecer formação que envolve as 4 linguagens artísticas, criou no ano de 2021 este curso de Artes – licenciatura a partir do edital do FUMDES lançando pela SED. Nesse sentido, o curso de Artes – licenciatura surge com a intenção de formar profissionais para exercer a docência em Arte nas escolas de educação básica e em espaços de educação não formais (OSCs, academias e estúdios de dança, Projetos etc.). Voltado especificamente para formação docente o curso se articula tendo em vista as disciplinas teóricas e práticas que qualificam o profissional professor.

O currículo compõe-se de disciplinas do eixo específico das quatro linguagens artísticas, eixo das artes (que possui componentes curriculares que objetivam trazer à discussão aspectos que são comuns ao campo da arte e do ensino da arte, neste sentido, acenam elementos que perpassam interdisciplinarmente este campo complexo e rico de conhecimento) e eixo articulador das licenciaturas, este fundamentado na política das licenciaturas da Universidade a partir da Resolução FURB nº 201/2017 alterada pela Resolução nº 051/2020.

A matriz do curso de Artes direciona-se para qualificar a formação docente com disciplinas que envolvem a discussão e reflexão das práticas pedagógicas no âmbito da Arte enquanto área de conhecimento. Nesse sentido, o curso está estruturado de forma que as disciplinas elencadas na matriz promovam um diálogo constante com áreas de conhecimento, para além da especificidade do curso. Os projetos interdisciplinares e transdisciplinares envolvendo ensino, pesquisa e extensão, estabelecem novos espaços para o licenciando de Artes, incluindo os não formais e se materializam nas Semanas Acadêmicas do curso, na participação de eventos internos como o Seminário das Licenciaturas e a Mostra Integrada de Ensino Pesquisa e Extensão – MIPE (formato online e presencial), participação de docentes e estudantes do curso em editais de pesquisa e extensão tanto próprios do Departamento de Artes, como os que agregam diferentes áreas do conhecimento, entre outros. As intersecções da prática com a teoria são trabalhadas desde a primeira fase do curso em laboratórios de arte em suas quatro linguagens. Além disso, muitos componentes preveem Prática como Componente Curricular, PCC que, em atendimento à legislação vigente, perfazem o total de 486 horas/aula nesse curso e iniciam já na primeira fase do curso. A partir da III fase a articulação teoria/prática se intensifica por meio dos estágios que seguem até VII fase. Conforme segue:

- a. Estágio entre Linguagens Artísticas na educação infantil;
- b. Estágio entre Linguagens Artísticas no ensino fundamental
- c. Estágio entre Linguagens Artísticas no ensino médio;

- d. Estágio entre Linguagens Artísticas em espaços não formais;

Desde a primeira fase do curso, ações interdisciplinares possibilitam reflexões sobre a formação docente e a atuação em campo. Dessa forma, a organização curricular compreende discussões sobre material didático (análise e produção), metodologia de ensino, tecnologias digitais, Libras, internacionalização, além de questões socioambientais, éticas, estéticas e da diversidade em seus vários segmentos, conforme propõe a Resolução nº 68/2018 e o próprio PDI da FURB. Em relação aos eventos já mencionados que promovem a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão elencamos:

- a. **Semana Acadêmica de Artes**, evento anual a ser organizado por uma comissão de acadêmicos e um professor coordenador do curso. A Semana deve abordar temas de interesse dos estudantes tanto nas áreas específicas quanto de cunho geral.
- b. **O Seminário Integrado das Licenciaturas**, do qual participam estudantes e docentes dos cursos de licenciatura da FURB e dos Programas de Formação de professores como o Residência Pedagógica, PIBID, PARFOR, PROESDE e FUMDES, entre outros quando em vigência na universidade, além de docentes e estudantes dos cursos de pós-graduação. O objetivo deste evento é a socialização de experiências discentes e docentes, principalmente dos estágios, e discussões sobre os desafios e perspectivas da profissão, da formação inicial e continuada.
- c. **Mostra Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão**, outro evento que possibilita aos estudantes a divulgação dos trabalhos realizados nas disciplinas e atividades de pesquisa e extensão do curso.

A participação dos estudantes nestes eventos mostra-se como ação efetiva para a qualificação da formação inicial conforme Art. 6º, inciso V da resolução 02/2019: “a articulação entre a teoria e a prática para a formação docente, fundada nos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando à garantia do desenvolvimento dos estudantes;” (BRASIL, 2019, p. 3).

A FURB submete projetos e tem sido contemplada em Programas do Governos Federal e Estadual que contribuem para a formação inicial do estudante do curso de Artes como:

- a. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID – vinculado à DEB/CAPES, compreende os seguintes objetivos definidos no Art. 4º da Portaria nº 96 de 18/07/2013:

- I – incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- II – contribuir para a valorização do magistério;
- III – elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- IV – inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
- V – incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério;
- VI – contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura;
- VII – contribuir para que os estudantes de licenciatura se insiram na cultura escolar do magistério, por meio da apropriação e da reflexão sobre instrumentos, saberes e peculiaridades do trabalho docente.

O Programa tem contribuído desde 2010 na FURB para qualificação e valorização da formação inicial dos licenciandos dos mais variados cursos para elevar a qualidade dos cursos de licenciatura e promovendo a integração com a educação básica.

Além das políticas e Programas elencados acima, outras ações pedagógicas contribuem para a qualificação da formação inicial do licenciando em Artes como palestras, seminários, aulas magnas, viagens de estudos e os projetos de extensão e pesquisa do departamento de Artes, oportunizando aos estudantes vivência de cunho social e científica e a transversalidade de conteúdos tanto da formação geral quanto da específica, refletindo a prática docente nos diversos contextos da educação formal e não formal, conforme prevê o PDI da FURB.

As AACCs que, em atendimento à Resolução do CNE Nº 3 DE 8 DE MARÇO DE 2004 são uma possibilidade de flexibilização do currículo, sendo que os acadêmicos podem escolher cursos, disciplinas, palestras, serviços voluntários, formações, iniciação científica com a participação em projetos de pesquisa e extensão, entre outros, específicos em sua área de interesse. As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular obrigatório.

A base da formação do profissional no curso de licenciatura em Artes está na docência, sendo o currículo constituído em um núcleo: **Formação didático-pedagógica**, e quatro campos: **Disposição Poética**; **Formação estética/estésica e ética**, **Formação teórica e Competências Técnicas**.

3.1.2 Extensão

Na FURB, em consonância com o PDI (2022 – 2026), a Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, econômico e tecnológico, que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, que promove a interação transformadora entre a FURB e os setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento.

O PNE - Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei 13.005/2014) e a Resolução CNE/CES 7/2018 definem, dentre suas estratégias, a integralização de, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação, através de programas e projetos de Extensão em áreas de pertinência social. A curricularização da Extensão proposta pela política pública desafia as instituições de ensino superior brasileiras a repensarem suas concepções e práticas extensionistas.

A meta 12.7 do PNE defende uma concepção de educação superior orientada para além da formação profissional. Parte-se do conceito de Extensão defendido pelo FORPROEX (2012) enquanto processo acadêmico definido e efetivado em função das demandas sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade e da proposta pedagógica dos cursos, coerente com as políticas públicas e indispensável à formação cidadã. A partir dessa concepção de Extensão, segundo Jezine (2004), integrante da dinâmica pedagógica curricular do processo de formação e produção do conhecimento, propõe-se a alteração da forma rígida dos cursos para uma flexibilização curricular calcada no compromisso social e na responsabilidade ético-política das universidades com a sociedade brasileira.

Para atender a devida Legislação no que se refere a curricularização da extensão, o Curso de Artes - Licenciatura optou-se pelas seguintes estratégias:

I – utilização de parte de componentes curriculares com destinação de carga horária de extensão definida no currículo e desenvolvida na comunidade;

Nesse sentido, durante os componentes curriculares com carga horária destinada para este fim, deve-se consistir em atividades orientadas de observação, regência, investigação, extensão e pesquisa bibliográfica na relação com a comunidade. Essas atividades serão realizadas por meio de intercâmbios de conhecimentos em espaços onde a arte e a educação estejam integradas com a comunidade. As ações serão conduzidas a partir da integração dos conteúdos das unidades curriculares distribuídas nos módulos semestrais de modo a estimular a percepção de que teoria e prática são indissociáveis. Entendendo-se extensão como a

integração da instituição de ensino com a comunidade, pretende-se estimular uma inserção gradual dos discentes no cotidiano de organizações escolares e não escolares. A vivência e o acompanhamento dos processos artísticos e educacionais desenvolvidos em outras instituições permite a experimentação de modalidades e metodologias de pesquisa específicas e variadas, de acordo com o contexto estudado.

Estas ações nascem, portanto, do desejo de articular a extensão como Componente Curricular para levar as discussões realizadas na universidade para a comunidade com ações concretas, especificamente relacionadas às temáticas do meio ambiente, direitos humanos, diversidade cultural. Estes componentes, portanto, têm como eixo a discussão da relação entre a prática e a teoria aplicadas em diversos espaços de educação formal e não formal no município e na região de Tubarão com o desejo de integração de projetos de arte em comunidade.

Ainda no que tange a curricularização da extensão, compreende-se que a Arte tem inserção em vários projetos para além das escolas e são estes lugares que possibilitam contemplar as especificidades que compreendem este tipo de projeto. Isso acontece atentando que a Resolução CNE/CES nº07/2018 dispõe que para fins de curricularização deverá haver uma ‘troca de conhecimento’ entre a universidade e a comunidade externa (interação dialógica), e não uma transmissão unilateral de saberes. (Resolução FURB nº99/2019, Instrução Normativa PROEN nº001/2020). Desta forma, alguns componentes curriculares do curso de licenciatura em Artes têm previsto uma carga horária (conforme quadro 2) para desenvolverem seus conteúdos específicos e posteriormente articularem pequenos projetos e apresentações na comunidade numa perspectiva extensionista, com inserção em lugares públicos ou programas que atendam crianças, jovens, idosos, pessoas com necessidades educacionais especiais, programas especiais, bem como projetos culturais existentes na cidade e região.

Quadro 2 - Componentes Curriculares relacionados à Extensão

Fase	Componente Curricular	Carga Horária Total
1ª	Arte na Educação	18
1ª	Processos criativos em Artes visuais (desenho e pintura)	18
2ª	Arte e Cultura Popular no Brasil	18
2ª	Jogos musicais	18
2ª	Teatro na Escola – práticas e metodologias	18

2ª	Dança na escola - consciência corporal e exploração do movimento	18
3ª	Arte no Espaço Urbano	18
3ª	Metodologia do Ensino das artes visuais	18
3ª	Processos de criação teatral em espaços formais e não-formais de educação	18
3ª	Práticas musicais na educação básica	18
4ª	Laboratório poético (gravura)	18
5ª	Maquiagem e Caracterização	18
5ª	Metodologia do Ensino das Artes Cênicas (dança e do teatro)	18
5ª	Fotografia	18
6ª	Tridimensionalidade (cerâmica, instalação e escultura)	18
6ª	Introdução a história da música	18
7ª	Danças folclóricas e danças populares brasileiras na escola	18
7ª	Artes Visuais no Brasil e catarinense	18
7ª	Teatro de Formas Animadas	18
8ª	Teatro Catarinense e Brasileiro	18
8ª	Prática coral	18
8ª	Poéticas e Processos de Criação em Dança na contemporaneidade	18

Fonte: NDE do Curso (2024)

Esta carga horária apresentada no quadro acima, destinada para a realização da curricularização da extensão será dividida entre os créditos teóricos e práticos, para planejamento, elaboração e realização da intervenção, e podem ser identificadas na Matriz Curricular do curso presente neste PPC.

As atividades avaliativas seguem o mesmo padrão dos demais componentes curriculares, como elaboração de relatórios, vídeos arte, análise reflexiva, entre outros a critério do professor e das características da ação desenvolvida. Como a carga horária de extensão está dentro da disciplina (contando com 18 h/a para sua prática), terá sempre o

professor acompanhando e registrando tudo.

3.1.3 Pesquisa

De acordo com o PDI (2022 – 2026), entende-se como pesquisa científica e/ou tecnológica um processo metódico de investigação, recorrendo a procedimentos técnicos e científicos para buscar respostas para problemas da comunidade universitária, sociedade, poder público, setor produtivo e terceiro setor, produzir novos conhecimentos, processos ou produtos. A pesquisa na FURB está consolidada e tem política própria, a Resolução 054/2015 (alterada pelas resoluções 014/2016 e 131/2017), que conceitua pesquisa como “um processo metódico de investigação, recorrendo a procedimentos técnicos e científicos para encontrar respostas para um problema de interesse da comunidade técnica e científica ou da sociedade e para produzir novos conhecimentos, processos ou produtos.” (PDI/FURB, 2018, p. 112).

Além dessas diretrizes institucionais, o presente PPC considera a Resolução 02 de 20 de dezembro de 2019, que determina as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial nas licenciaturas, a qual postula, entre as dez competências gerais exigidas, que o egresso saiba “Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.” (BRASIL, 2019, p. 13).

Buscando-se atender à necessidade de formação de um professor pesquisador, constam no currículo, componentes curriculares que problematizam a pesquisa de forma direta:

- na 7ª fase: Pesquisa em Artes;
- na 8ª fase: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Além destes componentes curriculares, no decorrer do curso há a possibilidade de realização de pesquisas em diversos componentes curriculares conforme a organização do plano de ensino de cada professor para cada componente.

Projetos de Iniciação Científica (IC) também integram atividades de pesquisa em Arte. Conforme consta no PDI-FURB (2022, p. 140), a IC tem o objetivo de iniciar estudantes de graduação na pesquisa científica, na direção de despertar e incentivar talentos potenciais à aprendizagem de técnicas, métodos científicos e respectivas publicações científicas. Um outro objetivo é prepará-los para o ingresso em programas de pós-graduação, como mestrado e doutorado. A FURB conta com cinco programas de Iniciação Científica: PIBIC/CNPq, PIBITI/CNPq, PIBIC/FURB (programa próprio), FUMDES/Artigo 171 e PIPE/Artigo 170, os quais, oportunizam, anualmente, 180 bolsas em média. Acrescem-se atividades de pesquisa voluntária e bolsas de pesquisa, de projeto aprovado (com bolsa) em agência de fomento.

Destacamos que professores e acadêmicos do curso de licenciatura em Arte podem participar no Grupo de Pesquisa “Arte e estética na educação” que tem como líder do grupo, a professora Doutora Carla Carvalho (PPGE da FURB) e o professor Doutor Marco Aurelio da Cruz Souza (encontros nas sextas a tarde online).

A pesquisa também está presente na parceria do curso de Artes com eventos científicos da FURB, seja por meio da apresentação de trabalhos – comunicações orais, pôsteres, mesas redondas – de autoria de licenciandos e professores do curso, seja por meio da integração desses professores em comitês científicos, responsáveis por avaliações e seleção de trabalhos submetidos aos eventos, quais sejam:

- a. Seminário das Licenciaturas, que tem por objetivo socializar pesquisas e experiências vividas por estudantes e docentes dos cursos de graduação e pós-graduação para o aperfeiçoamento dos processos de formação inicial e profissionalização docente. O Seminário busca reunir os estudantes e docentes dos cursos de licenciatura, dos Programas de Pós-Graduação da FURB nos Centros de Ciências da Educação, Artes e Letras (CCEAL), Exatas e Naturais (CCEN), Humanas e da Comunicação (CCHC), e da Saúde (CCS), de programas federais como PIBID, PARFOR e LIFE, assim como os programas FUMDES e PROESDE ligados ao Governo Estadual de Santa Catarina e da comunidade externa das redes de ensino da região de Blumenau;
- b. Mostra integrada de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (MIPE), é um espaço multidisciplinar reservado aos acadêmicos e professores para a divulgação dos seus trabalhos de pesquisa e extensão. Representa o momento de socializar a produção universitária com a sociedade, bem como de ampliar as possibilidades de inserção comunitária da FURB.

Além dessas ações a FURB tem procurado desenvolver ações voltadas à formação continuada, por meio de cursos de aperfeiçoamento e, nesse sentido, o Departamento de Artes pode oferecer como forma de incentivar o aluno à continuidade de seus estudos algumas ações como:

- PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU em Linguagens e Poéticas da Dança, com intuito de oportunizar ao acadêmico a continuar estudando, pesquisando e auxiliando seu desenvolvimento profissional;

- SEMANA ACADÊMICA, para divulgação de trabalhos e experiências científicas e realização de cursos, contando sempre com a presença de diversos palestrantes na área a que pertence o curso. Desta forma destacam-se alguns pontos que podem estar presentes na programação das semanas acadêmicas do curso de Artes - licenciatura: palestras, oficinas,

exposições, apresentações artísticas, lançamentos de livros e fomento à pesquisa. Essas atividades visam a contribuir de forma significativa para a formação profissional dos acadêmicos e para a atualização dos professores atuantes no curso, com o foco na formação do artista, nos quatro campos – Artes Visuais, Teatro, Dança e Música. Nestes momentos serão privilegiadas discussões que transversalizam a matriz curricular do curso como Tecnologias da Informação e Comunicação, Educação em Direitos Humanos, Educação Ambiental e Relações Étnico-Raciais e Gênero.

- CICLO DE PALESTRAS PARA O CURSO DE ARTES - LICENCIATURA, por meio deste projeto podem ser oferecidas palestras que visam a discussão de temas da área de Educação por meio da dança, bem como a divulgação de pesquisas realizadas por docentes e discentes do curso de artes e, ainda, o incentivo ao desenvolvimento de novas pesquisas nas diversas linguagens da arte.

3.2 APOIO AO DISCENTE

A FURB, ciente da sua responsabilidade social e consolidando seu papel para além do ensino de qualidade, disponibiliza, através da CAE, um conjunto de atividades específicas e programas de apoio financeiro que contribuem para a inclusão social, acadêmica e profissional dos(as) estudantes, visando a sua permanência e sucesso na Universidade. São atividades de atenção ao(à) estudante, gerenciadas pela CAE: (a) atendimento e acompanhamento psicossocial; (b) atendimento e acompanhamento aos(às) estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação; (c) encaminhamento aos serviços especializados de atendimento na área da saúde, jurídica e assistência social. Quanto aos programas de apoio financeiro e complementação curricular, tem-se: (a) bolsas de estudo do Art. 170, Art. 171 e Fundo Social; (b) bolsa de pesquisa do Art. 170; (c) bolsas de extensão; (d) financiamento estudantil; (e) estágio interno; (f) estágio curricular não obrigatório. O acesso aos programas de bolsas se dá através de cadastro, com inscrições abertas no início de cada semestre, gerido pela CAE. A gestão dos estágios internos e curriculares não obrigatórios acontece no NGE, vinculado à PROEN. O acesso e a manutenção do desconto fidelidade acontecem na DAF.

3.2.1 ACESSO E INCLUSÃO

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e as diretrizes adotadas pelo MEC na avaliação de cursos e de instituições de ensino superior (SINAES) são claras quanto às responsabilidades da educação superior em promover a acessibilidade e adotar princípios e práticas pedagógicas, visando garantir o

acesso, a participação e o êxito dos(as) estudantes. Neste sentido, incluir implica compreender particularidades e singularidades do sujeito, respeitar seu potencial e apostar em sua capacidade e autonomia, garantindo as condições objetivas de acessibilidade, seja através do fornecimento de recursos materiais ou de estrutura (como mobiliário adaptado, espaços acessíveis, entre outros), seja através de recursos humanos especializados (como professor(a) de AEE, profissionais de apoio) ou ainda através de recursos pedagógicos (como a adaptação de materiais).

Sendo assim, a CAE é responsável: (a) pela elaboração, implementação, execução e avaliação da política de apoio aos(as) estudantes em parceria com outras unidades da FURB (Estatuto da Fundação, Art. 63 da Resolução FURB nº 35/2010); (b) pela coordenação de ações relacionadas à inclusão dos(as) estudantes com deficiência² e altas habilidades/superdotação por meio do NInc, conforme disposto na Política de Inclusão das Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades/Superdotação (Resolução FURB nº 59/2014); (c) pelo serviço de tradução/interpretação de LIBRAS (Resolução FURB nº 08/2015).

Tendo em vista o cumprimento de suas atribuições, a CAE tem buscado fortalecer o relacionamento com os(as) estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação, bem como com aqueles(as) estudantes com quadros clínicos não equiparados à deficiência e com aqueles que apresentam impasses pessoais e dificuldades contingenciais às suas circunstâncias de vida. Através do NInc, tem trabalhado para instituir e garantir ações integradas de apoio às demandas e necessidades estudantis que possam causar prejuízo ao desenvolvimento de atividades acadêmicas/funcionais ou de sua vivência acadêmica, exigindo adequações da FURB no sentido de garantir sua permanência e sucesso acadêmicos

As atividades de atendimento à comunidade acadêmica são: assessoria técnica, atendimento psicossocial, AEE e atendimento administrativo.

A assessoria técnica, exercida por profissionais do serviço social e da psicologia, compreende:

- a) assessorar e orientar docentes e técnico-administrativos;
- b) oferecer subsídio técnico à elaboração e à execução, bem como disseminar as diretrizes para a elaboração de políticas, projetos,

² Conforme Art. 3º da Política de Inclusão da FURB, considera-se pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial e as com transtorno do espectro autista.

programas e ações institucionais de promoção à inclusão, permanência universitária e qualidade de vida estudantil;

- c) propor ações de acessibilidade em parceria com outras unidades universitárias;
- d) realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e permanência no ensino superior;
- e) gerir e planejar o cadastro socioeconômico para a distribuição de recursos dos programas de bolsa que exigem a comprovação da situação socioeconômica familiar (Art. 170, FUMDES – Art. 171 e Fundo Social).

O atendimento psicossocial, voltado aos(às) estudantes da Instituição é realizado por equipe composta por duas profissionais do serviço social e duas profissionais da psicologia. Dentre algumas ações, citam-se:

- a) entrevistar, acompanhar, orientar e encaminhar estudantes, a partir das suas especificidades e quando necessário, oferecendo escuta qualificada;
- b) desenvolver projetos de pesquisa e/ou de extensão;
- c) fazer interlocução com coordenações de cursos, docentes, assessoria pedagógica e técnico-administrativos sobre o campo de possibilidades e de limitações dos(as) estudantes;
- d) participar em reuniões com outros setores e serviços internos e externos à Universidade.

O AEE é voltado aos(às) estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação. Prevê a definição de estratégias e de recursos de acessibilidade na Universidade, orientação a docentes, entre outros, contando com uma profissional de apoio (audiodescrição) e nove intérpretes (tradução/interpretação) de LIBRAS para o acompanhamento dos(as) estudantes com surdez e professores(as) de LIBRAS. O AEE tem acontecido sob demanda de estudantes que procuram a CAE em razão da deficiência ou altas habilidades/superdotação, que por sua vez os(as) orienta sobre os programas e recursos disponíveis na Universidade e outros encaminhamentos pertinentes às áreas do serviço social e da psicologia, dependendo das demandas apresentadas.

O atendimento administrativo é responsável pelo registro, controle, solicitação e operacionalização de rotinas administrativas. Essas atividades, em conjunto com o(a) estudante, o curso e outras unidades da instituição, têm como objetivos:

- a) contribuir para o desenvolvimento da autonomia e o fortalecimento do(a)

- estudante;
- b) fortalecer a relação entre estudante e docentes / curso;
- c) estimular a busca de alternativas para a superação das dificuldades;
- d) contribuir para com a garantia do acesso, da permanência e do sucesso acadêmicos;
- e) contribuir com o estabelecimento de uma cultura inclusiva na FURB.

Além das ações inclusivas já citadas, com vistas à garantia de igualdade de condições e oportunidades educacionais, conforme institui a Resolução FURB nº 12/2018, a FURB também conta com uma política de acesso e permanência de estudantes indígenas, em que fixa vagas gratuitas para a graduação e pós-graduação e estabelece critérios de acompanhamento destes estudantes, visando a sua permanência na universidade.

3.2.2 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

A equivalência é o aproveitamento de estudos realizados pelo(a) estudante em outro curso da FURB, ou em outras Instituições de Ensino Superior, desde que legalmente reconhecidos.

As solicitações de aproveitamento de estudos deverão ser feitas através de formulário específico disponível na página da universidade (www.furb.br) e encaminhadas ao Coordenador(a) do Curso, anexando o histórico escolar e o conteúdo programático das disciplinas.

Os critérios para atendimento ao requerimento de aproveitamento de estudos devem ser observados conforme o que determina a Resolução FURB nº61/2006, sendo concedida quando o programa do componente curricular cumprido pelo(a) estudante for idêntico a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária e conteúdo.

A integralização mínima do curso poderá ter seu tempo alterado tendo em vista aproveitamento de estudos realizados anteriormente pelo estudante.

Tendo em vista as particularidades do curso, que se constitui como oferta única e se trata de um programa do FUMDES optou-se por não haver prova de suficiência. No entanto, os acadêmicos que estão realizando sua segunda ou terceira licenciatura podem solicitar equivalência de componentes curriculares realizadas anteriormente em cursos de licenciatura.

3.2.3 MONITORIA

Não se aplica.

3.2.4 PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

Os direitos, deveres, atribuições e responsabilidades dos estudantes estão descritos no Capítulo III do Regimento Geral da Universidade, Resolução FURB nº 129/2001. Na forma da legislação vigente, a FURB promove a participação direta dos representantes de seu corpo discente com direito à voz e voto nos colegiados superiores, nos conselhos de centros, nos colegiados dos cursos e nos departamentos. A representação estudantil integra, ainda, órgãos oficiais, como o DCE e os Centros Acadêmicos dos cursos.

3.2.5 ESTUDOS COMPLEMENTARES

Para atender, caso haja demanda por parte dos acadêmicos, a FURB oferece componentes curriculares de Produção Textual, Leitura e Interpretação e mesmo de Língua Estrangeira, que são ofertadas em regime de EAD e poderão ser realizadas pelos acadêmicos, é importante destacar que não se trata de componentes curriculares obrigatórias do curso.

3.2.6 INTERNACIONALIZAÇÃO

4.10.1.1 3.2.6.1 Política de Internacionalização

A Resolução nº 197/2017, de 21 de dezembro de 2017, institui a Política de Internacionalização da FURB, considerando a Visão descrita no PDI que afirma o compromisso de Ser Universidade pública reconhecida pela qualidade de sua contribuição e inovação na vida regional, nacional e global e os Valores de “[...] inovar nos processos de Internacionalização”, com objetivo de ampliar acordos de cooperação internacional nas mais diversas áreas do conhecimento, destacando a preocupação institucional em manter a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão.

Na FURB a cooperação internacional pode ser desenvolvida em seis diferentes âmbitos: Ensino Médio, Graduação, Pós-graduação e Pesquisa, Extensão, Inovação Tecnológica, Gestão Universitária e Aprendizado ou aperfeiçoamento de Idioma. A internacionalização do currículo potencializa a produção de conhecimentos em diferentes áreas de forma interdisciplinar e por meio de experiências interculturais que contribuem para o “[...] desenvolvimento acadêmico, científico, tecnológico, artístico, cultural e pessoal dos estudantes em todos os níveis de ensino.” (FURB, 2017, p. 2).

Internacionalizar o currículo implica que os cursos reconheçam formas de inserção e de relações internacionais que podem perpassar o domínio de uma ou mais línguas estrangeiras, intercâmbios discentes e docentes, realização de parcerias para eventos, pesquisas, projetos de extensão e de ensino, entre outros. A internacionalização do currículo aproxima os estudantes e docentes de questões globais e valores universais como a justiça, igualdade, dignidade e respeito possibilitando analisar os acontecimentos reais do mundo e conhecer diferentes culturas, tendo assim papel importante no desenvolvimento pleno de competências.”

São princípios norteadores da Política de Internacionalização:

- a) A produção de conhecimentos em cultura, ciência, tecnologia e inovação, relevantes para a sociedade em geral;
- b) A socialização dos conhecimentos gerados, em âmbito local, nacional e internacional;
- c) A promoção da inserção social na concepção e desenvolvimento dos projetos de internacionalização;
- d) O incentivo à interdisciplinaridade e ao trato dos temas transversais conforme resolução vigente na FURB, nas ações de internacionalização;
- e) A internacionalização das ações de ensino, pesquisa e extensão, procurando fomentar a cooperação e a integração de pesquisadores e de programas;
- f) O reconhecimento dos créditos e de atividades acadêmicas e científicas conforme normas vigentes;
- g) A ética e transparência na condução das ações de internacionalização; e
- h) A indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão.

O processo de internacionalização possibilita aos(as) estudantes e docentes experiências para viver e trabalhar num mundo interconectado. Pode-se elencar alguns benefícios que esta prática proporciona, tais como:

- a) O estudo em outros países contribui para a formação de um profissional autônomo e globalizado, capaz de atuar e resolver problemas em qualquer lugar do mundo;
- b) Permite a convivência com pessoas de outros países estimulando a empatia, a tolerância, a solidariedade, o respeito pelo outro e a diversidade cultural, características necessárias ao trabalho de equipe;
- c) Os estudantes e professores estrangeiros trazem elementos culturais,

econômicos, linguísticos, comportamentais e geográficos que enriquecem a sala de aula;

- d) Proporciona ao egresso o aumento de empregabilidade em todo o mundo e amplia o networking em escala global;
- e) Pode proporcionar ao estudante receber o diploma assinado por sua universidade de origem e pela instituição na qual estudou no Exterior, quando previsto em convênio específico.

Neste contexto, a Universidade mantém diversos convênios com instituições de ensino superior no exterior. Buscando promover a inovação, a sustentabilidade, a cultura, o bem-estar social, a qualificação e a atualização do conhecimento, ela desenvolve trabalhos em cooperação com instituições estrangeiras, por meio de programas de intercâmbio de estudantes, professores e servidores técnico-administrativos das mais diversas áreas. Os acadêmicos matriculados em curso de graduação da FURB estão aptos a se inscrever para participar de programas de intercâmbio. Essa participação é regulamentada por Editais próprios, com ofertas de programas específicos, os quais regram as condições necessárias. Por meio dos convênios, os(as) estudantes podem cursar as disciplinas sem pagar as mensalidades na FURB e no exterior, quando previsto nos respectivos Convênios. É necessário apenas o pagamento da matrícula na FURB e efetuar o trancamento, para manutenção do vínculo acadêmico. Em geral, os critérios para participação dos(as) estudantes são:

- a) Integralização de 25% dos créditos previstos na grade curricular de seu curso;
- b) Média geral igual ou superior a 7,5;
- c) Proficiência no idioma exigido pela universidade de acolhimento.

Os(as) estudantes poderão cursar disciplinas nas IESs estrangeiras pelo período de um ou dois semestres. Esta participação é regulamentada de acordo com editais próprios e ofertas de programas específicos, os quais regram as condições necessárias.

De acordo com a Resolução nº 35/2010, que homologa o Estatuto da FURB, a Coordenadoria de Relações Internacionais (CRI) tem como competência orientar, acolher e acompanhar docentes, pesquisadores e discentes estrangeiros (incoming), assim como a orientação aos docentes pesquisadores e discentes da FURB que estejam saindo (outgoing) para intercâmbio, além de suporte a projetos no âmbito da

internacionalização.

Destaca-se, ainda, que visando à internacionalização do currículo e à possibilidade de troca de experiências internacionais, desde 2012 a FURB oferta disciplinas lecionadas no idioma inglês. O estudante pode cursar disciplinas em língua estrangeira, previstas na matriz curricular do curso e que tenham disciplinas semelhantes no idioma português, sendo ofertadas em paralelo, ou ainda, como disciplinas optativas.

Entre os objetivos desta ação, destacam-se:

- a) Proporcionar experiências de educação em outro idioma em áreas específicas;
- b) Preparar estudantes para participação em intercâmbios internacionais;
- c) Oferecer disciplinas em língua estrangeira para atender a estudantes de universidades estrangeiras;
- d) Inserir a FURB no contexto da mobilidade acadêmica internacional de estudantes e docentes;
- e) Possibilitar o aprendizado e a ampliação do vocabulário do idioma em questão.

3.2.7 Idiomas sem Fronteiras

O Idiomas sem Fronteiras (IsF) na FURB é um projeto que iniciou suas atividades no fim de 2017. Objetiva promover a internacionalização da universidade a partir do ensino de língua inglesa para a comunidade acadêmica e capacitar professores em formação inicial vinculados ao projeto. Atualmente oferta cursos gratuitos de curta duração presenciais e online de língua inglesa para fins específicos. Para os estudantes de graduação da universidade, as atividades oferecidas pelo IsF são uma oportunidade de melhorar o nível de proficiência em língua inglesa e se preparar para mobilidade acadêmica.

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

4.1 METODOLOGIA

A proposta de metodologia do curso de Licenciatura em Artes Tubarão está pautada na articulação entre teoria e prática, na resolução de situações-problema e na reflexão sobre a atuação profissional. Pretende-se que em cada uma das áreas/componentes do Curso proposto, estejam garantidos os espaços curriculares, tempos e meios que permitam a construção dos conhecimentos experienciais necessários à atuação do professor, anulando a dicotomia entre a teoria e prática. Para que isso se concretize, aulas faixas num regime especial de aulas nas sextas a noite e sábados durante o dia todo são previstas para que haja espaço e tempo para o processo de poética e técnica artística, durante as quais os estudantes são incentivados a desenvolver sua autonomia na elaboração de trabalhos autorais e para que os professores em formação consigam se organizar para este curso.

Nesse sentido, a linha metodológica que norteia o Curso de Licenciatura em Artes da FURB considera os processos de ensino e aprendizagem da Arte e reconhece a mesma como área de conhecimento, com conteúdos e especificidades metodológicas próprios. Articula um conjunto de conteúdos visando promover a formação pedagógica artística e a formação estética por meio da educação do sensível para atuação do profissional de Arte na comunidade em ambientes formais e não formais de ensino. Os conteúdos específicos das Artes privilegiam a organização e a escolha da diversidade de repertórios culturais que os acadêmicos trazem para a universidade, assim como artistas eruditos e populares, locais e regionais e as diversas culturas e épocas da história.

O curso visa também a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura, elementos importantes para o ensino e aprendizagem na universidade. Esta indissociabilidade reside no fato de que as dimensões são articuladas pela intencionalidade pedagógica que envolve estudantes e docentes na tarefa de investigar e analisar o contexto sociocultural para contribuir com a coletividade. A **Prática como Componente Curricular - PCC** desenha-se por todo o curso em diversos componentes curriculares, considerando que por diversos momentos e em todos os semestres os acadêmicos terão momentos em escolas de educação básica e espaços públicos e privados de ensino de Artes Visuais, Dança,

Música e/ou Teatro. A PCC segue a carga horária mínima proposta de 405 horas (486 horas aula) atendendo a Resolução 02/2019 e nesse PPC busca colocar em prática na comunidade os conteúdos discutidos e trabalhados com estudantes durante diversos componentes curriculares do curso. Para tanto, projetos são desenvolvidos em cada um dos componentes curriculares com abordagens inovadoras conforme as necessidades de cada projeto, colocando os estudantes como protagonistas do processo durante as etapas de planejamento e ao colocarem em prática.

Sobre a especificidade do estágio obrigatório, o Curso de Artes - licenciatura o dividiu em quatro fases para atingir toda a educação básica formal, bem como a educação em espaços não formais, com início a partir da 3ª fase. Para isso levou-se em consideração as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso e da Formação Inicial em Nível Superior, bem como os assentamentos legais sobre estágio de estudantes preconizados pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. No que tange à carga horária, o documento que orientou a organização do Curso de Dança - licenciatura a foi a resolução CNE nº 02/2019, na qual ficam instituídas, por meio desta Resolução, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica. Em relação ao Sistema Estadual de Educação, as normativas do Conselho Estadual de Educação também foram observadas. Desse modo, atenta-se às Resoluções CEE/SC nº 013/2018, uma vez que a primeira fixa as normas para o funcionamento da Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina e a segunda estabelece providências e normas complementares para o funcionamento da Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina. Vale ressaltar que o Curso de Artes - licenciatura para além das determinações legais externas, buscar atender também aos aspectos internos da FURB, que lhe dão especificidades e delimitações no âmbito da própria universidade.

Esse PPC reconhece a importância das TICs para atuação profissional no mundo atual e atende ao que estabelece a Resolução CNE/MEC 2/2019 como uma das competências gerais a ser desenvolvida pelos licenciandos, qual seja:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens. (BRASIL, 2019, p. 13).

Para tanto TICs são utilizadas em processos metodológicos em diferentes componentes curriculares, como em aulas síncronas mediadas por tecnologias, aulas na modalidade EAD, elaboração de material educativo e em componentes específicos como Contexto socioterritorial da escola, Filosofia e epistemologia da educação, Dança na escola: consciência corporal e exploração do movimento, Teoria e prática pedagógica da dança contemporânea I, Práticas de letramento e recursos digitais.

A organização curricular do curso de Artes permite a estreita relação com as redes de ensino, seja pela participação dos estudantes nas PCCs que perpassa todas as fases do curso desde o início ou ainda pela curricularização da extensão e realização de eventos que reúnem comunidade e universidade no compartilhamento de experiências e saberes diversos.

4.2 ESPAÇO E TEMPO DE APRENDIZAGEM

Sob o ponto de vista institucional, a FURB vem trabalhando para modernizar as formas de aprendizagem e flexibilizar o processo de apropriação do conhecimento, com a superação das distâncias geográficas e das relações espaço-tempo, contribuindo com uma formação humana por meio da aprendizagem autônoma do sujeito. Nesse contexto, a aprendizagem híbrida vem contribuir para essa modernização e inovação, caracterizando-se como uma “metodologia pedagógica flexível, ativa e inovadora que orienta a atividade docente, estimula a autonomia, o protagonismo, a interação entre estudantes e entre estes e docentes, integrando atividades presenciais e não presenciais, com alternância em diferentes tempos e espaços” (MEC, 2021, Texto Referência Educação Híbrida).

Assim, a partir da Resolução FURB nº61/2021, as disciplinas dos cursos de graduação da FURB poderão ser organizadas mesclando as diversas formas de interação para potencializar o desenvolvimento das competências desejadas para egresso. Os modelos existentes, resumidos no Quadro 3, são:

- a) **presencial:** a mediação didático-pedagógica ocorre em ambiente físico, com as atividades desenvolvidas por estudantes e professores que estejam em lugares e tempos idênticos;
- b) **remoto:** a mediação didático-pedagógica ocorre com a utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), com as atividades

desenvolvidas por estudantes e professores que estejam em lugares diversos, porém, em tempos idênticos;

- c) **OnLife:** a mediação didático-pedagógica ocorre, simultaneamente, com a utilização de TICs, com atividades desenvolvidas por estudantes presenciais e/ou conectados remotamente, e professores presenciais, ambos em tempos idênticos;
- d) **Flex:** a mediação didático-pedagógica ocorre com parte da carga horária presencial e outra parte remota e/ou Onlife, ou seja, uma mistura do modelo presencial com os modelos remoto e/ou OnLife;
- e) **a distância (EaD):** a mediação didático-pedagógica ocorre com a utilização de TICs com atividades desenvolvidas por estudantes e professores que estejam em lugares e tempos diversos, com dois encontros presenciais conforme legislação específica;
- f) **semipresencial:** a mediação didático-pedagógica ocorre com parte da carga horária presencial e outra parte a distância, observados os limites máximos de distribuição da carga horária estabelecidos no item 4.8 deste PPC.

Quadro 3 - Síntese dos modelos de disciplinas praticadas na FURB

modelo	professor está	estudante está	avaliações são
presencial	presencial	presencial	presenciais e/ou extraclasse, conforme plano de ensino
remoto	remoto	remoto	remotas
OnLife	presencial	presencial ou remoto	presenciais e/ou remotas, conforme plano de ensino
Flex	parte presencial e parte remoto e/ou OnLife	parte presencial e parte remoto e/ou OnLife	presenciais e/ou remotas, conforme plano de ensino
EaD	maior parte a distância e encontros agendados	percurso guiado e encontros agendados	a distância e presenciais, conforme o plano de ensino
semipresencial	parte presencial e parte a distância	parte presencial e parte percurso guiado	a distância e presenciais, conforme o plano de ensino

Fonte: organizado pela DPE (2022).

4.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Este capítulo apresenta a organização curricular do Projeto Pedagógico do Curso de Artes - Licenciatura da FURB, tendo como pressuposto as recomendações e sugestões das novas Diretrizes Curriculares estabelecidas pelo Ministério da Educação:

- Diretrizes Curriculares para os Cursos de Dança;
- Diretrizes Curriculares para os Cursos de Artes Visuais;
- Diretrizes Curriculares para os Cursos de Música;
- Diretrizes Curriculares para os Cursos de Teatro;
- Diretrizes Curriculares Gerais para as Licenciaturas.

Dentre os vários aspectos tratados no curso, ressalta-se especialmente a definição de que a formação do professor de artes deverá abranger de forma integrada à docência em primeira instância, bem como a gestão, a pesquisa, a elaboração, execução e acompanhamento de projetos culturais e atividades educativas. Como mencionado anteriormente, a base da formação deste curso de licenciatura em Artes está na docência, sendo essa constituída em um núcleo: **Formação didático-pedagógica**, e quatro campos: **Disposição Poética**; **Formação estética/estésica e ética**, **Formação teórica** e **Competências Técnicas**, conforme figura 1. A figura que segue demonstra os campos de formação e a centralidade que este núcleo recebe na concepção deste curso.

Figura 1 - Núcleo e Campos da Matriz Curricular



Fonte: Cursos de Artes FURB (2017)

A Matriz Curricular do Curso de Artes - licenciatura articula ainda nesse desenho inovador de organização por campos que se relacionam com um núcleo central de formação docente os elementos que se relacionam na construção do saber no Ensino da Arte. Este núcleo e sua relação com os campos não podem ser pensados de forma separada, pois o conhecimento em Arte se relaciona em aspectos que envolvem o estético, o ético, o estésico, o poético, o técnico e o conhecimento específico acerca da teoria que sustenta a arte. Por ser uma licenciatura, compreende-se que, para a formação do professor/artista, é necessário que

este compreenda as especificidades da arte na relação com a docência. Neste processo compreendemos que na formação do professor/artista é importante que este se perceba num processo de formação que integra os campos da arte com a especificidade pedagógica.

Diante disto, o Currículo tem como núcleo central a **Formação Didático-Pedagógica**, e considerando a formação do Professor/Artista, estão articulados outros quatro campos: **Disposição Poética; Formação estética/estésica e ética, Formação teórica e Competências Técnicas**. Na formação artística estes campos se articulam de maneira integrada, pois o artista, assim como desejamos o professor de arte, não são compreendidos como razão apartada da emoção ou sensibilidade. Compreende-se o sujeito como um todo, que lança mão dos saberes necessários no processo de criação artística bem como no processo de sistematização do conhecimento e na docência.

O Núcleo central e os campos que compõe este curso de formação do professor/artista/pesquisador compreendem que o ensino, a criação, a extensão e a pesquisa dialogam entre si e buscam atender a uma formação contemporânea e problematizadora na área da arte.

O **Núcleo da Formação didático-pedagógica** está relacionado ao campo do fazer docente, à prática pedagógica, parte do processo de formação no curso de Licenciatura em Artes. Ele ganha a centralidade em todo o processo, pois se compreende que por ser um curso de licenciatura o objetivo central é a formação docente. Nesse sentido, por se tratar de uma licenciatura em Artes, o eixo central é a formação de um professor/artista/pesquisador, com foco nos saberes que envolvem a docência e compreende a arte como área de conhecimento, por meio do conhecimento cultural e artístico a ser partilhado com crianças, jovens e adultos em espaços formais e não formais de ensino. É importante destacar, portanto, que as dimensões didático-pedagógicas na formação do (a) licenciado (a) em Artes, estarão presentes ao longo de todos os núcleos curriculares e em diálogo com os demais campos. A disciplina de Libras (Dec. nº 5.626/2005) está prevista na estrutura curricular do curso identificada como Libras na Educação está ofertada na sexta fase do Curso de Licenciatura em Artes Tubarão da FURB.

O campo de **Formação Estética/Estésica e Ética** articula componentes que são do eixo específico do campo da estética, da estesia e da ética em discussões teóricas e práticas, pois compreende-se que estes três aspectos são relevantes na compreensão da arte. No campo mais específico da estesia e da relação com o corpo, foram pensados componentes que ampliam e possibilitam a relação com o campo do sensível, com o conhecimento de si, do contexto e dos outros que os cercam, por meio dos sentidos. Compreende-se o corpo e o

sujeito cidadão como protagonistas e busca-se transversalizar as linguagens artísticas em propostas de educação estética. A discussão acerca da estesia e anestesia na contemporaneidade fazem-se presentes na medida em que se discutem a estética em nosso tempo, por este motivo este eixo faz-se relevante e articulado às questões éticas da contemporaneidade.

Como não pensar em arte de nosso tempo sem pensar em nosso corpo, no que podemos ou não em nosso tempo? Em que aspectos da cidadania, direitos humanos, questões étnico raciais, ecológicas, presentes hoje na produção artística e presentes na contemporaneidade?

O núcleo denominado **Competências Técnicas** é composto por disciplinas que compreendem a relevância do saber técnico nas áreas específicas das artes e aspectos da composição técnica de uma produção artística. Por este motivo foi denominada de competências técnicas, pois tanto ao artista quanto ao professor são relevantes, pois atuarão em espaços que demandarão estes conhecimentos.

O campo denominado de **Disposição poética** tem como foco o processo criativo. Isto não significa que o processo criativo não exista em outras disciplinas, mas estas por si só têm como motivação no seu processo de concepção a *poiesis*. Tanto na arte como na docência em arte. Compreende-se por disposição poética a relação do sujeito com seu corpo, com o outro e com seu contexto, munido de conhecimento prático, estético, artístico, estésico que o levem para o processo de criação. Neste sentido, a disposição poética é este todo que nos mobiliza ao ato poético na arte.

O campo de **Formação Teórica** compreende conceitos teóricos do campo da arte, história, antropologia e educação. Acredita-se que ao professor/artista são necessárias compreensões que fundamentam o campo da arte e da educação em arte, com o intuito de possibilitar reflexões sobre o corpo e a história do corpo na produção em arte, bem como o corpo na educação, refletindo acerca de aspectos contemporâneos que se colocam em nosso tempo tanto no campo da arte quanto no campo da educação em arte. Nestes componentes Curriculares ainda se encontram contempladas algumas discussões dos requisitos legais como: relações étnico-raciais, direitos humanos e educação ambiental.

Volta-se a afirmar que estes campos se articulam ao núcleo e entre si, num movimento dinâmico, pois se observa que nestes componentes curriculares elementos podem ser discutidos nestes ou naqueles campos, característica própria da arte e do conhecimento artístico. Assim, nesta matriz, buscou-se olhar para o campo da arte e suas relações com a docência, o conhecimento teórico, prático, poético, estético, estésico e ético como campos,

linhas que se relacionam dialeticamente. A Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Artes da FURB está dividida em 8 semestres e organiza-se a partir da filosofia pedagógica dos demais cursos de graduação do Departamento de Artes e do Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras da FURB cuja formação artística está aliada à formação docente.

O Curso de Artes - licenciatura tem sua matriz curricular estruturada a partir de três eixos que estruturam todos os cursos de Artes da FURB:

- **Eixo Articulador das Licenciaturas (EAL);**
- **Eixo de Articulação das Artes (EAA); e**
- **Eixo Específico (EE).**

Estes três eixos desenham um curso que articula a especificidade da docência e a em eixos curriculares que possibilitam ao acadêmico compreender como se dá o processo de formação artística, estética e cultural pessoal à medida que pensa e se constitui professor de arte.

O eixo articulador das Licenciaturas tem como objetivo pensar cuidadosamente a formação do licenciando, trazendo disciplinas que são comuns a todos os cursos de licenciatura na universidade.

O eixo articulador das Artes conta com as componentes curriculares que discutem o ensino aprendido da arte, por meio das suas particularidades e necessidades, assim como para cada linguagem da arte, apresentando componentes que fazem refletir e propor prática e teoricamente o ensino das Artes Visuais, da Dança, da Música e do Teatro, e o ensino estabelecido entre linguagens artísticas.

O eixo específico são componentes curriculares que objetivam trazer a discussão aspectos que são comuns ao campo da arte, neste sentido, acenam elementos que perpassam interdisciplinarmente este campo complexo e rico de conhecimento. Apresenta ainda componentes que são específicos de cada área e considera a arte como objeto artístico, de investigação e de conhecimento, bem como os processos de ensino e aprendizagem das Artes Visuais, Dança, Música e Teatro.

As componentes curriculares que se organizam em cada eixo estão descritas no quadro abaixo e a carga horária destinada para cada componente pode ser identificada na Matriz Curricular deste PPC:

Quadro 4 - Componentes Curriculares de cada Eixo

EIXO ARTICULADOR	EIXO DE ARTICULAÇÃO DAS	EIXO ESPECÍFICO
------------------	----------------------------	-----------------

DAS LICENCIATURAS	ARTES	
História da Educação	Arte na Educação	Processos criativos em Artes visuais (desenho e pintura)
Contexto socioterritorial da escola	Arte e Cultura Popular no Brasil	Contextos históricos da Dança em Santa Catarina
Teorias pedagógicas	Arte no Espaço Urbano	Jogos Musicais
Filosofia e epistemologia da educação	Metodologias do Ensino das Artes Visuais	Teatro na Escola – práticas e metodologias
Fundamentos e organização curricular	Estágios Entre Linguagens Artísticas na educação infantil	Dança na escola – consciência corporal e exploração do movimento
História da Cultura Afro-brasileira e Indígena	Percussão	Processos de criação teatral em espaços formais e não-formais de ensino
Psicologia da Educação	Estágio Entre Linguagens Artísticas no ensino fundamental	Práticas Musicais na Educação Básica
Didática	Estágio Entre Linguagens Artísticas no ensino médio	Laboratório Poético (gravura)
Práticas de Letramentos e Recursos Digitais	Estágio Entre Linguagens Artísticas em espaços não formais	Contextos históricos da Dança no Brasil
Laboratório de Arte e Estética na Educação	Pesquisa em Arte	Educação Vocal
Libras na Educação	Trabalho de Conclusão de Curso	Maquiagem e Caracterização

Educação Especial: teoria e prática		Metodologia do Ensino das Artes Cênicas (dança e do teatro)
Gestão e Organização da Escola		Fotografia
Políticas Públicas e Legislação da Educação		Tridimensionalidade (cerâmica, instalação e escultura)
		Introdução a história da música
		Dança Contemporânea
		Danças folclóricas e danças populares brasileiras na escola
		Artes Visuais no Brasil e catarinense
		Teatro de Formas Animadas
		Teatro Brasileiro e Catarinense
		Prática Coral
		Poéticas e Processos de Criação em Dança na contemporaneidade

Fonte: NDE do Curso (2024)

Conforme estabelecido pela legislação vigente, é essencial que temáticas transversais sejam incorporadas aos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, com o intuito de promover uma formação integral do cidadão. Isso se dá por meio de um desenho curricular que articule o conhecimento teórico desenvolvido em sala de aula com as demandas e realidades da sociedade. O quadro 5 tem como finalidade identificar as disciplinas que

contemplam os conteúdos previstos na legislação nacional apresentando as componentes curriculares que compõem os temas transversais:

Quadro 5 - Componentes curriculares que contemplam os temas transversais

Temática abordada	Fundamento legal	Componente Curricular
Educação em Direitos Humanos	Resolução CNE/CP no 1/2012, decorrente do Parecer CNE/CP no 8/2012	- Arte e Cultura Popular no Brasil; - História da Cultura Afro-brasileira e Indígena; - Estágio entre Linguagens Artísticas em espaços não formais; - Teatro de Formas Animadas; - Poéticas e Processos de Criação em Dança na contemporaneidade.
Educação das Relações Étnico-Raciais	Lei no 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), com redação dada pela Lei nº 10.639/2003 e Lei no 11.645/2008; Resolução CNE/CP no 1/2004, decorrente do Parecer CNE/CP no 03/2004	- Arte e Cultura Popular no Brasil; - História da Cultura Afro-brasileira e Indígena; - Estágio entre Linguagens Artísticas em espaços não formais; - Artes Visuais no Brasil e Catarinense; - Teatro de Formas Animadas; - Teatro Catarinense e Brasileiro.
Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e indígena	Lei no 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), com redação dada pela Lei nº 10.639/2003 e Lei no 11.645/2008; Resolução CNE/CP no 1/2004, decorrente do Parecer CNE/CP no 03/2004	- Arte e Cultura Popular no Brasil; - História da Cultura Afro-brasileira e Indígena; - Teatro Catarinense e Brasileiro.

Políticas de Educação Ambiental	Lei no 9.795/1999; Decreto no 4.281/2002 (regulamento); Resolução CNE/CP no 2/2012	- Estágio entre Linguagens Artísticas em espaços não formais; - Artes Visuais no Brasil e Catarinense; - Teatro de Formas Animadas; - Poéticas e Processos de Criação em Dança na contemporaneidade.
--	---	---

Fonte: NDE do Curso (2024)

4.4 MUDANÇAS CURRICULARES

4.4.1 EQUIVALÊNCIAS DE ESTUDO

No terceiro semestre do Curso os estudantes tem em sua matriz a componente curricular de Fundamentos e Organização Curricular, porém, durante o curso os estudantes realizaram a componente curricular de Fundamentos da BNCC e do Currículo Base Catarinense. Essa alteração se deu em função da oferta do curso juntamente com o curso de Licenciatura em Letras em Tubarão, aonde os estudantes tiveram em sua matriz a disciplina de Fundamentos da BNCC e do Currículo Base Catarinense, optou-se neste sentido de manter ambas as turmas com a mesma disciplina, para que pudessem cursar juntas, conforme proposta dos Cursos, ambos ofertados e ocorrendo em Tubarão. Percebeu-se ainda que, por se tratar de uma demanda específica para atender as redes municipais e estaduais de ensino de Santa Catarina, a componente curricular estava em concordância com a necessidade do edital a que o curso se destina a atender.

Pode-se observar pelas ementas que uma disciplina é equivalente a outra, conforme as ementas abaixo:

Fundamentos e Organização Curricular

Ementa: Currículo: conceitos e fundamentos teóricos. Diretrizes Curriculares para a Educação Básica. BNCC e Propostas Curriculares Estaduais e Municipais: fundamentos e organização. Debates contemporâneos no campo do currículo. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.

Fundamentos da BNCC e do Currículo Base Catarinense

Ementa: História de construção da BNCC e do Currículo Base do Território Catarinense (CBTC). Estrutura curricular da BNCC e do CBTC. Diretrizes para implementação da BNCC e do CBTC nos Projetos Político - Pedagógicos das unidades escolares. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica. Diversidade como princípio formativo. Educação para as relações étnico-raciais.

4.5 COMPETÊNCIAS E ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO LICENCIANDO (A)

Para apresentar as competências que os estudantes do Curso de Artes – licenciatura da FURB deverão adquirir, partiremos de um documento norteador a que compreendemos necessário a formação do licenciando (a):

BNC Formação que apresenta as seguintes Competências Gerais Docentes:

1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao compartilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.

6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

Embasados nestas premissas construiu-se um percurso que não tende apenas para uma sequência de disciplinas, mas a uma trajetória em que os saberes, conhecimentos, capacidades, habilidades, atitudes, valores e emoções (GOMEZ, 2015) intercambiem-se e gradativamente formem um profissional Técnico e Tecnologicamente atualizado, Ético e Poeticamente sensibilizado, Teórico e Praticamente competente, além de um Ser Humano socialmente consciente e justo. Compreendemos, portanto, que ao desenvolver as habilidades descritas na BNC Formação formaremos professores que compreendem seu papel docente.

O curso de Artes – licenciatura pretende formar o PROFESSOR- ARTISTA, neste sentido, espera-se ainda que os licenciados(as) desenvolvam, no decorrer do curso, as

competências:

1. reconhecer e analisar estruturas metodológicas e domínios didáticos relativos ao ensino da Arte com atuação consciente, crítica, reflexiva e comprometida com a transformação social conforme o objetivo de desenvolver consciência crítica para o desempenho de seu papel como profissional docente na contemporaneidade;
2. realizar trabalhos de maneira interdisciplinar, estabelecendo um diálogo entre linguagens, propiciando a relação entre o conhecimento científico e a realidade social de cada espaço formativo conforme descreve o objetivo de desenvolver a atitude científica por meio da pesquisa para realização de investigações voltadas para a relação corpo, sociedade, arte e educação como base para o planejamento e o desenvolvimento de ações pedagógicas;
3. dominar as habilidades indispensáveis ao trabalho da Arte com pessoas com necessidades especiais (diagnóstico, expectativa e necessidades) que dialoga com o objetivo de formar um profissional ético e reflexivo que elabore e promova experiências de ensino aprendizagem no campo de conhecimento da arte, buscando enfrentar os desafios da sociedade contemporânea contribuindo com a educação do sensível;
4. reconhecer as tecnologias de comunicação e informação a serem utilizadas como ferramentas educacionais no processo de ensino e aprendizagem e produtivo em arte conforme o objetivo que busca desenvolver processos de ensino-aprendizagem em uma interlocução contributiva e em acordo com as dinâmicas que compreendem o espaço formal e não formal, com suas múltiplas possibilidades de trabalho educativo que fundamenta e estrutura o conjunto de saberes da profissão docente em arte;
5. ter atitude investigadora e sensível para a investigação das possibilidades do ensino da arte e processos criativos, valorizando as manifestações da cultura popular, do corpo e do universo da arte na contemporaneidade e por meio de pesquisa, da construção do conhecimento das linguagens da arte para desenvolver a atitude científica e compreender as relações que permeiam o corpo e sua interfaces;
6. compreender-se quanto profissional argumentativo, flexível e resiliente para atuar como agente cultural suscitando a reflexão, a fruição, a produção artística

e a consequente transformação da sociedade; comprometido com a diversidade cultural, a educação ambiental, a sustentabilidade e os direitos humanos.

4.6 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC) / ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares (AC) são componentes curriculares obrigatórios que integram a carga horária dos cursos de graduação e visam contribuir para a formação integral do estudante, favorecendo a ampliação do seu universo cultural e social por meio da pluralidade de espaços de formação educacional do estudante.

As Atividades Complementares podem ser desenvolvidas dentro ou fora do ambiente da Universidade, e podem ser realizadas a qualquer momento ao longo do período de integralização do curso de graduação.

No curso de Licenciatura em Artes Tubarão o estudante deverá obter um total de 108 h/a de ACs, sendo obrigatória para obtenção do grau respectivo.

De acordo com o Art. 5º da Resolução nº 019/2024 constituem ACs:

- a) atividades de ensino;
- b) atividades de pesquisa;
- c) atividades de extensão, conforme definido na Política de Extensão da FURB;
- d) atividades culturais;
- e) atividades profissionais;
- f) atividades administrativas estudantis;
- g) atividades comunitárias; e
- h) atividades artísticas e de produção cultural.

Para efeitos de integralização das horas de atividades complementares, o estudante deverá cadastrar cada atividade no sistema próprio disponibilizado pela FURB (www.furb.br/aacc/) para análise e validação pelo respectivo coordenador.

4.7 ESTÁGIO

De acordo com a Política de Estágios estabelecida pela Resolução FURB no 89/2018,

o estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, como parte integrante do itinerário formativo do estudante, e “visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho” (Art. 3º).

O Estágio curricular obrigatório do Curso de Licenciatura em Artes Tubarão está organizado com base nos princípios norteadores descritos no Art. 7º da Resolução CNE/CP 2/2019 que indicam:

VII - integração entre a teoria e a prática, tanto no que se refere aos conhecimentos pedagógicos e didáticos, quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado;

VIII - centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). (BRASIL, 2019, p. 3).

De acordo com a Política das Licenciaturas da FURB, o estágio, diante da diversidade de componentes de um currículo, é elemento cada vez mais significativo e como tal, precisa adquirir novas formas de ser concebido e organizado. Precisa ser pensado ao longo do processo de formação e não só ao seu final, com a criação de mecanismos que levam ao rompimento da cultura dissociativa existente entre teoria e prática. Deve oportunizar a análise crítica das teorias a partir da vivência de experiências práticas para a construção do conhecimento. O Estágio não é, apenas, um espaço de treinamento profissional, mas uma realidade na qual está inserido.

O estágio curricular no Curso de Artes da FURB é compreendido como processo de articulação entre teoria e prática. Nesse sentido, não pode ser entendido como experiência profissional a ser desenvolvida num momento isolado e/ou ao final do curso. Em vez disso, precisa ser projetado como atividade que integra toda a formação, percorrendo este processo formativo em uma perspectiva de transversalidade articulada com os demais componentes curriculares.

De um lado, os conhecimentos teóricos que embasam o estágio contribuem para interpretar criticamente a realidade dos processos educativos, seus conflitos e contradições, ao mesmo tempo em que servem para compreender o cotidiano das instituições e neles a profissão de pedagogo nas suas mais diversas áreas. De outro, a preparação das atividades de estágio constitui-se num momento de mobilização e de articulação de conhecimentos/conceitos que possibilitam estabelecer uma mediação teórica e intencional, criando condições para pensar uma atuação fundamentada. Cientes de que o contato com a

realidade não se restringe ao momento do estágio.

Os estágios neste Curso de Artes (Licenciatura) classificam-se em obrigatórios e não obrigatórios. Estes apresentam-se como um dos elementos possíveis de articulação entre teoria e prática e de conhecimento sobre o cotidiano profissional.

Para os estágios de natureza obrigatórios a serem realizados na educação básica, será necessário a formalização junto às Secretarias de Educação do Município e Estado para que os alunos possam realizar seus estágios em escolas públicas. O estágio curricular poderá ser realizado também em escolas particulares.

Os estágios serão integrados com as Redes de Educação Básica municipais e estaduais, neste sentido dar-se-á a regulamentação junto de efetivo comprometimento entre a universidade e as Redes municipais e estaduais de Educação, em um compromisso que se instituirá por meio do Termo de Compromisso de Estágio e se efetivará na prática por meio de práticas de observação e aplicação de aulas, sempre no efetivo envolvimento com a disciplina de Artes nas Escolas.

O Estágio Curricular Obrigatório no curso corresponde a 486 horas/aula, desenvolvido em espaços culturais e escolas de educação básica, públicas e privadas. Os estágios de configuram como: Estágio Entre Linguagens Artísticas na Educação Infantil (4ª fase); Estágio Entre Linguagens Artísticas no Ensino Fundamental / Anos Iniciais e Finais (5ª fase); Estágio Entre Linguagens Artísticas no Ensino Médio (6ª fase); Estágio Entre Linguagens Artísticas em Espaços Não-Formais (7ª fase). Os estágios obrigatórios são divididos em dois momentos: um para organização, planejamento, discussão em sala de aula (2 créditos) e a parte referente ao campo dos estágios obrigatórios que devem ser realizados em horários diferente do qual o estudante está matriculado, considerando a carga horária do curso, bem como as especificidades do campo de estágio. Então, os acadêmicos do curso de Artes - licenciatura noturno poderão cumprir os estágios nos períodos matutino, vespertino e noturno.

O estágio constitui uma das modalidades de prática a ser realizada diretamente em unidades escolares dos sistemas de ensino e espaços não-formais de ensino aprendizagem, sob a forma de uma ação desenvolvida enquanto vivência profissional. Desse modo, o discente deverá cursar quatro (4) disciplinas de Estágio, perfazendo um total de 486 h/a, distribuídas durante os oito semestres do curso.

Os estágios têm início na quarta fase, o estudante realizará o Estágio Entre Linguagens Artísticas na Educação Infantil, com a carga horária de 144h/a que tem como objetivo compreender as práticas de ensino aprendizagem para o espaço da Educação Infantil, refletindo práticas específicas para os bebês, a partir dos 4 meses até as crianças de 5 anos. O estágio

pretende discutir o ensino formal e as práticas de mediação artística.

O Estágio Entre Linguagens Artísticas no Ensino Fundamental dar-se-á na quinta fase do curso e tem a carga horária de 144h/a, onde o estudante compreende as dinâmicas da escola, observa a estrutura da escola, realiza observação dos professores e ministra aulas, sendo que se pretende que o estudante compreenda prática relativas às necessidades do Ensino Fundamental e o espaço da escola. O estágio pretende discutir o ensino formal e as práticas de mediação artística.

Na sexta fase o estudante adentrará ao Estágio Entre Linguagens Artísticas no Ensino Médio com uma carga horária de 90h/a. No espaço do Ensino Médio o estudante compreenderá as dinâmicas da escola a que estiverem inseridos, realizando observação da escola, das aulas e aplicando aulas, numa perspectiva de compreender as práticas necessárias e possíveis para o ensino aprendido das linguagens da Arte no Ensino Médio. O estágio pretende discutir o ensino formal e as práticas de mediação artística.

O quinto e último estágio vai do espaço do ensino formal da escola para a comunidade, neste sentido o Estágio Entre Linguagens Artísticas em Espaços não formais, com carga horária de 108h/a pretende que o estudante selecione espaços e propostas de espaços não-formais de ensino aprendido que possam dialogar com o ensino das linguagens da Arte. Para o estágio de ensino em espaços não formais o estudante lançará possibilidades diversas de estágio, selecionando o que melhor se encontra com seus interesses, de propostas virtuais na relação com a tecnologia às comunidades diferenciadas, de práticas de ensino á práticas de mediação artística.

Em todas as fases do Estágio, o aluno estará em contato com a escola campo de estágio e terá que pesquisar, analisar e refletir sobre suas observações e anotações em trabalhos acadêmicos e/ou em seminários de socialização, além de registrar por meio do diário de campo reflexivo e produzir relatórios e artigos a partir das práticas realizadas.

A organização do Estágio do curso de Artes está assim distribuída, conforme quadro 6 abaixo:

Quadro 6 - Distribuição de carga horária do Estágio

	4 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a
--	----------------	----------------	----------------	----------------

	Estágio Entre Linguagens Artísticas na Educação Infantil	Estágio Entre Linguagens Artísticas no Ensino Fundamental	Estágio Entre Linguagens Artísticas no Ensino Médio	Estágio Entre Linguagens Artísticas em Espaços não formais
Carga horária da disciplina/ número de créditos por fase	144h/a	144h/a	90h/a	108h/a
	8 créditos	8 créditos	5 créditos	6 créditos
Horas de atividades presenciais na Universidade (25%): Horas para orientações	36h/a	36h/a	36h/a	36h/a
Horas de atividades na instituição concedente – campo de estágio: elaboração de materiais, diários de campo, escrita de plano de aula, observação e aplicação de aulas, sistematização e escrita acadêmica	108 h/a	108 h/a	54 h/a	72 h/a

Fonte: NDE do Curso (2024)

Conforme o Capítulo III da distribuição das atividades, da Resolução FURB no 89/2018, a carga horária dos docentes do estágio do Curso de Licenciatura em Artes é distribuída conforme os seguintes critérios:

- I. turmas de até 12 (doze) estudantes – número de horas-aula correspondente ao número de horas-aula da disciplina de estágio;
- II. turmas de 13 (treze) a 25 (vinte e cinco) estudantes – número de horas-aula correspondente ao número de horas-aula da disciplina de estágio, adicionadas 2 (duas) horas-aula;
- III. quando o número de estudantes exceder a 25 (vinte e cinco), deve haver desdobramento da turma.

Nesse último caso, o horário deverá ser espelhado, otimizando os horários dos professores de estágio, evitando assim a contratação desnecessárias. As horas presenciais na Universidade correspondem a, no máximo, 25% da carga horária do estágio, conforme Artigo 40 da Resolução FURB no 89/2018. Essas horas são destinadas a orientações, estudos teóricos direcionados à elaboração da fundamentação teórica e seminários de socialização, como

estabelece a mesma Resolução.

As atividades na unidade concedente (campo de estágio) totalizam 75% da carga horária do estágio e incluem, além das aulas efetivamente ministradas (no mínimo 5% da carga horária do estágio – Inciso 1o. do Artigo 40 da Resolução FURB no 89/2018), as observações, aplicações, orientações e produção de gêneros acadêmicos (relatório e artigo), além de socializações e banca final.

A distribuição da carga horária do estágio, na unidade concedente, atende ao Parágrafo único do Art. 41 da Resolução FURB no 89/2018, pois mais de 50% do estágio é realizado em Instituições de Educação Básica. No entanto, como existem outras possibilidades de ensino, pretende-se, durante o curso, oportunizar este contato e reflexão dos acadêmicos inserindo-os em outras modalidades de ensino de Arte em espaços não-formais de aprendizado.

Ainda, em consonância com o Artigo 44 da Resolução FURB no 89/2018, o estagiário que comprovar exercício de atividade docente regular na Educação Básica em sua área de formação, por meio de protocolo padrão da FURB, dentro dos 10 (dez) últimos anos até o semestre de início do estágio, poderá requerer a redução, no respectivo estágio, de acordo com os seguintes critérios:

- I. redução de até 108 (cento e oito horas), equivale a 6 (seis) créditos acadêmicos, para o estudante com 4 (quatro) anos ou mais como professor na Educação Básica;
- II. redução de até 72 (setenta e duas horas), equivale a 4 (quatro) créditos acadêmicos, para o estudante com 3 (três) anos ou mais como professor na Educação Básica; e
- III. redução de até 36 (trinta e seis horas), equivale a 2 (dois) créditos acadêmicos, para o estudante com 2 (dois) anos ou mais como professor na Educação Básica;

As demais orientações constam no Regulamento do Estágio Entre Linguagens do Curso de Licenciatura em Artes, que foi também aprovado com este PPC.

O estudante poderá realizar, ainda, o estágio não obrigatório o qual poderá ser iniciado a partir da primeira fase. O estágio não obrigatório é atividade curricular, de caráter opcional, complementar à formação acadêmico-profissional do estudante.

4.8 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O TCC é um componente curricular obrigatório no curso conforme previsto nas Diretrizes Curriculares de Artes que segue a Resolução n. 104/2002, de 05 de dezembro de 2002, da FURB. O TCC seguirá regulamento próprio, no qual se estabelecem os aspectos

legais e administrativos da atividade, bem como mecanismos de orientação, acompanhamento e avaliação da pesquisa realizada na 8ª fase, possibilitando aos estudantes a elaboração de uma Monografia relacionada com os conteúdos de Artes a partir de projeto elaborado no Componente Curricular Pesquisa em Arte, que ocorre na 7ª fase. O TCC terá o acompanhamento de um professor orientador que possua qualificação na área. Ao final do processo de elaboração de uma monografia que será apresentada para uma banca examinadora. Conforme Resolução CNE/CES n. 1, de 06 de janeiro de 2009, art. 8, inciso II, no Curso de Licenciatura em Artes o TCC se compreenderá na escrita de uma monografia.

A preocupação com a pesquisa vista como elemento fundamental na formação de professores é uma das tendências atuais na educação do Brasil. A partir dessa perspectiva vem se elaborando alternativas de formação que ampliem o repertório científico e cultural dos professores, propondo a articulação de reflexões teóricas com dados de investigação empírica, aproximando a relação entre ensino e pesquisa. A resolução 02 de 20 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019) destaca entre os princípios descritos no inciso V do Art. 6º a necessidade de “[...] articulação entre a teoria e a prática para a formação docente, fundada nos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando à garantia do desenvolvimento dos estudantes;” e no inciso III do Art. 8º, entre os fundamentos pedagógicos “[...] a conexão entre o ensino e a pesquisa com centralidade no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento;”.

Na sétima fase os estudantes cursarão a componente curricular de Pesquisa em Arte que constituirá na preparação e organização de um projeto de pesquisa em Arte a ser descrito e efetivado na oitava fase na componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

O Trabalho de Conclusão de Curso é uma possibilidade concreta que o licenciando tem de fazer pesquisa. Seu objetivo é possibilitar que o estudante vivencie o processo de iniciação científica a partir dos princípios básicos da pesquisa em arte, desenvolvendo atitudes investigativas e reflexivas como condição da docência. Neste sentido, torna-se uma atividade obrigatória na integralização curricular do Curso. É um trabalho investigativo que versará sobre um tema referente à educação em arte, preferencialmente relacionado com a prática pedagógica, voltando-se a um processo de iniciação à pesquisa.

Deve ser, portanto, uma tarefa planejada, que segue métodos apropriados e que analisa criticamente o objeto em estudo, expressando-se com clareza e objetividade. O TCC passa a

ser, dessa forma, uma iniciação no mundo da produção e divulgação do conhecimento científico. As demais orientações constam no Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso em Artes, que foi também aprovado com este PPC.

4.9 COMPONENTES CURRICULARES NA MODALIDADE A DISTÂNCIA (EAD)

A Educação a Distância (EAD), na FURB, é concebida como uma modalidade de ensino cuja mediação pedagógica se pauta no uso das tecnologias digitais de informação e comunicação para a formação científica, técnica e cultural da sociedade, ampliando os tempos e inovando os meios e espaços de ensinar e aprender.

Sob o ponto de vista institucional a FURB vem trabalhando para modernizar as formas de aprendizagem e flexibilizar o processo de apropriação do conhecimento, com a superação das distâncias geográficas e das relações espaço-tempo, contribuindo com uma formação humana por meio da aprendizagem autônoma do sujeito.

Em relação ao formato das atividades a distância, cabe destacar o conceito disposto na Resolução FURB nº 3/2020, onde entende-se as atividades síncronas como aquelas que ocorrem em dias e horários determinados, exigindo a participação dos envolvidos ao mesmo tempo, promovendo a interação entre os estudantes e o corpo docente e tutorial e as atividades assíncronas como aquelas atividades que não precisam ocorrer em dia e horário determinados, ou seja, não é exigida a participação de todos os envolvidos ao mesmo tempo.

Outro passo importante na Universidade foi a adoção do formato das atividades Onlife com aulas transmitidas ao vivo, permitindo a interação simultânea com os estudantes que acompanham as aulas presencialmente ou de forma não presencial, além de serem gravadas, possibilitando ao estudante assistir aos conteúdos posteriormente. As salas de aula da Universidade foram adaptadas, com a aquisição de equipamentos como câmeras e headsets com microfones e filtros de ruído para os professores.

As disciplinas na modalidade a distância possuem o professor como tutor, uma vez que estes ofertam maior qualidade ao processo educativo, pela formação e experiência que possuem. A FURB disponibiliza monitoria nos três períodos de suas atividades, a qual é feita por servidores efetivos que auxiliam docentes e discentes no uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem e outras demandas técnicas e operacionais. Os docentes tutores dos componentes curriculares na modalidade a distância passam por formação institucional constante, ofertada pela DME, conforme previsto na resolução nº 3/2020.

As componentes curriculares na modalidade à distância estão descritas abaixo no quadro 6.

Quadro 7 - Componentes Curriculares na modalidade à Distância

Componentes curriculares	EAD	Formato das Atividades
Teorias Pedagógicas	36	Síncronas e/ou Assíncronas
História e Cultura Afro-brasileira e Indígena*	36	Síncronas e/ou Assíncronas
Psicologia da Educação	90	Síncronas e/ou Assíncronas
Práticas de Letramentos e Recursos Digitais	90	Síncronas e/ou Assíncronas
Políticas Públicas e Legislação da Educação	90	Síncronas e/ou Assíncronas
Carga horária total	342	Síncronas e/ou Assíncronas

Fonte: NDE do Curso (2024)

*Conforme Resolução FURB nº 68/2018, esta disciplina é oferecida no modelo híbrido, uma vez que serão realizados de 4 a 6 encontros presenciais e/ou remotos, com duração de 4 (quatro) horas aulas para disciplinas de 72 horas aula e duração de 2 (duas) horas aula para disciplinas de 36 horas aula.

Conforme legislação vigente, todas as disciplinas na modalidade à distância contam com avaliações finais obrigatoriamente presenciais que computam mais de 50% da nota do aluno.

No que diz respeito ao Curso de Licenciatura em Artes Tubarão, uma vez que a oferta das aulas se dá em Tubarão, as componentes do Eixo das Licenciaturas, que são ofertadas pelos professores da FURB se dão de maneira remota. Trata-se de componentes que não estão organizadas como EADs, mas que, em função da distância, se dão de maneira síncrona.

Este modelo flexibiliza os encontros e permite que professores e acadêmicos realizem as aulas em tempo real e com os recursos ofertados pela universidade.

Quadro 8 - Componentes Curriculares na modalidade Remota

Disciplina	Remoto	Formato das Atividades
História da Educação	90	Síncronas
Contexto Socioterritorial da Escola	90	Síncronas
Arte na Educação	72	Síncronas
Contextos históricos da Dança em Santa Catarina	54	Síncronas
Filosofia e Epistemologia da Educação	90	Síncronas
Fundamentos e organização curricular	90	Síncronas
Didática	90	Síncronas

Contextos históricos da Dança no Brasil	36	Síncronas
Laboratório de Arte e Estética na Educação	72	Síncronas
Libras na Educação	72	Síncronas
Educação Especial: teoria e prática	90	Síncronas
Introdução da história da Música	90	Síncronas
Gestão e organização da escola	90	Síncronas
Artes Visuais no Brasil e Catarinense	90	Síncronas
Teatro Catarinense e Brasileiro	90	Síncronas
Carga horária total	1.206	Síncronas

Fonte: NDE do Curso (2024)

4.10 ATIVIDADES EXTENSIONISTAS

A curricularização da extensão é uma das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação - PNE (2014 – 2024). Para alcançar a meta 12.7 do PNE é necessário assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares da graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. A fim de regulamentar essa estratégia, o Conselho Nacional de Educação (CNE) editou a Resolução CNE/CES nº 7/2018, que com Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

A inserção das atividades extensionistas no currículo tem como potencial promover o alinhamento da universidade com as demandas da sociedade, possibilitando uma aprendizagem transformadora, a formação de um cidadão crítico, capacitado para o mundo do trabalho e para lidar com os problemas reais presentes no contexto social. Além disso permite quebrar a segregação entre o ensino, pesquisa, extensão e questões da sociedade, conforme observamos na Figura 2:

Figura 2 - Curricularização da Extensão



Fonte: organizado pela DPE

Na FURB conforme a Resolução 99/2019, para fins de curricularização, a Extensão deverá ser inserida no PPC dedicando parte da carga horária de componentes curriculares previstos no currículo, inserindo componentes específicos para a extensão ou uma mescla das duas estratégias. Esta carga horária está indicada explicitamente na matriz curricular ou ainda poderão ser incluídos componentes curriculares de extensão com a inserção de programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviço.

A definição das estratégias da inserção da extensão no currículo observa a Instrução Normativa PROEN nº 1/2020 e Parecer CEE/SC 307/2020. Os estágios e TCCs, conforme o parecer do CEE/SC, poderão ser utilizados como atividades extensionistas desde que suas características constem no PPC e atenda as diretrizes previstas na Resolução CNE/CES nº 7/2018.

As atividades extensionistas consistirão em atividades realizadas junto à comunidade, com o objetivo de constituir diálogos entre os acadêmicos e as possibilidades de projetos na relação com a comunidade. Pretende-se com as práticas extensionistas desenvolver o protagonismo dos estudantes e neste sentido as propostas se darão em constante movimento de trocas e avaliação do campo a ser selecionado.

Os estudantes serão incentivados a pensar práticas em coletivo ou em grupos que oportunize atender as mais diversas comunidades, num sentido de ampliar os conhecimentos pesquisados no curso com a comunidade. Há neste sentido um espaço que possibilita trocas e aprendizados coletivos e dinâmicos, com a intervenção dos estudantes na comunidade, e com a aproximação da comunidade com a universidade.

A forma de registro de frequência se dará preferencialmente por meio de registros fotográficos ou de percurso, cabendo ao professor junto dos estudantes compreender qual será a melhor maneira de se dar o registro. Sugere-se que práticas diferenciadas sejam realizadas, sejam elas, diário de campo, livro da vida, registros cartográficos, entre outros, conforme acordo entre professores e alunos.

O processo avaliativo das práticas extensionistas se dará em processo, objetivando a troca de saberes entre a comunidade e os estudantes, a avaliação deverá consistir em registros escritos, visuais, gravados, fotografados, entre outros, como maneira de constituir percepções sobre o percurso. Pode-se realizar encontros de partilha entre a comunidade e os estudantes com a presença dos professores com o intuito de realizar um processo avaliativo coletivo.

Espera-se nesse sentido, que as práticas extensionistas constituam uma interação dialógica entre a comunidade e a universidade, ampliando os aprendizados dos estudantes e possibilitando a compreensão de sua atuação junto a possibilidade diversificadas de metodologias, práticas e construção de saberes junto à comunidade.

No Curso de Licenciatura em Artes as atividades extensionistas terão 396h/a serão desenvolvidas por meio dos componentes curriculares elencados no quadro 8.

Quadro 9 - Distribuição das atividades de extensão nos Componentes Curriculares

Componente Curricular	Carga horária da componente	Distribuição das atividades de extensão no componente curricular
Arte na Educação	72	18 horas das aulas teóricas com atividades extensionistas
Processos criativos em Artes visuais (desenho e pintura)	90	18 horas de atividades extraclasse serão destinadas às atividades extensionistas
Arte e Cultura Popular no Brasil	90	18 horas de atividades extraclasse serão destinadas às atividades extensionistas
Jogos musicais	90	18 horas de atividades extraclasse serão destinadas às atividades extensionistas
Teatro na Escola – práticas e metodologias	90	18 horas de atividades extraclasse serão destinadas às atividades extensionistas
Dança na escola - consciência corporal e exploração do movimento	90	18 horas de atividades extraclasse serão destinadas às atividades extensionistas

Arte no Espaço Urbano	90	18 horas de atividades extraclasse serão destinadas às atividades extensionistas
Metodologia do Ensino das artes visuais	54	18 horas de atividades extraclasse serão destinadas às atividades extensionistas
Processos de criação teatral em espaços formais e não-formais de educação	90	18 horas de atividades extraclasse serão destinadas às atividades extensionistas
Práticas musicais na educação básica	90	18 horas de atividades extraclasse serão destinadas às atividades extensionistas
Laboratório poético (gravura)	72	18 horas de prática do componente curricular serão destinadas às atividades extensionistas
Maquiagem e Caracterização	72	18 horas de prática do componente curricular serão destinadas às atividades extensionistas
Metodologia do Ensino das Artes Cênicas (dança e do teatro)	72	18 horas de prática do componente curricular serão destinadas às atividades extensionistas
Fotografia	36	18 horas de prática do componente curricular serão destinadas às atividades extensionistas
Introdução a história da música	90	18 horas de atividades extraclasse serão destinadas às atividades extensionistas
Danças folclóricas e danças populares brasileiras na escola	72	18 horas de prática do componente curricular serão destinadas às atividades extensionistas
Artes Visuais no Brasil e catarinense	90	18 horas de atividades extraclasse serão destinadas às atividades extensionistas
Teatro de Formas Animadas	54	18 horas de atividades extraclasse serão destinadas às atividades extensionistas
Teatro Catarinense e Brasileiro	90	18 horas de atividades extraclasse serão destinadas às atividades extensionistas
Prática coral	72	18 horas de prática do componente curricular serão destinadas às atividades extensionistas
Poéticas e Processos de Criação em Dança na contemporaneidade	72	18 horas de prática do componente curricular serão destinadas às atividades extensionistas
Total		396

Fonte: NDE do Curso (2024)

4.11 REGIME CONCENTRADO OU AULAS AOS SÁBADOS

O Curso de Licenciatura em Artes Tubarão caracteriza-se por ser uma turma de oferta única e com regime especial de organização de aulas. Constitui-se em um curso que terá suas aulas ofertadas, preferencialmente, de segundas a sextas-feiras. Poderão ocorrer aulas em

regime de concentrado, conforme a necessidade de integralização de carga horária

As aulas terão um cronograma de horário que estará disposto no período noturno com aulas iniciadas às 18h e 30min e finalizadas às 22h.

4.12 SAÍDAS A CAMPO

Os estudantes do Curso de Artes - licenciatura vão a campo para estudos nos estágios obrigatórios e não obrigatórios, de pesquisa e de extensão, assim como outras atividades curriculares de ensino relacionadas a Prática do Componente Curricular (PCC), viagens de estudos às escolas de artes da região, estado e país; visitas a exposições, museus, cinema, teatro, festivais de dança, visitas técnicas, concertos para ampliar seu repertório cultural e científico. Nas saídas os estudantes arcam com suas despesas, não acrescentando créditos financeiros ao Curso de Artes - licenciatura. Destaca-se que no desenho curricular do curso de Artes - estão previstas saídas nos componentes curriculares indicados na matriz curricular com carga horária referente a curricularização da extensão. Ressaltamos que está previsto no projeto FUMDES do Curso de Artes – licenciatura uma saída a campo para conhecer a universidade, FURB, uma vez que os estudantes realizam suas aulas fora de sede e compreendemos que conhecer a universidade de origem é importante para a relação dos estudantes com o curso e a universidade. A saída a campo para conhecer a universidade, FURB, será custeada pela universidade e se constituirá a partir da componente curricular de Maquiagem e Caracterização, para uso dos laboratórios específicos na Universidade.

4.13 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC)

De acordo com as regulamentações em nível nacional a Prática como Componente Curricular (PCC) constitui um espaço significativo para proporcionar a articulação entre teoria e prática, oportunizando ao educando refletir sobre problemas reais oriundos das escolas de educação básica e/ou de outros espaços educativos. Nesta parte do PPC apresentamos a forma que a Prática como Componente Curricular será viabilizada ao longo do curso, especificando os componentes curriculares cuja ementa contemple as articulações entre teoria e prática. O Parecer CNE/CES 15/2005, define:

A prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. (BRASIL, 2005, p. 3).

Em acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de professores da Educação Básica, no capítulo IV, art. 11, a carga horária das PCC para as Licenciaturas deve ser de 400 (quatrocentas) horas, distribuídas ao longo do processo formativo. Além disso, os Pareceres/CP nº 28/2001 e CNE/CES nº 15/2005 indicam que:

a) a Prática como Componente Curricular (PCC) é uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Deve ser planejada no PPC, nos Planos de Ensino- Aprendizagem e materializada no dia a dia da sala de aula desde o início do curso em diferentes componentes curriculares;

b) a PCC deverá ser articulada com os estágios supervisionados e, também, com as atividades de trabalho acadêmico;

c) as atividades de prática como componente curricular extrapolam a sala de aula e podem ser desenvolvidas em diferentes ambientes e com o uso de diferentes recursos multimidiáticos;

d) podem ser desenvolvidas como parte de unidades de aprendizagem ou de atividades formativas; isto inclui os componentes curriculares de caráter práticos relacionados à formação pedagógica geral ou formação pedagógica específica da área de formação do curso.

A Prática como Componente Curricular (PCC) no curso de Artes - licenciatura na FURB estará presente nos componentes curriculares ao longo do curso. Ela se difere das demais atividades práticas do curso, podendo assumir diversificadas práticas e proposições conforme a componente curricular a que estará relacionada, poderá vir a ser realizada junto a escolas em forma de aula, ou vivências do conteúdo estudado, ou ainda em aprofundamentos pedagógicos; poderá vir a ser realizada por meio de intervenções em ambientes não formais de ensino, seja em oficinas ministradas pelos acadêmicos sob a supervisão do professor da disciplina, espetáculos e/ou exposições com discussão do trabalho. Nos componentes curriculares apresentados no quadro 9, uma carga horária é reservada para realização da PCC.

Quadro 10 - PCC nos Componentes Curriculares

Componente Curricular	Carga Horária para realização da PCC
-----------------------	--------------------------------------

História da Educação	18
Processos criativos em Artes visuais (desenho e pintura)	18
Arte e Cultura Popular no Brasil	18
Jogos musicais	18
Teatro na Escola – práticas e metodologias	18
Dança na escola - consciência corporal e exploração do movimento	18
Fundamentos e organização curricular	18
Arte no Espaço Urbano	18
Processos de criação teatral em espaços formais e não-formais de educação	18
Práticas musicais na educação básica	18
Didática	18
Laboratório poético (gravura)	18
Contextos históricos da Dança no Brasil	18
Práticas de Letramentos e Recursos Digitais	18
Maquiagem e Caracterização	18
Metodologia do Ensino das Artes Cênicas (dança e do teatro)	18
Fotografia	18
Libras na Educação	18
Educação Especial: teoria e prática	18
Tridimensionalidade (cerâmica, instalação e escultura)	18
Gestão e Organização da Escola	18
Pesquisa em Arte	18
Danças folclóricas e danças populares brasileiras na escola	18
Políticas Públicas e Legislação da Educação	18
Teatro Catarinense e Brasileiro	18
Prática coral	18
Poéticas e Processos de Criação em Dança na contemporaneidade	18
Total	486

Fonte: NDE do Curso (2024)

A Prática como Componente Curricular tem como objetivo aproximar os estudantes dos cotidianos da profissão docente na Educação Básica e em espaços não formais do ensino de Arte. Nos Planos de Ensino dos componentes curriculares com PCC há a descrição da proposta a ser desenvolvida ao longo do semestre. Cada um dos componentes curriculares faz o projeto para cada uma das PCCs e envia ao coordenador com os resultados atingidos.

A FURB, comprometida com a formação docente e com a educação permanente, promove distintos eventos. Destaca-se, o Seminário das Licenciaturas, Mostra de Ensino Pesquisa e Extensão (MIPE) e as semanas acadêmicas dos cursos, as socializações de Programas como PARFOR, PIBID, Residência Pedagógica e PROESDE – Licenciaturas, quando em vigência, e de estágios.

A PCC é uma oportunidade de aproximação do cotidiano das instituições de educação, buscando trazer para Universidade as problemáticas latentes bem como as experiências inovadoras. Trata-se de um diálogo com as práticas da profissão docente, buscando que o curso lide com os conceitos e com as questões emergentes dos cotidianos das instituições.

4.14 ESTRUTURA CURRICULAR

4.13.1 Matriz curricular

Quadro 11 - Matriz Curricular

Fase	Componente Curricular	Eixo ¹	Carga horária ²					CA ³	EaD ⁵	Ext ⁶	Pré-Requisitos
			T	P	PCC	AE	Total				
1											
	História da Educação	EAL	54	0	18	18	90	5	0	0	
	Contexto socioterritorial da escola	EAL	72	0	0	18	90	5	0	0	
	Arte na Educação	EA	54	18	0	0	72	4	0	18	
	Processos criativos em Artes visuais (desenho e pintura)	EE	18	36	18	18	90	5	0	18	
	Contextos históricos da Dança em Santa Catarina	EE	18	18	0	18	54	3	0	0	
	Subtotal		216	72	36	72	396	22	0	36	
2	Teorias pedagógicas	EAL	36	0	0	0	36	2	36	0	
	Filosofia e epistemologia da educação	EAL	72	0	0	18	90	5	0	0	
	Arte e Cultura Popular no Brasil	EA	18	36	18	18	90	5	0	18	
	Jogos musicais	EE	18	36	18	18	90	5	0	18	
	Teatro na Escola – práticas e metodologias	EE	18	36	18	18	90	5	0	18	
	Dança na escola - consciência corporal e exploração do movimento	EE	18	36	18	18	90	5	0	18	
	Subtotal		180	144	72	90	486	27	36	72	
3	Fundamentos e organização curricular	EAL	54	0	18	18	90	5	0	0	
	História da Cultura Afro-brasileira e Indígena	EAL	36	0	0	0	36	2	36	0	
	Arte no Espaço Urbano	EA	18	36	18	18	90	5	0	18	
	Metodologia do Ensino das artes visuais	EA	18	18	0	18	54	3	0	18	
	Processos de criação teatral em espaços formais e não-formais de educação	EE	18	36	18	18	90	5	0	18	
	Práticas musicais na educação básica	EE	18	36	18	18	90	5	0	18	
	Subtotal		162	126	72	90	450	25	29	72	
4	Psicologia da Educação	EAL	72	0	0	18	90	5	90	0	
	Didática	EAL	54	0	18	18	90	5	0	0	
	Estágios Entre Linguagens Artísticas na educação infantil	EA	36	108	0	0	144	8	0	0	
	Percussão	EA	18	18	0	0	36	2	0	0	
	Laboratório poético (gravura)	EE	18	36	18	0	72	4	0	18	

	Contextos históricos da Dança no Brasil	EE	18	0	18	0	36	2	0	0	
	Educação Vocal	EE	18	18	0	0	36	2	0	0	
	Subtotal		234	180	54	36	504	28	90	18	
5	Práticas de Letramentos e Recursos Digitais	EAL	54	0	18	18	90	5	90	0	
	Laboratório de Arte e Estética na Educação	EAL	36	36	0	0	72	4	0	0	
	Estágio Entre Linguagens Artísticas no ensino fundamental	EA	36	108	0	0	144	8	0	0	
	Maquiagem e Caracterização	EE	18	36	18	0	72	4	0	18	
	Metodologia do Ensino das Artes Cênicas (dança e do teatro)	EE	36	18	18	0	72	4	0	18	
	Fotografia	EE	0	18	18	0	36	2	0	18	
	Subtotal		180	216	72	18	486	27	90	54	
6	Libras na Educação	EAL	54	0	18	0	72	4	72	0	
	Educação Especial: teoria e prática	EAL	54	0	18	18	90	5	0	0	
	Estágio Entre Linguagens Artísticas no ensino médio	EA	36	54	0	0	90	5	0	0	
	Tridimensionalidade (cerâmica, instalação e escultura)	EE	18	36	18	0	72	4	0	18	
	Introdução a história da música	EE	54	18	0	18	90	5	0	18	
	Dança Contemporânea	EE	18	18	0	18	54	3	0	0	
	Subtotal		234	126	54	54	468	26	72	36	
7	Gestão e Organização da Escola	EAL	54	0	18	18	90	5	0	0	
	Estágio Entre Linguagens Artísticas em espaços não formais	EA	36	72	0	0	108	6	0	0	
	Pesquisa em Arte	EA	54	18	18	0	90	5	0	0	Estágio entre linguagens artísticas na educação infantil, Estágio entre linguagens artísticas no ensino fundamental, Estágio entre linguagens artísticas no ensino médio e estar matriculado no Estágio Entre Linguagens Artísticas em espaços não formais.
	Danças folclóricas e danças populares brasileiras na escola	EE	36	18	18	0	72	4	0	18	
	Artes Visuais no Brasil e catarinense	EE	54	18	0	18	90	5	0	18	
	Teatro de Formas Animadas	EE	18	18	0	18	54	3	0	18	
	Subtotal		252	144	54	54	504	28	0	54	
8	Políticas Públicas e Legislação da Educação	EAL	54	0	18	18	90	5	90	0	
	Trabalho de Conclusão de Curso	EA	72	72	0	0	144	8	0	0	Pesquisa em artes
	Teatro Catarinense e Brasileiro	EE	36	18	18	18	90	5	0	18	
	Prática coral	EE	18	36	18	0	72	4	0	18	
	Poéticas e Processos de Criação em Dança na contemporaneidade	EE	18	36	18	0	72	4	0	18	
	Subtotal		198	162	72	36	468	26	90	54	

AACC	0	0	0	0	0	108	6	0	0	
TOTAL	0	1656	1170	486	450	3870	215	407	396	

(1) EE – Eixo Específico; EAL – Eixo Articulador das Licenciaturas; EAA - Eixo Articulador das Artes

(2) T – Teórica; P – Prática, PCC - Prática como componente curricular; AE – Atividades Extraclasse

(3) Ext. – Extensão

(4) EaD – Educação a Distância

(5) Créditos Acadêmicos

Composição de cores:

Laranja: Componentes do EAL – Eixo Articulador das Licenciaturas

Azul: Componentes do EAA – Eixo Articulador das Artes

Bege: Componentes da Linguagem das Artes Visuais

Cinza: Componentes da Linguagem da Dança

Rosa: Componentes da Linguagem da Música

Verde: Componentes da Linguagem do Teatro

4.13.2 Pré-requisitos

A matriz curricular apresenta um total de 31 créditos acadêmicos de pré-requisitos. Estes são compostos por conhecimentos específicos que constituem os fundamentos teóricos e práticos para a continuidade do aprofundamento vertical dos estudos em determinadas áreas do conhecimento em Arte.

Quadro 12 - Relação de pré-requisitos

Componente curricular	Pré-requisito – carga horária	Justificativa
Pesquisa em Artes	Estágio entre linguagens artísticas na educação infantil, Estágio entre linguagens artísticas no ensino fundamental, Estágio entre linguagens artísticas no ensino médio e estar matriculado no Estágio Entre Linguagens Artísticas em espaços não formais.	São conhecimentos específicos voltados à pesquisa e ao campo de aplicação desta em contextos empíricos.
Trabalho de Conclusão de Curso	Pesquisa em artes;	Precisa ter passado pelo processo de sistematização do projeto de pesquisa a partir dos contextos empíricos.

Fonte: NDE do Curso (2024)

4.14.3 Detalhamento dos componentes curriculares

4.14.3.1 Detalhamento dos componentes curriculares obrigatórios do Eixo de Articulação das Licenciaturas

Quadro 13 - Detalhamento dos Componentes Curriculares

Componente Curricular: História da Educação
Ementa: A constituição da História da Educação como campo epistemológico: fundamentos teórico-metodológicos e importância na formação do profissional da educação. Os conhecimentos científico e tecnológico e a educação ao longo dos tempos históricos. A relação histórico-social entre a estrutura e a governança dos sistemas educacionais. Os diversos contextos históricos da cultura escolar, as práticas educativas e o sistema escolar brasileiro. O profissional da educação e os valores democráticos na História do Brasil. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.
Objetivos: Analisar a constituição do campo da História da Educação e sua relevância para o profissional da educação. Estudar as mudanças e permanências nos conhecimentos científico e tecnológicos ao longo da História. Avaliar a cultura escolar, as políticas educacionais e suas práticas

nos diversos contextos históricos. Compreender a historicidade e valorizar a democracia na prática docente. Integrar os temas da disciplina ao cotidiano escolar da Educação Básica.

Bibliografia Básica:

CAMBI, Franco. História da pedagogia. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. História da Educação. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994.

MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

ROCHA, Maria Aparecida. A Educação Pública Antes da Independência. São Paulo, UNESP, 2015.

ROMANELLI, O. de O. História da Educação no Brasil. 36 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SAVIANI, D. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. O legado educacional do século XX no Brasil. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

ARIES, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro : LTC, 1981.

ARIES, Philippe; DUBY, Georges. História da vida privada. São Paulo : Companhia das Letras, 1990. 5v, il.

BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de. Orgs. Gestão e Políticas da Educação. Rio de Janeiro: DP e A, 2004.

CASTANHA, André Paulo. História da educação: pesquisa, levantamento de fontes e instituições escolares. Cascavel: Edunioeste, 2010.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de educação no Brasil. 3. ed. Belo Horizonte : Autêntica, 2003.

MOURA, Maria Isabel (org.). A escola pública no Brasil: história e historiografia. Campinas: Autores Associados, 2005.

YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes; ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Cultura e história da educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa. Juiz de Fora : Ed. UFJF, 2009. 251 p.

Periódicos especializados:

Revista de Educação História <http://www.lapeduh.ufpr.br/revista/>

Revista História Hoje <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ>

Componente Curricular: Contexto socioterritorial da escola

Ementa: Metodologias de diagnóstico participativo; a escola e seu contexto territorial; dimensões sociais, econômicas, político, culturais e ambientais do território escolar; indicadores socioterritoriais; fontes de informação; bases de dados; cartografias sociais; metodologias de

interação social.
Objetivos: Acessar recursos teórico metodológicos para realização de diagnóstico do contexto socioterritorial da escola e elaboração de projetos de interação entre escola e comunidade.
Bibliografia Básica: ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ (org), caderno: Bairro-Escola: passo a passo, São Paulo: Fundação Educar, UNICEF, UNDIME, MEC, 2007 BORDENAVE, J. E. D. O que é participação. 1. São Paulo: Brasilense, 1983. (Coleção Primeiros Passos, 95). DAL-FARRA, Rossano André; LOPES, Paulo Tadeu Campos. Métodos mistos de pesquisa em educação: pressupostos teóricos. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 24, n. 3, set./dez. 2013. DOWBOR, L. Educação e desenvolvimento local. 2006a. Disponível em: http://dowbor.org/06deslocalcurto4p.doc. Acessado em agosto de 2016. KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Ed. 34, 2009. MEDEIROS, Barnabé e GALIANO, Mônica Beatriz. Bairro-Escola: uma nova geografia do aprendizado. São Paulo: Tempo Dímagem, 2005 SOUZA, M. L. de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. 10ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 77-116. 2007. THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação. 10ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2000.(Coleção temas básicos de pesquisa-ação). Bibliografia Complementar: ACSELRAD, Henri (org.) Cartografia social, terra e território. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2013. ACSELRAD, Henri (org.) Cartografias Sociais e Território. Rio de Janeiro IPPUR/UFRJ, 2008. ARROYO, Miguel. O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver. In: MOLL, Jaqueline (Org.). Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012. SINGER, Helena (org.). Territórios educativos : experiências em diálogo com o Bairro-Escola-- São Paulo : Moderna, 2015. -- (Coleção territórios educativos ; v. 1) SINGER, Helena (org.). Territórios educativos : experiências em diálogo com o Bairro-Escola. São Paulo : Moderna, 2015. — (Coleção territórios educativos ; v. 2)

Componente Curricular: Teorias pedagógicas

Ementa: A história das ideias e práticas pedagógicas. Teorias pedagógicas: princípios e implicações

no processo de ensinar e de aprender. Principais precursores pedagógicos. Pedagogias do século XXI: inovações educativas. A docência no processo educativo.

Objetivos: Compreender os fundamentos das teorias pedagógicas, analisando as contribuições dos precursores pedagógicos na organização, funcionamento e inovações das pedagogias do século XXI.

Bibliografia Básica:

CARBONELL, J. Pedagogias do século XXI: bases para a inovação educativa. 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2016.

GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. A pedagogia: teorias e práticas da antiguidade aos nossos dias: Petrópolis: Vozes, 2010.

GHEDIN, Evandro. Pensamento pedagógico brasileiro. São Paulo: Ática, 2000.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Bibliografia Complementar:

CHARLOT, B. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2008.

CONTRERAS, J. A autonomia de professores. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, P. Educação e Mudança. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1979.

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. São Paulo: Cortez, 1989.

GIROUX, H. Os professores como intelectuais. Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

IMBERNÓN, F. Formação docente e profissional: formar para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, J. C. Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico – social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1986.

NÓVOA, A. Vidas de Professores. Portugal: Porto Editora, 1992.

SANTOS, B. de S. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SCHON, D. A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

Componente Curricular: Filosofia e epistemologia da educação

Ementa: Compreensões filosóficas de educação ao longo da história e suas influências na atualidade. Dimensões ontológicas, éticas, sociais e culturais da educação. Epistemologias e

educação, conhecimento e aprendizagem. Educação e Escola entrelaçadas no mundo contemporâneo. Epistemologia da educação dialógica, problematizadora, crítica e emancipadora. A realidade e o saber dos estudantes como base epistemológica da aprendizagem. Aspectos epistemológicos das novas tecnologias na educação. Metodologias ativas e construção colaborativa do saber pelo diálogo com colegas, estudantes, pais e comunidade.

Objetivos: Construir colaborativamente/participativamente condições filosóficas e epistemológicas como base para uma educação integral, dialógica, integradora, crítica e emancipadora no mundo contemporâneo.

Bibliografia Básica:

ASSMANN, Hugo. Metáforas novas para reencantar a educação: epistemologia e didática . Piracicaba: Editora da UNIMEP, 1996.

BACICH, Lilian. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Lilian Bacich. Porto Alegre: Penso 2017.

BIESTA, Gert. Para além da aprendizagem - Educação democrática para um futuro humano. Belo Horizonte: Grupo Autêntica 2013.

FLICKINGER, Hans-Georg. A Caminho de uma pedagogia hermenêutica. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 56.ed. - Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2014.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Epistemologia e Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

PÉREZ GÓMEZ, Ángel I. Educação na era digital: a escola educativa. Porto Alegre: Penso, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Tradução Lílían do Valle. - 3.ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

Bibliografia Complementar:

BELTRÃO, Ierecê Rego. Corpos dóceis, mentes vazias, corações frios: didática, o discurso científico do disciplinamento. Sao Paulo: Ed. Imaginário, 2000.

FIORI, Ernani Maria; ARANTES, Otília B. F. (Otília Beatriz Fiori). Educação e política. Porto Alegre : L E PM, 1992.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão.39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 29.ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. Por uma pedagogia da pergunta. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MATTAR, João. Metodologias ativas para a educação presencial, blended e a distância. São Paulo: artesanato educacional, 2017.

PINTO, Alvaro Vieira. A questão da universidade. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1962.

PINTO, Alvaro Vieira. Sete licoes sobre educacao de adultos. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

Componente Curricular: Fundamentos e organização curricular

Ementa: Currículo: conceitos e fundamentos teóricos. Diretrizes Curriculares para a Educação Básica. BNCC e Propostas Curriculares Estaduais e Municipais: fundamentos e organização. Debates contemporâneos no campo do currículo. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.

Objetivos: Compreender o currículo como produção histórica, contextualizando as propostas curriculares oficiais e as organizações curriculares da atualidade.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, dezembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica /Diretoria de Currículos e Educação Integral, 2013.

SACRISTAN, J. G. O currículo: uma reflexão sobre a prática.3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998. 352p, il. (Biblioteca Artes Médicas. Fundamentos da educação).

SILVA, T. T. da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 154 p.

TORRES. R.M. Que (e como) é necessário aprender? Papirus, Campinas, 1994.

VALLE, I. R. Sociologia da educação: currículo e saberes escolares. 2ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

Bibliografia Complementar:

LOPES, A. R.C.; MACEDO, E. (Orgs.). Políticas de currículo em múltiplos contextos. São Paulo: Cortez, 2006. 269 p. (Cultura, memórias e currículo).

LOPES, A. R.C.; MACEDO, E. Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002. 237 p. (Cultura, memória e currículo, v.2).

LOPES, A. R.C.; MACEDO, E. Disciplinas e integração curricular: história e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 220 p, il.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da. Currículo, cultura e sociedade.2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1995. 154 p.

SACRISTÁN, J. G. Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013.

SACRISTÁN, J. G.; PEREZ GOMEZ, A. I. Compreender e transformar o ensino.4. ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998. 396 p.

SACRISTAN, J. G. A educação obrigatória: seu sentido educativo e social. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

Periódicos especializados:

Revista e-Curriculum - <https://revistas.pucsp.br/curriculum>

Revista Currículo Sem Fronteiras: <http://www.curriculosemfronteiras.org/>

Revista Espaço do Currículo: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>

Componente Curricular: Psicologia da Educação

Ementa: Concepções teóricas de desenvolvimento e de aprendizagem e repercussões na prática educativa. Desenvolvimento humano em seus aspectos: afetivo, cognitivo, valorativo e social. A gênese do psiquismo e a construção do sujeito. As relações humanas no processo educativo. Problemas atuais da aprendizagem.

Objetivos: Conhecer os processos, fases e metodologias de/para o desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva e ética e os principais problemas de aprendizagem atuais.

Bibliografia Básica:

DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Psicologia na educação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 150p.

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo; ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino; BOCK, Ana Mercês Bahia. Escolar: teorias críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. 170 p.

VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONT'EV. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem EDUSP, 1988. 228p.

Bibliografia Complementar:

AQUINO, Julio Groppa. Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998. 215p, il.

CIASCA, Sylvia Maria. Distúrbios de aprendizagem: proposta de avaliação interdisciplinar. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. 220 p, il.

PIAGET, Jean. A linguagem e o pensamento da criança. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 282p.

VIGOTSKY, L. S. (Lev Semenovich); COLE, Michael. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989. xii, 168 p.

Componente Curricular: Didática

Ementa: Conceito e trajetória histórica da Didática. O “ofício” de professor. Concepções de ensino e

implicações em diferentes ambientes de aprendizagem. Planejamento de ensino e seus elementos: objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação. Avaliação da Aprendizagem e implicações para o ensino. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.

Objetivos: Compreender os fundamentos histórico-culturais das teorias de ensino, analisando as implicações para o professor e para os processos de ensino em diferentes ambientes de aprendizagem.

Bibliografia Básica:

BOTH, I. J. Avaliação planejada, aprendizagem consentida: é ensinando que se avalia, é avaliando que se ensina. 3. ed. rev. Curitiba: Ibepex, 2011.

COMÊNIO. Didáctica Magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. 525 p. (Textos clássicos).

CUNHA, M. I. da. A didática e a produção do conhecimento: um ensaio preliminar. In: Tecnologia educacional, v. 17, n. 82, p. 31-34, maio/jun. 1988.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1991.

LOPES, A. O.; VEIGA, I. P. A. Repensando a didática. 2. ed. Campinas: Papirus, 1989

Bibliografia Complementar:

ANDRÉ, M. E. D. A. de; OLIVEIRA, M. R. N. S. Alternativas no ensino de didática. 3. ed. Campinas: Papirus, 2000.

CUNHA, M. I. da. O bom professor e sua prática. Campinas, SP: Papirus, 1989.

HADJI, C. A avaliação, regras do jogo: das intenções aos instrumentos. Porto: Porto Ed, 1994. 190p. (Coleção ciências da educação, 15).

HADJI, C. Avaliação desmistificada. Porto Alegre: Artmed, 2001. 136p. (Biblioteca ARTMED. Fundamentos da educação).

HAYDT, R. C. C. Curso de didática geral. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003. 327 p. (Educação).

LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar. 10. ed. São Paulo : Cortez, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido; LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia, ciência da educação? São Paulo: Cortez, 1996. 134p.

Periódicos especializados:

Revista Educação e Sociedade - <https://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/20>

Componente Curricular: Práticas de letramentos e recursos digitais

Ementa: Estudos dos letramentos e a pesquisa de cunho etnográfico na educação linguística. Projetos de letramentos e práticas de letramentos com tecnologias em contextos educativos: uso de recursos digitais em materiais didáticos e do papel da aprendizagem colaborativa. Articulação entre teoria e prática na Educação Básica.

Objetivos: Promover a discussão de abordagens em torno dos estudos dos letramentos sob perspectiva sociocultural e contribuições de pesquisas de cunho etnográfico na educação linguística. Oportunizar estudo de elementos que compõem os projetos de letramentos e de recursos digitais que auxiliem na elaboração de materiais didáticos. Proceder com análise e produção de práticas pedagógicas, com recursos digitais, na direção da aprendizagem colaborativa.

Bibliografia Básica:

LEA, M. R.; STREET, B (2006). O modelo dos letramentos acadêmicos: teoria e aplicações. Tradução por Fabiana Komesu e Adriana Fischer, Revista Filol. Linguíst. Port., São Paulo, v. 16, n. 2, p. 477-493, jul./dez. 2014.

HEINIG, Otilia Lizete de Oliveira Martins. Baú de práticas: socialização de projetos de letramentos. Blumenau : Edifurb, 2013. 124 p, il.

STREET, B. Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Trad.: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. 240p.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 11. ed. Petrópolis : Vozes, 2012. 133 p, il.

Bibliografia Complementar:

BARTON, David; HAMILTON, Mary; ROZ, Ivanic. Situated literacies: reading and writing in context. London : Routledge, 2000. xv, 222 p, il.

FRITZEN, Maristela Pereira; LUCENA, Maria Inêz Probst. O olhar da etnografia em contextos educacionais: interpretando práticas de linguagem. Blumenau : Edifurb, 2012. 187 p.

ROJO, R. H. R.: MOURA, E. Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

VÓVIO, Cláudia; SITO, Luanda; DE GRANDE, Paula. Letramentos: rupturas, deslocamentos e repercussões de pesquisas em Linguística Aplicada. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

SANTOS, W. L. P. dos. Educação científica na perspectiva de letramento como prática social: funções, princípios e desafios. Rev. Bras. Educ., v. 12, n. 36, p. 474-492, 2007.

Componente Curricular: Libras na educação

Ementa: Aspectos clínicos, educacionais e socioantropológicos da surdez. História da educação de surdos. Introdução aos aspectos linguísticos e estruturais da Língua Brasileira de Sinais: fonologia, morfologia, sintaxe. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.

Objetivos: Conhecer, refletir e compreender a contextualização política, cultural, social e legal das questões educacionais relacionadas às pessoas surdas ou com deficiência auditiva e o uso da Língua brasileira de Sinais como meio de comunicação, estimulando a participação e compromisso com a educação inclusiva. Compreender a importância do direito linguístico e cultura na comunidade surda e aplicar através da prática e conhecimento de Libras. Desenvolver habilidades comunicativas

que contribuam para a inclusão da pessoa surda nos processos de ensino e aprendizagem.

Bibliografia Básica:

CHOI, Daniel. [et al.]; PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (Org.). Libras: Conhecimento além dos sinais. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2011.

FALCÃO, Luiz Albérico. Surdez, cognição visual e libras: estabelecendo novos diálogos. Recife: Ed. do Autor, 2010.

GESSER, Audrei. Libras?: que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

LACERDA, Cristina B. F. de (Cristina Broglia Feitosa de). Intérprete de libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

SILVA, Angela Carrancho da; NEMBRI, Armando Guimarães. Ouvindo o silêncio: surdez, linguagem e educação. Porto Alegre: Mediação, 2008.

SILVA, Ivani Rodrigues; KAUCHAKJE, Samira; GESUELI, Zilda Maria. Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades. 2. ed. São Paulo: Plexus, c2003.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Contando histórias em LIBRAS: Clássicos da Literatura Mundial. Rio de Janeiro: INES: Secretaria de Educação de Surdos : Ministério da Educação, 2006.

CAPOVILLA, F. Dicionário Enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais: Sinais de A a Z. 3. ed. São Paulo: USP, 2008.

FERNANDES, Eulalia; SILVA, Angela Carrancho da. Surdez e bilinguismo. 2. ed. Porto Alegre : Mediação, 2008.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. Linguagem, surdez e educação. 3. ed. rev. Campinas (SP): Autores Associados, 2002.

QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: um olhar sobre as diferenças. 3 ed. Porto alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, R. M. de; FINGER, I. Teorias de aquisição da linguagem. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SILVA, Ivani Rodrigues; KAUCHAKJE, Samira; GESUELI, Zilda Maria (Org.). Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades. São Paulo: Plexus, 2003.

SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 6. ed. Porto Alegre: Mediação 2012.

SOUZA, Regina Maria de. Que palavra que te falta? Linguística e educação: considerações epistemológicas a partir da surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

STROBEL, K. L. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

Componente Curricular: Educação Especial: teoria e prática

Ementa: Fundamentos e Organização da Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado (AEE). Acessibilidade. Tecnologias Assistivas. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica, Educação Superior e Educação de Jovens e Adultos. Produção de objetos educacionais relacionados à Educação Especial.

Objetivos: Identificar os fundamentos da Educação Especial e caracterizar o seu público-alvo. Conhecer metodologias, ações e práticas pedagógicas, acessibilidade e tecnologias assistivas para o processo de escolarização de estudantes com necessidades educacionais específicas. Conhecer experiências, pesquisas e ações práticas na inclusão escolar da Educação Básica, Ensino Superior e Educação de Jovens e Adultos. Entender a articulação intersetorial de diversas áreas do conhecimento na Educação Especial.

Bibliografia Básica:

ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. 3. ed. São Paulo : Paz e Terra, 2003. 190p.

Tradução de: Erziehung zur mündigkeit, vortrage und Gesprache mit Hellmut.

BAPTISTA, Cláudio Roberto; CAIADO, Kátia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de.

Educação especial: diálogo e pluralidade.2.ed. Porto Alegre : Mediação, 2010. 301 p.

CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico. 5. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro : Forense

Universitaria, 2002. 307p. (Campo teórico). Tradução de: Le normal et le pathologique.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. In:

Cadernos de pesquisa : revista de estudos e pesquisas em educação, n. 116, p. 245-262, jul. 2002.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; BARBOSA, Livia [Orgs.] Deficiência e igualdade. Brasília:

LetrasLivres/EdUnB, 2010.

MAZZOTTA, Marcos Jose da Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.2.

ed. Sao Paulo : Cortez, 1999. 208 p.

Bibliografia Complementar:

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos.

Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1985. 254 p. Tradução de: Dialektik der Aufklarung : philosophische fragmente.

BLANCO, Rosa. A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo. In: COLL,

César; MARCHESI, Alvaro; PALACIOS, Jesús (Orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação:

transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. v. 3. Porto Alegre: Artmed.

2004. (nuvem)

BUENO, José Geraldo Silveira. A educação especial nas universidades brasileiras. Brasília, D.F :

Secretaria de Educação Especial, 2002. 136p.

CROCHIK, José León. Apontamentos sobre o texto 'Educação apos Auschwitz' de T. W. Adorno. In: Educação E sociedade, v. 13, n. 42, p. 342-351, ago. 1992.

CROCHIK, José Leon. Preconceito: indivíduo e cultura. São Paulo : Robe, 1997. 152p.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Legislação educacional brasileira.2. ed. Rio de Janeiro : DP&A, 2002. 117 p. ([O que você precisa saber sobre ...]).

FERREIRA, Júlio Romero. A nova LDB e as necessidades educativas especiais. In: Cadernos Cedes.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Trabalho docente e formação de professores de educação especial: Marcos José da Silveira Mazzotta. São Paulo : EPU, 1993. xii, 145 p. (Temas básicos de educação e ensino).

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Política nacional de educação especial. Cadernos Cedes, Campinas, n. 23, p. 5-15, 1989.

SACKS, Oliver W. Um antropologo em Marte: sete historias paradoxais. Sao Paulo : Companhia das Letras, 1995. 331p, il. Traducao de: An anthropologist on Mars.

Componente Curricular: Gestão e Organização da Escola

Ementa: O Sistema Educacional Brasileiro. Gestão e administração: conceitos, organização e cultura organizacional. Gestão escolar: história, princípios, planejamento e mecanismos de participação coletiva. Organização gerencial da escola: gestão pedagógica, administração de pessoal e gestão financeira. Projeto Político Pedagógico: princípios e processos de elaboração. Avaliação institucional. Conselhos educacionais federais, estaduais, municipais e escolares: princípios, características e competências. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.

Objetivos: Compreender a gestão no sistema educacional brasileiro a partir de seus elementos estruturantes e dinamizadores na perspectiva histórica, bem como no âmbito escolar.

Bibliografia Básica:

CERVI, Gicele Maria. Política de Gestão Escolar na Sociedade de Controle. Rio de Janeiro: Achiamé, 2013.

KLAUS, Viviane. Gestão e Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. Porto Alegre: Editora Alternativa, 2001.

Bibliografia Complementar:

LÜCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Petrópolis: Vozes, 2006. 132 p, il. (Cadernos de gestão, 2).

VIEIRA, Sofia Lerche. Educação Básica: Política e Gestão. Brasília, DF : Liber, 2008.

Componente Curricular: Políticas Públicas e Legislação da Educação

Ementa: O ciclo de políticas educacionais ao longo do processo histórico educacional brasileiro. As políticas públicas e as propostas curriculares. A legislação de ensino atual: finalidades, fins, princípios, níveis, modalidades de ensino e direitos educacionais de crianças, adolescentes e jovens. Inserção no cotidiano escolar da Educação Básica.

Objetivos: Refletir os planos atuais de educação a partir dos determinantes contextuais e históricos em relação às políticas educacionais adotadas nas diferentes esferas, níveis e modalidades de ensino, bem como analisar os propósitos de adoção de políticas e a promulgação das diferentes legislações educacionais, avaliando seu impacto nacional, as consequências práticas atuais e possíveis no futuro.

Bibliografia Básica:

CURY, C. R. J. Estado e políticas de financiamento em educação. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, edição especial, p. 831-855, out. 2007.

JEFFREY, Débora C. (Orga). Política e avaliação educacional :interfaces com a epistemologia. -Curitiba : CRV, 2015.

MAINARDES, Jefferson. Reinterpretando os ciclos de aprendizagem-São Paulo : Cortez, 2007.

Paulo Freire :política e pedagogia /Michael W. Apple, Antônio Novoa (orgs.) ; [tradutora Isabel Narciso]. -Porto : Porto Ed., 1998.

Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos /Ivan Moraes Filho ... [et al.] ; Aida Maria Monteiro Silva, Celma Tavares (organizadoras). -São Paulo : Cortez, 2010.

POPKEWITZ, Thomas. S., Lutando em defesa da alma :a política do ensino e a construção do professor /Thomas S. Popkewitz ; tradução Magda França Lopes.-Porto Alegre : Artmed, 2001.

SCHEINVAR, Estela. O feitiço da política pública :escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente -Rio de Janeiro : FAPERJ :Lamparina, 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. 14. ed. Papirus, 2002.

VOORWALD, Herman J, C. A educação básica pública tem solução? / Herman J. C. Voorwald. - 1.ed. - São Paulo : Ed. Unesp, 2017.

Bibliografia Complementar:

AGUILAR, Luis Enrique Aguilar. Estado desertor :Brasil-Argentina nos anos de 1982-1992 / -Campinas, SP : FE/UNICAMP, 2000.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (orgs.). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

Capitalismo, trabalho e educação /José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani, José Luís Sanfelice (orgs.). -3.ed. - Campinas : Autores Associados, 2005.

CORDIOLLI, Marcos. Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil /Marcos Cordioli. -Curitiba : IBPEX, 2011

Educação integral em estados brasileiros : trajetória e política / Organizadores: Débora Cristina Jeffrey, Josias Ferreira da Silva. - 1.ed. - Curitiba : CRV, 2019. - 171 p. : il.

Escola :espaço do projeto político-pedagógico /Ilma Passos Alencastro Veiga, Lúcia Maria Gonçalves de Resende (orgs.). -4.ed. - Campinas : Papirus, 2001.

LIBÂNEO, J. C. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47- 69, jan./abr. 2006.

Políticas educacionais no Brasil :qual o papel do Poder Legislativo? /Rosimar de Fátima Oliveira. -Curitiba : Protexto, 2009.

Políticas educacionais e formação de professores em tempos de globalização /organizadoras: Margarita Victoria Rodríguez, Maria de Lourdes Pinto de Almeida. - Brasília, D.F. : Liber Livro Ed. :UCDB Ed., 2008.

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. Guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

TELLO, C. G. Epistemologia de la Política Educativa: posicionamientos, perspectivas y enfoques. Campinas: Mercado das Letras, 2013

TROJAN, R. M. Políticas educacionais na América Latina: tendências em curso. Revista Iberoamericana de Educação, n. 51, 15 dez. 2009.

4.14.3.2 Detalhamento dos componentes curriculares dos Temas Transversais e complementares do Eixo de Articulação das Licenciaturas

Componente Curricular: História da Cultura Afro-brasileira e Indígena

Ementa: História e cultura afro-brasileira e indígena: contribuições e influências das diversidades

étnicas na formação da sociedade brasileira no passado, presente e futuro. Construção da ideia de raça. Ideologia do branqueamento. Mito da democracia racial. Novas abordagens sobre história, memória e identidades afro-brasileiras e indígenas. Ações afirmativas.

Objetivos: Reconhecer a importância da história e cultura afro-brasileira e indígena para a formação da sociedade brasileira no passado, presente e futuro, discutindo temas relacionados aos grupos étnicos na convivência sociocultural e na prática profissional.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Elma, J.; FAUSTINO, Rosângela.(orgs). Educação e diversidade cultural. Marinhá: eduem, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

LOPES, Nei. História e cultura africana e afro-brasileira. São Paulo: Barsa Planeta, 2008.

Bibliografia Complementar:

PACHECO DE OLIVEIRA, J. & ROCHA FREIRE, C.A. A Presença Indígena na Formação do Brasil. Brasília, SECAD/MEC e UNESCO, 2006.

PEREIRA, Márcia Guerra. História da África, uma disciplina em construção. Tese de doutoramento. São Paulo: PUC, 2012.

SANTOS, Joel Rufino dos. A questão do negro na sala de aula. São Paulo: Editora Ática, 1990.

SOUZA, Marina de Mello. África e Brasil africano. São Paulo: Ática, 2007.

WITTMANN, Luisa. Ensino de História Indígena. Rio de Janeiro: Autentica, 2015

Componente Curricular: Laboratório de arte e estética na educação

Ementa: Educação e Experiência estética. Arte e estética e a educação do sensível na constituição da subjetividade docente. Laboratórios poéticos. Vivências estéticas em espaços formais e não formais de educação.

Objetivos: Compreender a experiência estética e artística no processo de formação docente como parte da formação profissional, experienciando em laboratórios poéticos os processos de criação, reflexão, fruição e estesia para reconhecer contextos relacionados à prática pedagógica para o compromisso com a aprendizagem.

Bibliografia Básica:

DUARTE, JR., J. F. O Sentido dos Sentidos: a educação (do) sensível. Curitiba: Edições

Criar, 2001.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2011.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal no campo das artes. São Paulo: Cortez, 2015.

KIVY, P. Estética: fundamentos e questões de filosofia da arte. São Paulo: Paulus, 2008.

PEIXOTO, M. I. H. Arte e Grande Público: a distância ser extinta. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

LARROSA, Jorge. Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SASPORTES, J. Pensar a dança: A reflexão estética de Mallarmé a Cocteau. Imprensa Nacional –Casa da Moeda.

Bibliografia Complementar:

MARTINS, M. C. (org.) Pensar Juntos: (entre)laçando experiências e conceitos. São Paulo: Terracota, 2014.

MEIRA, M. Filosofia da criação: Reflexões sobre o sentido do sensível. Porto Alegre: Mediação, 2003.

NEITZEL, A. A.; CARVALHO, C. Formação estética e artística: saberes sensíveis. Curitiba, PR: CRV, 2012.

OLIVEIRA, M. O. Arte, Educação e Cultura. Santa Maria: Editora da UFSM, 2015.

RANCIÈRE, J. A partilha do sensível: estética e política. São Paulo: EXO/Editora 34, 2005.

ZANELLA, A.; COSTA, F. C. B. ; MAHEIRIE, K. ;SANDER, L e ROS, S. Z. (Orgs.), Educação estética e constituição do sujeito: Reflexões em curso. Florianópolis, SC: NUP/CED/UFSC, 2007.

Periódicos especializados:

Revista ARS -USP

Revista Educação, Artes e Inclusão -UDESC

Revista Palíndromo –UDESC

Arte & Ensaio –UFRJ

Revista VIS –UNB

Visualidades –UFG

4.14.3.3 Detalhamento dos componentes curriculares específicos do curso

FASE 1

Componente Curricular: Arte na Educação
Área Temática: Arte na Educação
Ementa: A inserção da arte na educação e seu contexto histórico no Brasil. Tendências Pedagógicas no ensino da arte. Teóricos da Arte na educação. Relação ensino da arte e práticas extensionistas.
Objetivos: Estudar a arte na educação, conhecendo seu contexto histórico no Brasil, refletindo sobre as tendências pedagógicas que influenciaram e continuam influenciando o ensino da arte no cotidiano da escola de Ensino Básico, assim como conhecer os principais teóricos desta área.
Bibliografia básica: BARBOSA, A. M. T. B. Arte-educação no Brasil. São Paulo: Perspectiva, c1978. (Coleção Debates, 139). BARBOSA, A. M. T. B. Arte: educação contemporânea: consonâncias internacionais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. BARBOSA, A. M. T. B.; GUINSBURG, J. (Jacó). O pós-modernismo. São Paulo: Perspectiva, 2005. CARVALHO, C., SOUZA, M. A. da C. Arte e estética na educação: pesquisa e processos. Curitiba: editora Appris. 2019.
Bibliografia complementar: YOUNGERMAN, S. Curt Sachs e sua herança: uma resenha crítica da História Mundial da Dança com um levantamento de estudos recentes que perpetuam suas ideias. In: CAMARGO, G. G. A. (Org.) Antropologia da Dança I. Florianópolis: Insular, 2013, p. 57-74. [Tradução: Giselle Guilhon] BARBOSA, A. M. T. B.; PORTELLA, A. Inquietações e mudanças no ensino da arte. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008. CUNHA, S. R. V. d. Cor, som e movimento: a expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009
Periódicos especializados: Revista Arte, Educação e Inclusão - UDESC Revista GEART – UFRGS

Anais da ANDA

Componente Curricular: **Contextos históricos da Dança em Santa Catarina**

Área Temática: Teorias e processos compositivos em Dança

Ementa: Panorama histórico da dança em Santa Catarina. A configuração de um mercado de dança: distinção de profissionais, grupos, metodologias, instituições de ensino, eventos, mecanismos de apoio público, prêmios, equipamentos culturais, publicações, patrocinadores, dentre outros elementos. Análise de obras coreográficas e suas relações com o contexto artístico local, nacional e internacional.

Objetivos: Compreender o desenvolvimento da dança em Santa Catarina, por meio do acesso a obras coreográficas, profissionais e fatores contextuais que contribuíram para a configuração do cenário local da dança, do século XIX aos dias atuais.

Bibliografia básica:

SOUZA, Marco Aurelio da Cruz. A dança popular no processo de formação do bailarino clássico e contemporâneo: estudo sobre a Escola do Teatro Bolshoi do Brasil. 2019. 292f. Tese. (Doutoramento em Motricidade Humana na especialidade de Dança). Universidade de Lisboa, Lisboa – Portugal, 2019.

https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/19570/1/2019_Doutoramento%20em%20Motricidade%20Humana%2C%20na%20especialidade%20de%20Dan%C3%A7a_%20Sousa%2C%20Marco%20Aur%C3%A9lio%20da%20Cruz.pdf

VIEIRA, Maria Carolina. Nas entrelinhas do corpo e do movimento: a experiência do dançar nas companhias Grupo Cena 11 Cia de dança e Peeping Tom Company. Dissertação (Mestrado em Teatro) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Em: <http://tede.udesc.br/tede/tede/1180>

XAVIER, Jussara. Grupo Cena 11. Dançar é conhecer, Annablume, São Paulo: 2015.

XAVIER, Jussara Janning. Acontecimentos de dança: corporeidades e teatralidades contemporâneas. Tese (Doutorado em Teatro) – Programa de Pós-Graduação em Teatro, UDESC, Florianópolis, 2012. Disponível em: http://www.ceart.udesc.br/ppgt/teses/jussara_janning_xavier.pdf

Bibliografia complementar:

XAVIER, Jussara. Dança contemporânea em Santa Catarina: um cenário de desbravadores. In: Cartografia: Rumos Itaú Cultural Dança. São Paulo: Itaú Cultural, 2007.

Erika de Moura. Diálogos de dança: relações possíveis na cidade de Joinville. Em: LEONI, Renata; Instituto Festival de Dança de Joinville (Org.). A dança da rede. As redes da dança. Instituto Festival de Dança de Joinville. Joinville: 2019. p. 251-259.

SPANGHERO, Máira. A dança dos encéfalos acesos. São Paulo: Itaú Cultural, 2003. 141 p. (Rumos Itaú Cultural Transmídia).

XAVIER, Jussara. A política da dança nos anos 90 em Florianópolis. Dissertação de mestrado em Comunicação e Semiótica. São Paulo: PUC-SP, 2001.

BRAGA, Suzana; GHELEN, Joel; RUIZ, Paulo César. 15 Anos de Dança: Festival de Joinville. Editora EGB. Rio de Janeiro 1998.

<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/972/1/Caroline%20Tromm.pdf>

VÍDEOS:

- Limiares. Anderson João Gonçalves. Sandra Meyer. Florianópolis, 2014.
- Ballet Desterro: contemporaneidade na dança catarinense; Jussara Xavier. Fundação Nacional de Artes – Funarte, Florianópolis, 2010.

Componente Curricular: **Processos criativos em Artes visuais (desenho e pintura)**

Área Temática: Desenho e Gravura

Ementa: Conceitos históricos, estéticos e artísticos do desenho e da pintura. Processos de criação e materialidades. Práticas metodológicas voltadas para a Educação Básica. Relação ensino da arte e práticas extensionistas.

Objetivos: Conceituar desenho e pintura, percebendo os elementos da visualidade na composição figurativa e abstrata, para aplicação no desenho e pintura de observação e criação, assim como estudar o grafismo da criança, visando o desenvolvimento de práticas metodológicas voltadas para a Educação Básica.

Bibliografia básica:

CURTIS, Brian. Desenho de Observação. Porto Alegre: Editora Mc Graw Hill/Bookman. 2ª Ed., 2015.

LEGER, Fernand. Funções da pintura. São Paulo : Difusão Europeia do Livro, c1965.

MARTÍN ROIG, Gabriel; BRU, Marta. Fundamentos do desenho artístico: aula de desenho. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

MAYER, Ralph. Manual do Artista. São Paulo : Martins Fontes, 1996.

PARRAMÓN, José Maria. Así se compone un cuadro.14. ed. Barcelona : Parramon, 1984.

WONG, Wucius. Princípios de Forma e Desenho. São Paulo: WMF/Martins Fontes. 2ª ed., 2010.

Bibliografia complementar:

BARGUE, Charles. Curso de Desenho. São Paulo: Criativo. 2014.

GOMES FILHO, João. Gestalt do Objeto: sistema de leitura visual da forma. São Paulo: E Lucy.

Oficina de Desenho. São Paulo: Ambientes & Costumes Editora. 2011.

PEDROSA, Israel. Da cor a cor inexistente. 9. ed. Rio de Janeiro : Léo Christiano Editorial, 2002.

WONG, Wucius. Princípios de Forma e Desenho. São Paulo: WMF/Martins Fontes. 2ª ed., 2010).

scrituras. 9ª ed., 2009.

Telles. Didática no ensino da arte: a língua do mundo, poetizar, fruir e conhecer arte. São Paulo : FTD, 1998.

FASE 2

Componente Curricular: **Arte e Cultura Popular no Brasil**

Área Temática: Arte Tridimensional

Ementa: Conceito de cultura. Diversidade Cultural. Cultura popular, de massa e erudita. Elementos formadores da cultura Afro-brasileira e Indígena. Direitos Humanos. Produção da arte popular brasileira. Arte e cultura popular catarinense. Folclore infantil. Relação ensino da arte e práticas extensionistas. Prática como Componente Curricular – PCC.

Objetivos: Conhecer a arte e a cultura brasileira com ênfase na cultura popular.

Bibliografia básica:

APARECIDA LINO PAULIUKONIS; VANDA MARIA ELIAS; SUELI CRISTINA MARQUESI. Temas de Direitos Humanos. 13. São Paulo : Saraiva Jur, 2024. E-book, il. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553626434>. Acesso em: 23 abr. 2025.

JOHN, Torey. Teoria cultural e cultura popular: uma introdução. São Paulo: SESC, 2015.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 16. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

COELHO, Teixeira; INSTITUTO CULTURAL ITAÚ. A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008. 159 p. (Observatório Itaú Cultural).

FERNANDES, Florestan. O folclore em questão. São Paulo: HUCITEC, 2003.

GIANNELLA JÚNIOR, Fulvio; MENGIOZZI, Federico; LOBATO, Monteiro. Folclore brasileiro. São Paulo: Globo, 2006. 136 p, il.

GUIMARÃES, J. Geraldo M. Folclore na escola. 3. ed. Barueri: Manole, 2002.

PEREIRA, Natividade. Cultura popular e folclore na educação: brincadeiras, artesanato, superstições e música. São Paulo: Paulinas, 2007. 120 p, il. , 1 folheto.

SANTA ROSA, Nereide Schilaro. Raízes e tradições: a arte popular no Brasil. São Paulo: Pinakotheke, 2003. 30p, il. (História da arte brasileira para crianças, 6).

Bibliografia complementar:

CARRASCO, Walcyr; SUPPA. Lendas e fábulas do folclore brasileiro. Barueri: Manole, 2009. nv, il.

COELHO, Teixeira; INSTITUTO CULTURAL ITAÚ. A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001. São Paulo: Iluminuras : Itaú Cultural, 2008. 159 p. (Observatório Itaú Cultural).

FERNANDES, Florestan. O folclore em questão. São Paulo: HUCITEC, 2003.

GIANNELLA JÚNIOR, Fulvio; MENGOZZI, Federico; LOBATO, Monteiro. Folclore brasileiro. São Paulo: Globo, 2006. 136 p, il.

GUIMARÃES, J. Geraldo M. Folclore na escola. 3. ed. Barueri: Manole, 2002

PEREIRA, Natividade. Cultura popular e folclore na educação: brincadeiras, artesanato, superstições e música. São Paulo: Paulinas, 2007. 120 p, il., 1 folheto.

SANTA ROSA, Nereide Schilaro. Raízes e tradições: a arte popular no Brasil. São Paulo: Pinakothke, 2003. 30p, il. (História da arte brasileira para crianças, 6).

Componente Curricular: **Jogos musicais**

Área Temática: Educação Musical

Ementa: Brincadeiras cantadas infantis de tradição. Brincadeiras e jogos musicais infantis. Epistemologia do jogo e conceito de jogo musical. Abordagens, estratégias e função simbólica dos jogos e brinquedos. Movimento Corporal. A mediação do professor nas atividades lúdicas. Práticas metodológicas voltadas para a Educação Básica. Relação ensino da arte e práticas extensionistas.

Objetivos: Compreender o significado do jogo na educação musical. Ampliar o repertório de brincadeiras e jogos musicais.

Bibliografia básica:

BRITO, Teca Alencar de. Música na Educação Infantil: propostas para a formação integral da criança. São Paulo: Peirópolis, 2003.

PAZ, Ermelinda A. 500 Canções Brasileiras. 2ª. edição. Brasília: MusiMed, 2010.

SODRÉ, Lilian Abreu. Música Africana da sala de aula: Cantando, tocando e dançando nossas raízes negras. São Paulo: Duna Dueto, 2010.

Bibliografia complementar:

FRANÇA, Cecília Cavalieri; POPOFF, Yuri. Festa Mestiça: O congado na sala de aula. Belo Horizonte: UFMG. NOVAES, Iris Costa. Brincando de Roda. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

Periódicos especializados:

Revista MEB

Componente Curricular: **Teatro na Escola – práticas e metodologias**

Área Temática: Ensino do Teatro

Ementa: Fundamentos educacionais da prática teatral. Estudo dos fundamentos teórico-históricos do ensino do teatro no Brasil. O compromisso do profissional de teatro: professor mediador. Teatro na Escola como componente curricular e como projeto extra-curricular. Bases teóricas, filosóficas e legais para a inclusão da atividade teatral em programas educacionais. Estudo de formas de

planejamento, aplicação e avaliação de programas de teatro na educação. Relação ensino da arte e práticas extensionistas.

Objetivos: Compreender o teatro como campo de conhecimento. Conhecer os procedimentos metodológicos do ensino do Teatro. Compreender o papel do professor de Teatro como mediador do processo de ensino-aprendizagem. Aprender o conceito de cultura a partir de diferentes perspectivas e sua implicação no ensino teatral.

Bibliografia básica:

FERREIRA, Thaís. A escola no teatro: e o teatro na escola. Porto Alegre: Mediação, 2006.

GERÔNIMO, Hérica da Silva. O teatro invade a escola. 2016. Dissertação de Mestrado UFPR: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/46330/R%20-%20D%20-%20HERICA%20DA%20SILVA%20GERONYMO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

JAPIASSU, Ricardo Ottoni Vaz. Metodologia do ensino de teatro. São Paulo: Papirus, 2001.

LARROSA, Jorge. Elogio da escola. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. (Biblioteca digital).

Bibliografia complementar:

DESGRANGES, Flávio. Pedagogia do Teatro: provocação e dialogismo. São Paulo: HUCITEC, 2006.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 56. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2014. 253 p.

JAPIASSU, Ricardo Ottoni Vaz. As artes e o desenvolvimento cultural do ser humano. In: Educação E sociedade.

RYNGAERT, Jean-Pierre. Ler o teatro contemporaneo. Sao Paulo : Martins Fontes, 1998.

ONÇA, L. A.; CAMARGO, E. D. S.; PIERO, A. Cultura e extensão universitária: democratização do conhecimento. São João del-Rei : Malta, 2010. 663 p, il.

SILVA, L. D. D.; CANDIDO, G. J. Extensão Universitária: conceitos propostas e provocações. São Paulo: Metodista, 2014.

FERREIRA FILHO, M. G. Direitos humanos fundamentais. 15. Ed.. São Paulo: Saraiva, 2016.

NASCIMENTO, M.; GOBBI, M. Educação e diversidade cultural: desafios para os estudos da infância e da formação docente. São Paulo: Papirus, 2016.

INSTITUTO ARTE NA ESCOLA. Arte, escola e cidadania. São Paulo: Instituto Arte na escolar: Cultura Acadêmica Ed. 2006.

Componente Curricular: **Dança na escola - consciência corporal e exploração do movimento**

Área Temática: Dança e educação

Ementa: Elementos da dança e seus fundamentos na Educação Básica. Legislação da dança no

Ensino formal. A dança nos documentos curriculares nacionais, estaduais e municipais. A dança criativa. Planejamento de ensino na Dança. As principais correntes pedagógicas utilizadas no ensino brasileiro e relações com o ensino da dança escolar. Relação ensino da arte e práticas extensionistas. Compreensão dos princípios teóricos e práticos de Rudolf Laban. (Corpo, fatores de movimento e ações básicas). Relação ensino da arte e práticas extensionistas.

Objetivos: Ministras aulas de dança pautadas no conceito de coaprendizagem com respeito à diversidade e subjetividade dos estudantes, promovendo um ensino de dança criativo, observando a necessidade de planejar as ações pedagógicas.

Bibliografia básica:

BALDI, Neila Cristina; ARAÚJO, Lauana Vilaronga Cunha de; ZANELLA, Andrisa Kemel. PROCESSOS CRIATIVOS, FORMATIVOS E PEDAGÓGICOS EM DANÇA. (Coleção Quais danças estão por vir? Trânsitos, poéticas e políticas do corpo, 4). Salvador, Editora ANDA. 2020.

<https://portalanda.org.br/wp-content/uploads/2020/12/ANDA-2020-EBOOK-4-PROCESSOS-CRIATIVOS.pdf>

CASTRO, Oséias Guimarães de. Metodologia da dança [recurso eletrônico] / Oséias Guimarães de Castro, Bonine John Giglio Brito, Michele Caroline da Silva Rodrigues; [revisão técnica: Erik Menger Silveira]. – Porto Alegre: SAGAH, 2019.

CONE, Theresa Purcell. Ensinando dança para crianças / Theresa Purcell Cone, Stephen L. Cone; [tradução Lúcia Helena de Seixas Brito; Soraya Imon de Oliveira]. --3. ed. --Barueri, SP: Manole, 2015.

GUIGUERE, Miriam. Dança Moderna: Fundamentos e técnicas. [tradução Larissa Wostog Ono]. Barueri, SP. Manole, 2016.

RODRIGUES. Michele Caroline da Silva Rodrigues. Dança. São Paulo. SAGAH EDUCAÇÃO S.A. 2018.

Bibliografia complementar:

FUSARI, M. F. R.; FERRAZ, M. H. C. T. Metodologia do Ensino da Arte. São Paulo, Cortez, 1993.

LABAN, R. Dança Educativa Moderna. São Paulo: Ícone: 1990.

MARQUES, I. A. Ensino de dança hoje: textos e contextos. São Paulo: Cortez, 2001.

MARQUES, I. A. Dançando na escola. São Paulo: Cortez, 2003.

MARZANO-PARISOLI, M. M. Pensar o corpo. Petrópolis: Vozes, 2004.

PREGNOLATTO, D. Criandança: uma visita à metodologia de Rudolf Laban. Brasília: LGE, 2004.

MACIEL, K.e PARENTE, A. (orgs.). Redes Sensoriais: arte, ciência e tecnologia. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.

FASE 3

Componente Curricular: **Arte no Espaço Urbano**

Área Temática: Desenho e Gravura

Ementa: A arte no espaço urbano, políticas e poéticas nas cidades. Movimentos urbanos nas

linguagens da arte. Projeto experimental em espaços urbanos com o corpo, o som, o movimento e a imagem. Relação ensino da arte e práticas extensionistas.

Objetivos: Compreender as singularidades das artes urbanas no contexto contemporâneo.

Bibliografia básica:

BENKE, Carlsson- Street art: técnicas e materiais para arte urbana: grafite, pôsteres, adusting, estêncil, jardinagem de guerrilha, mosaicos, adesivos, instalações, serigrafia, perler beads / Benke Carlsson, Hop Louie; tradução, Denis Fracalossi. - 1.ed. - São Paulo: Gustavo Gili, 2015.

GANZ, Nicholas. O mundo do grafite: arte urbana dos cinco continentes / Nicholas Ganz; organizado por Tristan Manco ; tradução: Rogério Bettoni ; revisão de tradução: Marcelo Brandão Cipolla. - 1.ed. - São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RINK, Anita: Graffiti: intervenção urbana e arte: apropriação dos espaços urbanos com arte e sensibilidade / Anita Rink. - 1.ed. - Curitiba: Appris, 2013.

Bibliografia complementar:

BELTRÃO, Luiz. Folkcomunicação. A comunicação dos marginalizados. São Paulo: Cultrix, 1980.

CANCLINI, Nestor Garcia. A Socialização da arte: teoria e prática na América Latina. São Paulo: Cultura, 1980.

CANE ZACCI, M. A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Nobel, 1993.

ECO, Umberto. Obra aberta. Forma e Indeterminação nas poéticas contemporâneas. São Paulo: Perspectiva, 1971.

FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. Ver a cidade: cidade, imagem, leitura. São Paulo: Nobel, 1988.

SILVA TELLEZ, Armando. Graffiti una ciudad imaginada. Bogotá: Tecer Mundo, 1988.

Componente Curricular: **Metodologia do Ensino das Artes Visuais**

Área Temática: Arte na Educação

Ementa: Fundamentos das Artes Visuais na Educação Básica. Linguagens da Arte. Procedimentos metodológicos do ensino das Artes Visuais na Educação Básica. Relação ensino da arte e práticas extensionistas.

Objetivos: Compreender as linguagens da arte para desenvolver procedimentos metodológicos do ensino das Artes Visuais direcionados para a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Espaços não formais.

Bibliografia básica:

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella, FORMAN. As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1999.

PILLOTTO, Silvia Sell Duarte. Linguagens da arte na infância. Joinville: Editora da Univille, 2007.

OSTETTO, Luciana Esmeralda; LEITE, Maria Isabel. Arte, infância e formação de professores: autoria e transgressão. 2.ed. - São Paulo: Papirus, 2004.

FERRAZ, Heloísa C. de T.; FUSARI, Maria F. de Rezende. Metodologia do ensino de arte: fundamentos e proposições. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia complementar:

HOLM, Ann Marie. Eco-arte com crianças. São Paulo: Unic Gráfica e Editora Ltda, 2015.

Ateliê Carambola Escola de Educação Infantil. Arquiteturas fantásticas: ideias, teorias e narrativas de crianças de 2 e 3 anos. São Paulo: Unic Gráfica e Editora, 2016.

LEITE, Maria Isabel; OSTETTO, Luciana Esmeralda. Museu, educação e cultura: encontros de crianças e professores com a arte (orgs.). Campinas :Papirus, 2005.

IABELBERG, Rosa. Desenho na educação infantil. -São Paulo: Melhoramentos, 2013.

OSTETTO, Luciana Esmeralda; OLIVEIRA, Eloisa Raquel; MESSINA, Virgínia da Silva.

Deixando marcas: a prática do registro no cotidiano da educação infantil. - 2.ed. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

MARTINS, Mirian Celeste; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, M.Terezinha Telles. Teoria e prática do ensino da arte: a língua do mundo. São Paulo: FTD, 2010.

Brasil – Ministério da Educação. Base Nacional Curricular Comum. 3ª versão. Brasília: MEC, 2017.

Componente Curricular: **Processos de criação teatral em espaços formais e não-formais de educação**

Área Temática: Ensino do Teatro

Ementa: O ensino de teatro e sua colaboração para a autonomia dos indivíduos. O papel do jogo no domínio da linguagem teatral. Jogo dramático e jogo teatral. Improvisação teatral. O drama como método de ensino. As perspectivas de ensino nas Peças Didáticas. O teatro do oprimido. Perspectivas do teatro contemporâneo. Preparação pessoal para a atuação teatral dos membros de um coletivo: presença, organicidade e precisão na construção física de personagens. Texto dramático e texto teatral. Relação ensino da arte e práticas extensionistas. Prática como Componente Curricular – PCC.

Objetivos: Compreender o ensino do Teatro em espaços formais e não formais de educação. Compreender como se estabelece a relação: comunidade e professor mediador. Apreender metodologias específicas para o ensino de teatro na comunidade. Refletir acerca da inserção do Teatro na comunidade e seus implicantes. Compreender a arte popular e sua prática na

comunidade. Refletir acerca da cultura afro-brasileira e indígena, considerando a sua importância na comunidade.

Bibliografia básica:

CONCILIO, Vicente. 'Sete vezes Sr. Schmitt': o modelo de ação e o jogo da encenação com a peça didática de Bertolt Brecht. Urdimento : revista de estudos sobre teatro na América Latina, Florianópolis, n.17 , p. 157-163, set. 2011. Disponível em:

http://www.ceart.udesc.br/ppgt/urdimento/2011/arquivos_urdimento_17/157_vicente_urd17.pdf

SPOLIN, Viola. Improvisação para o teatro. São Paulo : Perspectiva, 1998.

SLADE, Peter. O jogo dramático infantil. São Paulo : Summus, 1978.

VIDOR, Heloíse Baurich. Leitura e teatro: aproximação e apropriação do texto literário. 222 p. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, Doutorado em Artes Cênicas, São Paulo, 2015: <https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000003/000003ab.pdf>

Bibliografia complementar:

BOAL, Augusto. Jogos para atores e não atores. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: 2004.

KOUDELA, Ingrid Dormien (Org). Um vôo brechtiano. São Paulo: Perséctiva: Fapesp, 1992.

KOUDELA, Ingrid Dormien. Jogos Teatrais. São Paulo: Perspectiva, 1984. REVERBEL, Olga. Jogos Teatrais na Escola: atividades globais de expressão. São Paulo: Scipione, 1993.

REVERBEL, Olga. Oficina de Teatro. Porto Alegre: Quարup, 1993.

SPOLIN, Viola. Jogos Teatrais: o fichário de Viola Spolin. São Paulo: Perspectiva, 2006.

VIGOTSKI, Liev S. Psicologia da Arte. São Paulo: Martins Fontes, 1998

Componente Curricular: Práticas musicais na educação básica

Área Temática: Educação Musical

Ementa: O cuidar, o educar e o musicalizar: o papel do professor de música na formação holística de estudantes da Educação Básica. Abordagens musicais, jogos e brincadeiras, estratégias metodológicas e o princípio ativo da Educação Musical na Educação Básica. Fundamentos teóricos e epistemológicos da música na Educação Básica. Relação ensino da arte e práticas extensionistas.

Objetivos: Compreender o significado e a função da musicalização na educação. Ampliar o repertório de brincadeiras e jogos musicais voltados a educação básica.

Bibliografia básica:

BRITO, Teca Alencar de. Hans-Joachim Koellreutter: ideias de mundo, de música, de educação / Teca de Alencar Brito. 1.ed. São Paulo: Peirópolis; EDUSP, 2015.

SOUZA, Jusamara. MATEIRO, Teresa. Práticas de ensinar música: legislação, planejamento, observação, registro, orientação, espaços, formação /Teresa Mateiro, Jusamara Souza (organizadoras). Porto Alegre: Sulina, 2008.

WISNIK, Jose Miguel. O som e o sentido: uma outra história das músicas /Jose Miguel Wisnik. 2.ed. - Sao Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHAFER, R. Murray. O ouvido pensante; tradução Marisa Trench de O. Fonterrada, Magda R. Gomes da Silva, Maria Lucia Pascoal. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

Bibliografia complementar:

GUIMARÃES, Rosângela. Educação infantil: o aprendizado pela emoção da música. 2 ed. Ampl. e ver. Porto Alegre: Ed. Da Autora, 2001.

NOVAES, Iris Costa. Brincando de Roda. 2 edição. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

PENNA, Maura. UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA; K, Tom (Org.). Música na sala de aula da educação básica: propostas de exercícios. João Pessoa: UFPB, 2013.

SODRÉ, Lilian Abreu. Música Africana da sala de aula: Cantando, tocando e dançando nossas raízes negras. São Paulo: Duna Dueto, 2010.

FASE 4

Componente Curricular: **Estágios Entre Linguagens Artísticas na Educação Infantil**

Área Temática: Arte Educação

Ementa: Inserção em espaços educativos na educação infantil. Planejamento, observação, prática e registro das ações pedagógicas nas linguagens da arte (artes visuais, dança, música e teatro). Elementos teóricos e práticos da docência das linguagens da arte na educação básica. Processos de ensinar, aprender e avaliar em arte. Sistematização, análise e socialização da ação docente.

Objetivos: Vivenciar a prática pedagógica das linguagens da arte (artes visuais, dança, música e teatro) na educação básica buscando compreender a realidade escolar e contribuir para uma prática de ensino das linguagens da arte.

Bibliografia básica:

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos; PORTELLA, Adriana. Inquietações e mudanças no ensino da arte. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOHN, Letícia Ribas Diefenthaler; PILLOTTO, Silvia Sell Duarte. Arte/Educação: ensinar e aprender no ensino básico. Joinville, SC: Editora Univille, 2014.

OSTETTO, Luciana Esmeralda; LEITE, Maria Isabel. Arte, infância e formação de professores: autoria e transgressão. 2.ed. - São Paulo: Papirus, 2004. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 1994. 200p.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Educação. Proposta curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica. Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação, 2014.

Bibliografia complementar:

FERREIRA, Taís. A escola no teatro e o teatro na escola. Porto Alegre: Mediação: 2014.

ILARI, Beatriz Senoi. Música na infância e na adolescência: um livro para pais, professores e aficionados. Curitiba: Ibipex, 2009. 198 p, il.

MARQUES, I. Interações – Criança Dança e Escola. São Paulo: Edgard Blucher, 2012.

PINO, Angel. As marcas do humano: as origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski. São Paulo: Cortez, 2005.

Componente Curricular: **Percussão**

Área Temática: Educação musical

Ementa: Percussão corporal. Linguagem rítmica e leitura musical. Técnicas de instrumentos de percussão. Repertório com ritmos musicais brasileiros. Atividades de educação musical. Contextualização histórica dos ritmos e instrumentos percussivos. Construção de instrumentos a partir de materiais recicláveis. Atividades musicais para sala de aula.

Objetivos: Compreender as funções da música e as manifestações musicais em diversos povos e contextos socioculturais. Internalizar conceitos e princípios norteadores para o ensino percussivo na educação. Pesquisar e criar materiais de produção sonora e atividades lúdicas com instrumentos percussivos.

Bibliografia básica:

ARTAXO, Inês. Ritmo e movimento: teoria e prática /Inês Artaxo, Gizele Assis Monteiro. -5. ed. - São Paulo: Phorte, 2013. - 93 p.:il.

ARTAXO, Inês. Ritmo e movimento /Ines Artaxo, Gizele de Assis Monteiro. -Guarulhos: Phorte Editora, 2000. - 48p.:il.

SCHRADER, Erewin. Expressão musical e musicalização através de práticas percussivas coletivas. 2011. 397 f. TESE (Doutorado em educação musical), Programa de Pós-graduação em Música, Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2011. Disponível: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3117>. Acesso em: 25 jun. 2016.

Bibliografia complementar:

ALVARENGA, Oneyda. Música popular brasileira.2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1982. 374 p, il. (O baile das quatro artes).

FREIRE, Vanda Bellard. Horizontes da pesquisa em música. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010. 181 p, il.

FREIRE, Vanda Lima Bellard. Música e sociedade: uma perspectiva histórica e uma reflexão aplicada ao ensino superior de música. Rio de Janeiro: ABEM, 1992. 327 p. (Teses, 1).

TUGNY, Rosangela Pereira de; QUEIROZ, Ruben Caixeta de. Músicas africanas e indígenas no Brasil. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. 359 p, il. , 2 CDs-ROM.

Componente Curricular: **Laboratório poético (gravura)**

Área Temática: Desenho e Gravura

Ementa: Práticas Visuais na contemporaneidade. Conhecimento de procedimentos e materialidades diversas nos processos de gravação e impressão da gravura. Práticas metodológicas voltadas para a Educação Básica. Relação ensino da arte e práticas extensionistas.

Objetivos: Desenvolver atividades teórico-práticas na área da gravura, com ênfase na xilogravura, mediante pesquisa de materiais e práticas metodológicas voltadas para o ensino na educação básica.

Bibliografia básica:

KOSSOVITCH, Leon, LAUDANNA, Mayra, et al.. Gravura: arte brasileira do século XX. São Paulo: Cosac e Naify, 2000.

FAJARDO, Elias; SUSSEKIND, Felipe; VALE, Marcio do. Gravura. Rio de Janeiro: Ed. SENAC, 1999. 143p, il.

ARAÚJO, Olívio Tavares de. Gravura e gravadores. São Paulo: Itaú Cultural, 2000.

FERREIRA, Orlando da Costa. Imagem e letra : introdução a bibliologia brasileira : a imagem gravada. 2.ed. Sao Paulo : EDUSP, 1994.

Bibliografia complementar:

FRANKLIN, Jeova. Xilogravura popular na literatura de cordel. São Paulo: LGE, 2007.

HERSKOVITS, Anico. Xilogravura: arte e técnica. Porto Alegre: São Paulo: Pomar Editorial, 2005.

CATAFAL, Jordi; OLIVA, Clara. A Gravura: Lisboa : Estampa, 2003. 160 p, il.

(Colecýo artes e ofýcios).

COSTELLA, Antonio. Breve história ilustrada da xilogravura. Campos do Jordão, S.P : Ed. Mantiqueira : Casa da Xilogravura, 2003. 75p.

Componente Curricular: **Contextos históricos da Dança no Brasil**

Área Temática: Teorias e processos compositivos em Dança

Ementa: Os diferentes contextos e as condições político-sociais da dança cênica no Brasil. História da dança como a história da construção e da realização de danças, história de ideias, concepções e necessidades em constante mudança. O desenvolvimento da dança cênica profissional no Brasil. Principais escolas no Brasil. Prática como Componente Curricular – PCC.

Objetivos: Compreender o desenvolvimento da dança cênica no Brasil, relacionando as correntes e as condições político-sociais e culturais do país.

Bibliografia Básica:

ALVARENGA, Arnaldo. Seminários de dança: Criação, ética, pa-ra-rá- pa-ra-rá-: modos de criação, processos que desaguam em uma reflexão ética. 1. ed. Joinville: PDOIS, 2012. 186 p., il. (Seminários de dança, v. 5).

PEREIRA, Roberto; NUNES, Sandra Meyer; TORRES, Vera (Orgs.). Seminários de dança: história em movimento: biografias e registros em dança. 1. ed. Caxias do Sul: Lorigraf, 2008. 250 p., il. (Seminários de dança, v. 1).

WOSNIAK, Cristiane (Orgs.) et al. Seminários de dança: o que quer e o que pode [ess]a técnica?. 1. ed. Joinville: Letradágua, 2009. 176 p., il., 1 DVD. (Seminários de dança, v. 2).

XAVIER, Jussara Janning; NUNES, Sandra Meyer; TORRES, Vera (Orgs.). Histórias da dança. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2012. 232 p., il. (Dança cênica, v. 2).

Midiateca de Dança

Acervo digital com informações relacionadas à produção de dança no/do Brasil, principalmente

na/da cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, idealizado por três profissionais residentes e ativas neste contexto: Jussara Xavier, Sandra Meyer e Vera Torres. Como ação voltada à documentação, ao incentivo à pesquisa e à difusão de projetos e estudos dedicados ao pensar e fazer dança, todo o conteúdo é disponibilizado de modo gratuito.

Bibliografia complementar:

BOGÉA, Inês; BENVEGNI, Marcela. Roseli Rodrigues: poesia em movimento. São Paulo: ARN, 2011. 1 DVD (24min), il. , 1 folheto.

BOGÉA, Inês. Primeira estação: ensaios sobre a São Paulo Companhia de Dança = First season: essays on São Paulo Companhia de Dança. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de SP, São Paulo Companhia de Dança, 2009. 325 p, il.

CAMINADA, Eliana. História da dança: evolução cultural. Rio de Janeiro: Sprint, 1999. xxiii, 486 p, il.

GREINER, Christine et al. Criações e conexões: cartografia, Rumos Itaú Cultural, dança, 2009-2010. São Paulo: Itaú Cultural, 2010. 115 p, il., 6 DVDs. (Rumos Itaú Cultural).

PEREIRA, Roberto; NUNES, Sandra Meyer; TORRES, Vera (Orgs.). Seminários de dança: história em movimento: biografias e registros em dança. 1. ed. Caxias do Sul: Lorigraf, 2008. 250 p., il. (Seminários de dança, v. 1).

SUCENA, Eduardo. A dança teatral no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Artes Cênicas, 1988. 497p, il.

Componente Curricular: **Educação Vocal**

Área Temática: Práticas Interpretativas

Ementa: Fundamentação teórica e prática do canto individual e em grupo. Fisiologia, classificação e técnica vocal aplicada aos diversos tipos de vozes e conjuntos vocais. Saúde e higiene vocal. Processo dirigido de estudo de e execução de repertório vocal. Práticas metodológicas voltadas ao ensino.

Objetivos: Estudar os conceitos relacionados à técnica vocal. Conhecer a fisiologia humana relacionando-a com a prática do canto. Entender a classificação vocal nos âmbitos da música erudita e popular. Aprender a lidar com a voz infantil, do adolescente, do adulto e idoso. Conhecer os cuidados básicos para promover e preservar a saúde vocal. Desenvolver a habilidade vocal mediante estudo teórico e prático. Praticar repertório de diversos âmbitos do canto solo e em grupo.

GOULART, Diana; COOPER, Malu. Por todo canto: método de técnica vocal – música popular. São Paulo: G4, 2002. 2 v, il., 2 CDs-ROM.

FAUSTINI, Joao Wilson. Técnica vocal: exercícios físicos e vocalises especiais para corais de vozes mistas /Joao Wilson Faustini. -São Paulo: Sociedade Evangélica de Música Sacra, c1997. - 24p.:il.

MATRAS, Jean Jacques. O som. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SOBREIRA, Silvia Garcia. Desafinação vocal. 2ª ed. Rio de Janeiro: MusiMed, 2003.

Bibliografia complementar:

DINVILLE, Claire. A técnica da voz cantada. 2ª ed. Rio de Janeiro: Enelivros, [200-]. xviii, 115 p, il.

GOULART, Diana; COOPER, Malu. Por todo canto: método de técnica vocal: música popular. São Paulo: G4, 2002. 2 v, il., 2 CDs-ROM.

HENRIQUE, Luís L. Acústica musical. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. xxii, 1130 p, il., 1 CD- ROM.

KAHLE, Charlotte. Manual prático da técnica vocal: para atores, cantores, oradores, professores e locutores. Porto Alegre: Sulina, [19-?]. 149p, il.

KAHLE, Charlotte. Manual técnico da técnica vocal: para atores, cantores, oradores, professores e locutores. Porto Alegre: Sulina, 1966. [149]p, il.

MATHIAS, Nelson. Coral: um canto apaixonante. Brasília: Musi Med, 1986. 117p, il., música, 23cm. (Serie Musicologia, 9).

MATRAS, Jean Jacques. O som. São Paulo: Martins Fontes, 1991. 116p, il. (Universidade hoje). Tradução de: Le son.

VILLA-LOBOS, Heitor. Guia prático: estudo folclórico musical. São Paulo: Irmãos Vitale Editores, 1941.

Periódicos especializados:

Revista Eletrônica da ABEM. Revista da Associação Brasileira de Educação Musical. Disponível em: < <http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem>>. Acesso em: 11 set. 2017.

Revista Eletrônica da OPUS. Revista da Associação nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM). Disponível em: <<https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus>>. Acesso em: 11 set. 2017.

FASE 5

Componente Curricular: **Estágio entre linguagens no ensino fundamental**

Área Temática: Arte Educação

Ementa: Inserção em espaços educativos no ensino fundamental. Planejamento, observação, prática e registro das ações pedagógicas nas linguagens da arte (artes visuais, dança, música e teatro).

Elementos teóricos e práticos da docência das linguagens da arte na educação básica. Processos de ensinar, aprender e avaliar em arte. Sistematização, análise e socialização da ação docente.

Objetivos: Relacionar Teoria e Prática de Ensino na elaboração, aplicação e análise de projeto educativo em Arte no Ensino Fundamental, mediante diagnóstico da realidade escolar.

Bibliografia básica:

BIANCHINI, Anna Cecilia de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Orientação para estágio em licenciatura. São Paulo - SP. Cengage Learning Edições Ltda. 2005.

BOHN, Leticia Ribas Diefenthaler; PILLOTTO, Silvia Sell Duarte. Arte/Educação: ensinar e aprender no ensino básico. Joinville, SC: Editora Univille, 2014.

ROSA, Iavelberg. Para gostar de aprender arte recurso eletrônico: sala de aula e formação de professores. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Educação. Proposta curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica. Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação, 2014.

Bibliografia complementar:

ALARCÃO, Isabel. Escola reflexiva e nova racionalidade. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. Arte: educação contemporânea: consonâncias internacionais.3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos; CUNHA, Fernanda Pereira da. Abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais. São Paulo: Cortez, 2010.

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos; PORTELLA, Adriana. Inquietações e mudanças no ensino da arte.6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FERRAZ, Maria Heloísa Correa de Toledo; FUSARI, Maria Felisminda de Rezende. Metodologia do ensino de arte: fundamentos e projeções.2. ed. São Paulo (SP): Cortez, c2009.

FREIRE, Madalena. Observação, registro, reflexão: instrumentos metodológicos I.2. ed. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996.

Componente Curricular: Maquiagem e Caracterização

Área Temática: Encenação teatral

Ementa: A função da maquiagem e dos figurinos na dança. Os elementos da maquiagem e suas funções. Teorias e técnicas da maquiagem teatral. Criação e técnicas de confecção de elementos postigos da maquiagem. Maquiagem e caracterização em prática pedagógica na Educação Básica. Relação ensino da arte e práticas extensionistas.

Objetivos: Identificar os elementos da maquiagem e suas funções. Executar diferentes tipos de maquiagem. Refletir sobre a relação entre maquiagem e a caracterização e o processo de construção

da personagem.
Bibliografia básica: NERY, M. De cara nova: manual de maquiagem. São Paulo: FTD, 1997. NERY, M. L. A evolução de indumentária: subsídios para criação de figurino. Rio de Janeiro: Ed. SENAC, 2003. 303p, il. SAMPAIO, José Roberto Santos. Maquiagem Teatral: uma experiência metodológica no ensino na Licenciatura em Teatro. 2015. Tese de Doutorado: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3205857
Bibliografia complementar: FAUSTO, V. O Figurino Teatral e as renovações do século XX. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010. LANGER, A. Kryolan Manual de Maquillage (Kryolan Makeup Manual).4ª ed.- Berlin: Kryolan GmbH, c2003. MOLINOS, D. Maquiagem.7. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2004. 223 p, il. NERY, M. L. A evolução de indumentária: subsídios para criação de figurino. Rio de Janeiro: Ed. SENAC, 2003. 303p, il. SCHANKER, H. H.; OMMANNEY, K. A. The stage and the school.8th ed. New York: Glencoe, McGraw-Hill, c1999. vii, 630 p, il.

Componente Curricular: Metodologia do Ensino das Artes Cênicas (dança e do teatro)

Área Temática: Artes Cênicas e Educação

Ementa: Artes cênicas, educação e comunidade. Artes Cênicas (dança e teatro) na Escola como componente curricular e como projeto extracurricular. Fundamentos educacionais da prática teatral e da dança. O jogo nas artes cênicas. O compromisso do profissional das artes cênicas: professor mediador. Conceito de cultura: a dinâmica e as diversidades culturais. Relação ensino da arte e práticas extensionistas. Prática como Componente Curricular – PCC.

Objetivos: Ministrar aulas de teatro e dança pautadas no conceito de aprendizagem significativa com respeito à diversidade e subjetividade dos estudantes, promovendo um ensino de teatro e dança criativo, observando a necessidade de planejar as ações pedagógicas.

Bibliografia básica:

CASTRO, Oséias Guimarães de. Metodologia da dança [recurso eletrônico] / Oséias Guimarães de Castro, Bonine John Giglio Brito, Michele Caroline da Silva Rodrigues; [revisão técnica: Erik Menger Silveira]. – Porto Alegre: SAGAH, 2019.

CONE, Theresa Purcell. Ensinando dança para crianças / Theresa Purcell Cone, Stephen L. Cone;

[tradução Lúcia Helena de Seixas Brito; Soraya Imon de Oliveira]. --3. ed. --Barueri, SP: Manole, 2015.

FERREIRA, Thaís. A escola no teatro: e o teatro na escola. Porto Alegre: Mediação, 2006.

GERÔNIMO, Hérica da Silva. O teatro invade a escola. 2016. Dissertação de Mestrado UFPR: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/46330/R%20-%20D%20-%20HERICA%20DA%20SILVA%20GERONIMO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Bibliografia complementar:

FUSARI, M. F. R.; FERRAZ, M. H. C. T. Metodologia do Ensino da Arte. São Paulo, Cortez, 1993.

LABAN, R. Dança Educativa Moderna. São Paulo: Ícone: 1990.

MARQUES, I. A. Ensino de dança hoje: textos e contextos. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Dançando na escola. São Paulo: Cortez, 2003.

DESGRANGES, Flávio. Pedagogia do Teatro: provocação e dialogismo. São Paulo: HUCITEC, 2006.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 56. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. 253 p.

JAPIASSU, Ricardo Ottoni Vaz. As artes e o desenvolvimento cultural do ser humano. In: Educação E sociedade.

Componente Curricular: **Fotografia**

Área Temática: Fotografia

Ementa: Aspectos históricos, conceitos artísticos e estéticos da fotografia. Procedimentos técnicos. Produção fotográfica. Práticas metodológicas voltadas para a educação básica. Relação ensino da arte e práticas extensionistas.

Objetivos: Conhecer o processo fotográfico enquanto arte, refletindo sobre a inserção de conceitos e vivências da produção fotográfica no cotidiano escolar da Educação Básica.

Bibliografia básica:

COTTON, Charlotte. A fotografia como arte contemporânea. Tradução: Maria Silvia Mourão Netto, Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: WMF, 2013.

FOLTS, James A., LOVELL, Ronald P., JR., Fred C. Zwahlen. Manual de fotografia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2007.

TRIGO, Thales. Equipamento fotográfico: teoria e prática. - 6.ed. - São Paulo: Ed. SENAC, 2015.

Bibliografia complementar:

BAVCAR, Evgen. O ponto zero da fotografia. Rio de Janeiro: Funarte, Programa Arte sem Barreiras, 2003.

BONI, Paulo César (Org.). Fotografia: usos, repercussões e reflexões. Londrina (PR) : Midiograf, 2014.

BORGES. Maria Eliza Linhares. História e fotografia. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

COSTA, Helouise. SILVA Renato Rodrigues da. A fotografia moderna no Brasil. São Paulo: Cosacnaify, 2004.

COSTA, Luiz Cláudio da (Org.). Dispositivos de registro na arte contemporânea. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009.

DIEGUES, Isabel. ORTEGA, Eduardo (orgs.). Fotografia na arte brasileira Séc. XXI. Rio de Janeiro: Cobogó, 2013.

MAGALHÃES, Angela. PEREGRINO, Nadja Fonseca. Fotografia no Brasil: um olhar das origens ao contemporâneo. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2004.

PASSOS, Lucio Kürten dos. Produção de sentido em fotografia. União da Vitória: UNIUV, 2012.

RAMOS, Alcides Freire. PATRIOTA, Rosangela. PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). Imagens na história. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

ROUILLÉ, André. A fotografia: entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Ed. Senac SP, 2009.

FASE 6

Componente Curricular: Estágio entre linguagens artísticas no ensino médio
Área Temática: Arte Educação
Ementa: Inserção em espaços educativos no Ensino Médio. Planejamento, observação, prática e registro das ações pedagógicas nas linguagens da arte (artes visuais, dança, música e teatro). Elementos teóricos e práticos da docência das linguagens da arte na educação básica. Processos de ensinar, aprender e avaliar em arte. Sistematização, análise e socialização da ação docente.
Objetivos: Relacionar Teoria e Prática de Ensino na elaboração, aplicação e análise de projeto educativo de Arte no Ensino Médio, mediante diagnóstico da realidade escolar.

Bibliografia básica:

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von, PARK, Margareth Brandini, FERNANDES, Renata Sieiro (orgs.) Educação não-formal :cenários da criação.. -Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2001.

RADLOFF, Cintia Mara B. Interfaces de práticas educativas entre museus e escolas do Alto Vale do Itajaí [recurso eletrônico] - 2019.

SÃO PAULO. Conceitos-chave da educação em museus: documento aberto para discussão. São Paulo: SISEM, 2015. acesso em: <https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2016/04/Bases-para-a-Pol%c3%aadtica-Nacional-de-Museus.pdf>

KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. Analisando a dinâmica da relação museu-educação formal. Caderno do Museu da Vida: O formal e o não-formal na dimensão educativa do museu. 2001/2002, p. 16-25. Disponível em:<http://www.fiocruz.br/museudavida_novo/media/Cadernos-do-Museu-da-Vida-2001-2002.pdf

Bibliografia complementar:

ALARCÃO, Isabel. Escola reflexiva e nova racionalidade. Porto Alegre : ArtMed, 2001.

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. Arte: educação contemporânea: consonâncias internacionais.3. ed. São Paulo : Cortez, 2010.

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos; CUNHA, Fernanda Pereira da. Abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais. São Paulo : Cortez, 2010.

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos; PORTELLA, Adriana. Inquietações e mudanças no ensino da arte.6. ed. São Paulo : Cortez, 2008.

Bohn, Letícia Ribas Diefenthaler; PILLOTTO, Silvia Sell Duarte. Arte/Educação: ensinar e aprender no ensino básico. Joinville, SC: Editora Univille, 2014.

HERNANDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos do trabalho. Porto Alegre : ArtMed, 1998.

Componente Curricular: **Tridimensionalidade (cerâmica, instalação e escultura)**

Área Temática: Arte Tridimensional

Ementa: Conceitos históricos, estéticos e artísticos da Cerâmica, instalação e escultura. Práticas metodológicas voltadas para a Educação Básica. Relação ensino da arte e práticas extensionistas.

Objetivos: Conhecer aspectos filosóficos, conceituais, históricos da tridimensionalidade na arte, mediante teoria e prática da modelagem, voltado à arte e o ensino da arte.

Bibliografia básica:

MOREIRA, Roseli Kietzer. Arte, estética e educação: uma perspectiva tridimensional. 1. ed. Pará de Minas, MG: Virtual Books, 2018. 78 p.

KISLANSKY, Israel. Argilas do Brasil. São Paulo: SESI, 2013.

MOREIRA, Roseli. O tridimensional: dimensões para arte e educação. Blumenau: Nova Letra, 2012.

CANTON, Katia. Escultura aventura. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: DCL, 2009.

KRAUSS, Rosalind E. Caminhos da escultura moderna. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Bibliografia complementar:

BUBBICO, Giovana. CROUS, Joan. Cerâmica, manuale completo. Itália: Demetra, 2008. CHITI, Jorge Fernández. Curso de cerâmica para niños y jóvenes : iniciación con técnicas indígenas. Buenos Aires: Ediciones Condorhuasi, 2007.

CHAVARRIA, Joaquim. Modelagem. Lisboa: Estampa, c1999.

COSTA, Lucília Verdelho da. 25 séculos de cerâmica. Lisboa Editorial Estampa, 2000.

GOMES, Denise Maria Cavalcante. Cerâmica arqueológica da Amazônia: Vasilhas da Coleção Tapajônica MAE - USP. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

LORIO, Mary Di. A Cerâmica no Brasil – Sistematização Bibliográfica. São Paulo: Americana, 2015.

PENIDO, Eliana; COSTA, Silvia de Souza; SENAC. Departamento Nacional. Cerâmica. Rio de Janeiro: Ed. SENAC, 1999.

UKESEKI, Mieko; CIDRAES, Alberto Gonçalves; SANCHEZ, Ana. 2005 Ano da Cerâmica: 30 anos de Forno Noborigama em Cunha. 1. ed. Cunha: Estância Climática, 2005.

Componente Curricular: **Introdução a história da música**

Área Temática: Musicologia e Etnomusicologia

Ementa: A música ocidental na Era Cristã (séc. IV ao XXI): contexto histórico, político, social, econômico e religioso, principais características, estilos, gêneros, compositores, obras emblemáticas e seus reflexos na música no Brasil. A inserção dos conhecimentos históricos no ensino e aprendizagem de música no contexto da educação básica. Relação ensino da arte e práticas extensionistas.

Objetivos:

Ter uma visão panorâmica da música produzida no Ocidente entre os séculos IV e XXI. Conhecer a história da música no Brasil desde o período colonial até os nossos dias. Ter uma visão da diversidade étnico-racial, formadora da cultura musical brasileira em diversos contextos. Inserção do repertório musical brasileiro no âmbito educacional.

Bibliografias básicas:

BENNETT, Roy. Uma breve história da música. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994. 80p, il. (Cadernos de música da Universidade de Cambridge).

CAVINI, Maristella Pinheiro. História da Música Ocidental: uma breve trajetória desde o século XVIII até os dias atuais. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

GROUT, Donald Jay; PALISCA, Claude V. História da música ocidental. Portugal: Ed. Gradiva, 2001.

Bibliografia complementar:

GAVA, José Estevan. A linguagem harmônica da Bossa Nova. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002. 246p.

GOMES, André da Silva; DUPRAT, Régis; SANTORO, Claudio Franco de Sá. Música sacra paulista, vol. 3. São Paulo: BASF, 1983.

KANJI, Ricardo; INSTITUTO CULTURAL ITAÚ. Música sacra do Brasil Colonial. São Paulo: Itaú, [2002]. 1 CD +, 1 folheto. (Coleção Itaú Cultural. Brasil Barroco).

KIEFER, Bruno. A modinha e o lundu: duas raízes da música popular brasileira. Porto Alegre: Movimento, 1986.

KIEFER, Bruno. História da música brasileira: dos primórdios ao início do século XX. 2.ed. Porto Alegre: Movimento, 1977.

KIEFER, Bruno. Villa-Lobos e o modernismo na música brasileira. Porto Alegre: Movimento. Brasília: INL, 1986.

KIEFER, Bruno. Elementos da linguagem musical. 2. ed. Porto Alegre: Movimento; Brasília: Instituto Nacional do Livro - MEC, 1973.

Componente Curricular: **Dança contemporânea**

Área Temática: Teorias e processos compositivos em Dança

Ementa: O corpo como lugar da criação artística. Relações com o outro, manipulação de sequências, utilização de objetos, materiais e tecnologias de informação e comunicação. Estratégias de convergência das artes no palco e no espaço de instalações interativas. Dança e *performance*.

Educação somática. Criação de partituras: Contato Improvisação. Dança contemporânea na prática da Educação Básica.
Objetivos: Compreender o lugar do corpo na criação artística contemporânea, distinguindo as relações com as demais linguagens artísticas para a ação cênica e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas.
Bibliografia básica: CARVALHO, C., SOUZA, M. A. da C. Arte e estética na educação: pesquisa e processos. Curitiba: editora Appris. 2019. ROCHA, Tereza. O que é dança contemporânea? – uma aprendizagem e um livro de prazeres. Conexões Criativas, 2016. SANTOS, Bárbara; BASTOS, Helena; TOURINHO, Lígia Losada; ROCHA, Lucas Valentim. Carnes vivas: dança, corpo e política. (Coleção Quais danças estarão porvir? Trânsitos, poéticas e políticas do corpo, 9). Salvador, editora ANDA. 2020. https://portalanda.org.br/wp-content/uploads/2021/02/ANDA-2020-EBOOK-9-CARNES-VIVAS.pdf
Bibliografia complementar: DORFLES, G. O dever das artes. São Paulo: Martins fontes, 1992. FELDENKRAIS, M. Consciência pelo movimento. 2ed. São Paulo: Summus, 1977. FERNANDES, C. O corpo em movimento: o sistema Laban /Bartenieff na formação e pesquisa em artes cênicas. São Paulo: Annablume, 2002. SOTER, S. A educação somática e o ensino da dança. In: Lições de dança 1. Rio de Janeiro: UniverCidade, 1998. SOUZA, M. A. C. (org) Impressões corporais e textuais: pesquisa em dança. – 1. ed. – São Paulo: All Print Editora 2013.

FASE 7

Componente Curricular: Estágio Entre Linguagens Artísticas em espaços não formais
Área Temática: Arte Educação
Ementa: Artes na comunidade e sua prática social e cultural. O papel do professor como mediador cultural. Teoria e prática das artes na comunidade. As práticas da Arte na comunidade: práticas existentes e estudo de caso. Diagnóstico, elaboração, aplicação e análise de projeto educativo. Socialização das vivências. Inserção das Relações Étnico-Raciais, Direitos Humanos e Educação Ambiental.

Objetivos: Conhecer a realidade do ensino das artes (artes visuais, dança, música e teatro) em espaços não formais para desenvolver, aplicar e avaliar projetos pedagógicos.

Bibliografia básica:

APARECIDA LINO PAULIUKONIS; VANDA MARIA ELIAS; SUELI CRISTINA MARQUESI. Temas de Direitos Humanos.13. São Paulo : Saraiva Jur, 2024. E-book, il. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553626434>. Acesso em: 23 abr. 2025.

BITTENCOURT, Zoraia Aguiar; SOUZA, Fábio Feltrin de (Orgs.). As relações étnico-raciais na sala de aula: propostas pedagógicas. 1.ed. Tubarão: Copiart; Erechim: UFFS, 2016. 271 p. il. (Educação para as relações étnico-raciais, v.3).

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo : Cortez, 2017. 1 recurso online. Docência em formação. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788524926129>. Acesso em: 23 abr. 2025.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von, PARK, Margareth Brandini, FERNANDES, Renata Sieiro (orgs.) Educação não-formal :cenários da criação. . -Cateampinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2001.

RADLOFF, Cintia Mara B. Interfaces de práticas educativas entre museus e escolas do Alto Vale do Itajaí [recurso eletrônico] - 2019.

KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. Analisando a dinâmica da relação museu-educação formal. Caderno do Museu da Vida: O formal e o não-formal na dimensão educativa do museu. 2001/2002, p. 16-25. Disponível em:<http://www.fiocruz.br/museudavida_novo/media/Cadernos-do-Museu-da-Vida-2001-2002.pdf

Bibliografia complementar:

PIMENTA S.G.; LIMA, M. S. L. Estágio e Docência. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

SÃO PAULO. Conceitos-chave da educação em museus: documento aberto para discussão. São Paulo: SISEM, 2015. acesso em: <https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2016/04/Bases-para-a-Pol%c3%adtica-Nacional-de-Museus.pdf>

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

VIDOR, Heloíse Baurich. Drama e teatralidade: o ensino do teatro na escola. Porto Alegre: Mediação/Edital Elisabete Anderle, Fundação Catarinense de Cultura, Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, Governo de Santa Catarina.

ZAMBONI, S. A pesquisa em arte: um paralelo entre arte e ciência. São Paulo: Editora Autores Associados, 2001.

Componente Curricular: **Pesquisa em Arte**

Área Temática: Pesquisa em Arte
Ementa: Estudo das diferentes teorias e métodos de pesquisa em artes. Análise e organização de projeto de pesquisa. Observação e problematização da Arte em diferentes contextos de estudo. Introdução ao desenvolvimento de pesquisas teórico-práticas. Elaboração de projeto de pesquisa. Prática como Componente Curricular – PCC.
Objetivos: Conhecer os aspectos estruturais para elaboração e desenvolvimento de um projeto de pesquisa em arte e arte na educação para as áreas de artes visuais, dança, música e teatro.
Bibliografia básica: ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. Cadernos de Pesquisa: Revista de Estudos e Pesquisas em Educação, São Paulo, n. 113, p. 51-64, jul. 2001. BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Ed, [1994]. 336 p,il. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo : Atlas, 2010. xvi, 184 p, il.
Bibliografia complementar: BAUER, Martin W; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 11. ed. Petrópolis (RJ) : Vozes, 2013. DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. 9. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. MARCONI, Marina de Andrade Fundamentos de metodologia científica / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos; atualização da edição João Bosco Medeiros - 9. ed. - São Paulo: Atlas, 2021. MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 80 p. (Temas sociais, 1). SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio Ancizar. Pesquisa em educação: métodos e epistemologias. Chapecó: Argos Ed. Universitária, 2007. 193 p. (Didáticos).

Componente Curricular: Danças folclóricas e danças populares brasileiras na escola
Área Temática: Dança e Educação
Cultura popular e revisão do conceito de folclore, danças folclóricas. Vocabulário gestual e corporal das manifestações tradicionais, populares e folclóricas. Manifestações culturais que envolvem a história pessoal do aluno. Formação sócio, histórico e cultural da dança brasileira. Danças

folclóricas e populares na prática da Educação Básica. Relação ensino da arte e práticas extensionistas.

Objetivos: Distinguir os conceitos das danças tradicionais, populares e folclóricas no contexto da dança europeia relacionando com a prática na educação básica.

Bibliografia básica:

CONRADO, Amélia Vitória de Souza; ALCÂNTARA, Celina Nunes de; FERRAZ, Fernando Marques Camargo; PAIXÃO, Maria de Lurdes Barros da. Dança e diáspora negra: poéticas políticas, modos de saber e epistemes outras. Salvador, editora ANDA, 2020. (Coleção Quais danças estão por vir? Trânsitos, poéticas e políticas do corpo, 6). 2020. <https://portalanda.org.br/wp-content/uploads/2020/12/ANDA-2020-EBOOK-6-DAN%C3%87A-E-DI%C3%81SPORA.pdf>

GUIMARÃES, J. Geraldo M. Folclore na escola. 3. ed. Barueri: Manole, 2002.

SOUZA, M. A. C. (org.). As Danças Populares no Brasil na Contemporaneidade. Rio de Janeiro, All Print, 2016.

Bibliografia complementar:

COELHO, L. Dança do Ventre e Didática – para professoras e alunas. Livro da Série Metaforma e Movimento – Geometria Corporal Expressiva na Dança Oriental – Volume IV. 1ª edição. Clube dos Autores. São Paulo; 2011.

CÔRTEZ, G.; SANTOS, I. F.; MACHADO, M. B. Rituais e Linguagens da cena: Trajetórias e pesquisas sobre corpo e ancestralidade. Curitiba: Editora CRV, 2012.

NAHACHEWSKY, A. Participatory and Presentational Dance as Ethnochoreological Categories. *Dance Research Journal* 27(1), p. 1-15. (1995, Spring).

ROPA, E. C. Entrelaços de ramos e raízes: a dança europeia no terreno composto da intercultura. In: ANDRADE, M. e BELTRAME, V. N. (org). Poéticas Teatrais: territórios de passagem. Florianópolis: Design Editora / FAPESC, 2008. p. 11-24.

SHAY, A. Choreographing Identities: folk dance, ethnicity and festival in the United States and Canada. North Carolina and London: McFarland & Company, Inc. Publishers. 2006

Periódicos especializados:

- Dance Research Journal
- Lições de Dança - Universidade da Cidade do Rio de Janeiro, 2001 (números 1, 2 e 3 já disponíveis)
- Dança & Cia, publicação bimestral, São Paulo.
- ANAIS da ANDA (Associação Nacional de pesquisadores em Dança)

Área Temática: Fundamentos e Críticas das Artes
Ementa: As artes visuais no contexto do Brasil. A arte Catarinense e a contribuição dos primeiros imigrantes. Relações Étnico-Raciais e Meio Ambiente. Relação ensino da arte e práticas extensionistas.
Objetivos: Caracterizar as artes visuais em Santa Catarina, no Brasil e na América Latina, compreendendo as relações com a Arte Europeia e a América do Norte.
Bibliografia básica: BITTENCOURT, Zoraia Aguiar; SOUZA, Fábio Feltrin de (Orgs.). As relações étnico-raciais na sala de aula: propostas pedagógicas. 1.ed. Tubarão: Copiart; Erechim: UFFS, 2016. 271 p. il. (Educação para as relações étnico-raciais, v.3). CANTON, Katia. Novíssima arte brasileira: um guia de tendências. São Paulo. Iluminuras : FAPESP : USP-MAC, 2001. 198p, il. CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo : Cortez, 2017. 1 recurso online. Docência em formação. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788524926129. Acesso em: 23 abr. 2025. Construtores das artes visuais: 30 artistas de Santa Catarina em 160 anos de expressão. Florianópolis: Tempo editorial, 2005. PROENÇA, Graça. História da arte.17. ed. São Paulo : Ática, 2012. 448 p,il. FARIAS, Agnaldo. Arte brasileira hoje.2. ed. São Paulo: PubliFolha, 2009.
Bibliografia complementar: ADES, Dawn. Arte na America Latina: a era moderna, 1820-1980. São Paulo: Cosac E Naify, 1997. II Bienal Mercosul. Porto Alegre: Fundação Bienal do Mercosul, 2000. Bienal 50 anos: 1951-2001. 1951/2001 - São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2001. BARROSO, Priscila Farfan. História da Arte. Grupo A, 2018. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595022980. Acesso em 30 jun. 2021. DENIS, Rafael Cardoso. A arte brasileira em 25 quadros [1790-1930]. Rio de Janeiro: Record, 2008. DUARTE, Paulo Sérgio; GRINSTEIN, Eva. Rosa-dos-ventos: posições e direções na arte contemporânea = [The wind rose : positions and directions in contemporary art. Porto Alegre : Fundação Bienal de Artes Visuais do Mercosul, 2005. LOPES, Almerinda da Silva. Arte abstrata no Brasil. Belo Horizonte : C/Arte, 2010. MORAIS, Frederico. Artes plasticas na America Latina. Rio de Janeiro : Civilizacao Brasileira, 1979. 214p. OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira. Barroco e Rococó no Brasil. Belo Horizonte: C/Arte, 2014.

SCHLINDWEIN, Izabela Liz. Arte Catarinense para crianças e adolescentes. Blumenau: Nova Letra, 2005.

Componente Curricular: **Teatro de Formas Animadas**

Área Temática: Encenação

Ementa: O teatro de animação na escola. Dramaturgia no teatro de animação. Manifestações do teatro de bonecos popular brasileiro. Cultura multiétnica, diversidade e direitos humanos como temas geradores desta dramaturgia. Teatro de Bonecos, Teatro de Objetos, Teatro Negro, Teatro de Sombras e Máscaras: aspectos teóricos, técnicos e práticos. Relação ensino da arte e práticas extensionistas.

Objetivos: Estudar, produzir e manipular títeres e formas de animação. Estudar a história e as técnicas do teatro de animação e as possibilidades de inserção do teatro de formas animadas na escola.

Bibliografia básica:

AMARAL, Ana Maria. O ator e seus duplos :máscaras, bonecos, objetos. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.

ACHATH, Sati. Teatro de Sombras. São Paulo: Nova Alexandria, 1997.

AMARAL, Ana Maria de Abreu. Teatro de formas animadas: máscaras, bonecos, objetos. 3.ed. São Paulo: Edusp, 1996. 313 p, il. (Texto & arte, 2).

APARECIDA LINO PAULIUKONIS; VANDA MARIA ELIAS; SUELI CRISTINA MARQUESI. Temas de Direitos Humanos.13. São Paulo : Saraiva Jur, 2024. E-book, il. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553626434>. Acesso em: 23 abr. 2025.

APOCALYPSE, Álvaro. Dramaturgia para a nova marionete. Belo Horizonte: Giramundo Teatro de Bonecos, 2003.

CURCI, Rafael. Dialéctica del titiritero en escena: Una propuesta metodológica para la actuación con títeres. Buenos Aires: Colihue, 2007. - FO, Dario. Manual Mínimo do Ator. São Paulo: Senac, 1998.

LECOQ, Jaques. O corpo poético: uma pedagogia da criação teatral. São Paulo: Editora SENAC São Paulo: Edições SESC SP, 2010.

Bibliografia complementar:

AMARAL, Ana Maria. O ator e seus duplos. São Paulo: Edusp/Senac, 2001. – AMARAL, Ana Maria. Teatro de Animação. São Paulo: Ateliê editorial, 1997.

ANGOLOTI, Carlos. Cómics, Títeres y Teatro de Sombras. Madrid: Ediciones de la Torre, 1990.

BLOIS, Marlene Montezi; BARROS, Maria Alice Santos Ferreira de. Teatro de fantoches na escola dinâmica. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1967. - 88 p. :il.

BORBA FILHO, Hermilo. Fisionomia e Espírito do Mamulengo. Riode Janeiro: Funarte,1987. CASATI, Roberto. A descoberta da sombra. São Paulo: Cia das Letras, 2001. –CRAIG, Edward Gordon. Da Arte do Teatro. Lisboa: Arcádia, S/D. CURCI, Rafael. Dialéctica del titiritero en escena: Una propuesta metodológica para laatuación con títeres. Buenos Aires: Colihue, 2007. FOURNEL, Paul. Les Marionnettes. Paris: Bordas, 1982. JURKOWSKI, Henryk. Consideraciones sobre el teatro de títeres. Bilbao: Concha de la Casa,1998. KLEIST, Heirich Von. Sobre o Teatro de Marionetes. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997. MORAES, Eliane Robert. O Corpo Impossível. Iluminuras/Fapesp.2002.
Periódicos especializados: VIANA, Joana Vieira. Teatro de Animação em Sala de Aula. 2016. Dissertação de Mestrado: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4340447 Móin-Móin - Revista de estudos sobre Teatro de Formas Animadas. v. 1 n. 20 (2019): O Teatro de Animação na sala de aula: https://www.revistas.udesc.br/index.php/moin/issue/view/610

FASE 8

Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
Área Temática: Arte na Educação
Ementa: Estudo de procedimentos metodológicos de pesquisa em Artes nas suas dimensões teóricas e/ou práticas. Elaboração e aplicação de projeto de pesquisa. Elaboração de uma monografia ou artigo científico. Composição de banca para avaliação.
Objetivos: : Desenvolver monografia, como vivência de iniciação científica, a partir de conhecimentos teórico/ práticos da arte e do ensino das artes visuais, adquiridos no decorrer do curso, visando o desenvolvimento da capacidade científica, reflexiva, intelectual e criativa.
Bibliografia básica: BAUER, Martin W; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U, 1986. vii, 99 p. (Temas básicos de educação e ensino).
Bibliografia complementar: BOAVENTURA, E. M. Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2007.

LEHFELD, N. Metodologia e conhecimento científico: horizontes virtuais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MANZANO, André Luiz N.G. TCC - Trabalho de Conclusão de Curso utilizando o Microsoft Word 2013 / André Luiz N. G. Manzano, Maria Isabel N. G. Manzano. -- 1. ed. -- São Paulo: Érica, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade Fundamentos de metodologia científica / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos; atualização da edição João Bosco Medeiros - 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. Ed. São Paulo; Ed. Cortez, 2007.

Componente Curricular: **Teatro Catarinense e Brasileiro**

Área Temática: Teoria Teatral

Ementa: O Teatro Catarinense: história e perspectivas. Grupos teatrais catarinenses. Os movimentos teatrais em Santa Catarina: grupalidade e formação. Identidade Brasileira: bases da Cultura Afro-Indígena Brasileira e as manifestações artísticas nos diferentes grupos étnicos do Brasil. A evolução das artes cênicas no Brasil desde o descobrimento até o século XIX. A evolução das artes cênicas no Brasil no século XX. Os espaços de produção das artes brasileiras. Etnocentrismo, aculturação, difusão, alienação e alteridade. O Teatro Brasileiro no século XXI. Relação ensino da arte e práticas extensionistas. Prática como Componente Curricular – PCC.

Objetivos: Dar a conhecer a história da formação do povo brasileiro e, prioritariamente, do Teatro Brasileiro e Catarinense, de suas origens até o século XIX, provocando no aluno a reflexão sobre seu papel histórico. Obter um panorama do Teatro na América Latina.

Bibliografia básica:

FARIA, João Roberto. Ideias teatrais: o século XIX no Brasil. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2001.

FARIA, João Roberto; GUINSBURG, J. História do teatro brasileiro. São Paulo: Perspectiva: SESC/SP. 2012-2013.

MATTOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira.2. São Paulo : Contexto, 2007. 1 recurso online. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788572443715>. Acesso em: 23 abr. 2025.

RODRIGUES, Éder Sumariva. Teatro sim - por que não?!!! : caminhos e processos: 30 anos de atuação. Florianópolis: UDESC, 2016.

SOUZA, Fábio Feltrin de; WITTMANN, Luisa Tombini (Orgs.). Protagonismo indígena na história.1. ed. Tubarão, SC : Copiart; Erechim: UFFS, 2016. 367 p. (Educação para as relações étnico-raciais, v.4).

Bibliografia complementar:

FERNANDES, Silvia; GUINSBURG, Jaco. Um encenador de si mesmo: Gerald Thomas. São Paulo: Perspectiva, 1996. 295p, il. (Signos, 21).

GARCIA, Silvana. Odisséia do teatro brasileiro. São Paulo: Ed. SENAC, 2002. 307p.

GUIMARAES, Carmelinda. Antunes Filho: um renovador do teatro brasileiro. Campinas, SP: UNICAMP, 1998. 183p, il. (Viagens da voz).

LABAKI, Aimar. José Celso Martinez Correa. São Paulo: Publifolha, 2002. 87 p, il. (Folha explica, 52).

MAGALDI, Sábato. Moderna dramaturgia brasileira. São Paulo: Perspectiva, 1998. xiv, 323p.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. (Raimundo). Martins Pena e sua época. 2. ed. São Paulo: LISA; Rio de Janeiro : INL, 1972. 253p.

MENDES, Miriam Garcia. A personagem negra no teatro brasileiro (entre 1838 e 1888). São Paulo: Ática, 1982. 205p, 21cm. (Ensaio, 84).

PRADO, Décio de Almeida. João Caetano: o ator, o empresário, o repertório. São Paulo : Perspectiva, 1972. 245p. (Estudos, 11).).

Periódicos especializados:

Cadernos de Teatro www.otablado.com.br/cadernos-de-teatro/

Revista on-line O Teatro Transcende www.furb.br/oteatrotranscende

Anais da Abrace

Componente Curricular: Prática coral
Área Temática: Práticas interpretativas

Ementa: Música Coral. Formação e preparação técnica de um coro. Leitura musical em conjunto. Afinação e percepção rítmica, melódica e harmônica. Obras corais de diversos estilos, gêneros e períodos. Relação ensino da arte e práticas extensionistas. Compreender aspectos técnicos e práticos do coro na educação básica.

Objetivos: Praticar o canto voral. Vivenciar aspectos técnicos e humanos na formação e preparação de um coro. Leitura musical, técnica e saúde vocal, preparação corporal e ensaio de repertório variado.

Bibliografia básica:

GOULART, Diana; COOPER, Malu. Por todo canto: método de técnica vocal: música popular. São Paulo: G4, 2002. 2 v, il., 2 CDs-ROM.

TELFER, Nancy. Successful warmups. Singer's ed. San Diego, Calif: N.A. Kjos Music Co, c1995- c1996. 2 v, il.

ZANDER, Oscar. Regência coral. Porto Alegre: Movimento: Instituto Estadual do Livro, 1979. Diana Goulart e Malu Cooper. Por todo canto 2. Viena Gráfica e Editora, 2013.

Bibliografia complementar:

DINVILLE, Claire. A técnica da voz cantada. 2. Ed. Rio de Janeiro: Enelivros, 2009.

MARSOLA, Mônica. Canto, uma expressão: princípios básicos de técnica vocal. São Paulo: Irmãos Vitale, c2000. Acompanha CD-ROM.

MARTINEZ, Emanuel. Regência Coral: Princípios Básicos. Curitiba: Dom Bosco, 2000.

ZANDER, Oscar. Regência coral. Porto Alegre: Movimento do Livro, 1979.

GOULART, Diana; COOPER, Malu. Por todo canto 2. Viena Gráfica e Editora, 2013

Componente Curricular: **Poéticas e Processos de Criação em Dança na contemporaneidade**

Área Temática: Teorias e processos compositivos em Dança

Ementa: Processos de organização e sistematização da ação do corpo em cena. Estudo dos sentidos das diferentes organizações de espaço, tempo e relação com a plateia. Pesquisar e experimentar processos de criação colaborativa em dança com estímulo à construção de formatações cênicas específicas às proposições poéticas. Estudo de questões dos Direitos Humanos como argumento para concepções em Dança Cênica. Análise de construções dramatúrgicas em diferentes coreógrafos e estilos. Articulação entre teoria e prática de processos compositivos na Educação Básica. Relação ensino da arte e práticas extensionistas.

Objetivos: Compreender o lugar do corpo na criação artística contemporânea, distinguindo as relações com as demais linguagens artísticas para a ação cênica e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas.

Bibliografia básica:

APARECIDA LINO PAULIUKONIS; VANDA MARIA ELIAS; SUELI CRISTINA MARQUESI. Temas de Direitos Humanos.13. São Paulo : Saraiva Jur, 2024. E-book, il. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553626434>. Acesso em: 23 abr. 2025.

OSTROWER, Fayga, 1920-2001. Criatividade e processos de criação. Rio de Janeiro: Imago, 1977. 189p.

ROCHA, Tereza. O que é dança contemporânea? – uma aprendizagem e um livro de prazeres. Conexões Criativas, 2016.

SANTOS, Bárbara; BASTOS, Helena; TOURINHO, Lígia Losada; ROCHA, Lucas Valentim. Carnes vivas: dança, corpo e política.– (Coleção Quais danças estarão porvir? Trânsitos, poéticas e políticas do corpo, 9). Salvador, editora ANDA. 2020.

<https://portalanda.org.br/wp-content/uploads/2021/02/ANDA-2020-EBOOK-9-CARNES-VIVAS.pdf>

Bibliografia complementar:

AZEVEDO, Sônia Machado de. O papel do corpo no corpo do ator. São Paulo: Perspectiva, 2004. xxii, 326 p, il. (Estudos. Teatro, 184).

BONFITTO, Matteo. O ator-compositor: as ações físicas como eixo de Stanislávski a Barba. São Paulo: Perspectiva, 2002. 147p, il. (Estudos, 177).

MOMMENSOHN, Maria; PETRELLA, Paulo. Reflexões sobre Laban, o mestre do movimento. São Paulo: Summus, 2006. 276 p, il.

ROMANO, Lúcia. O teatro do Corpo Manifesto: teatro físico. São Paulo: Perspectiva; Fapesp, 2005. 250 p, il. (Debates. Teatro, n.301).

XAVIER, Jussara Janning. Grupo cena 11: dançar é conhecer. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2015. 302 p., il.

A departamentalização das componentes curriculares do Eixo Articulador da Artes, assim como do Eixo Específico das Artes se dá no Departamento de Artes da FURB, vinculado ao Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras- CCEAL.

5 CORPO DOCENTE

5.1 COORDENADOR

O Coordenador de Curso deve ser professor do quadro atuando em um dos componentes curriculares do curso (Art. 23). O coordenador é eleito diretamente pelos membros do Colegiado com mandato de dois anos permitida uma recondução imediatamente subsequente (Art. 23). As competências do Coordenador de Colegiado de Curso entre outras atribuições estão previstas no Art. 24 da Resolução FURB nº129/2001.

5.2 COLEGIADO

O Colegiado de Curso, com as competências estatuídas nos Arts. 17 a 25 do Regimento Geral da Universidade, Resolução FURB nº 129/2001, exerce a coordenação didática, acompanhando, avaliando a execução e integralização das atividades curriculares, zelando pela manutenção da qualidade e adequação do curso. Em função da oferta única do Curso de Licenciatura em Artes de Tubarão a composição do Colegiado de Curso se dará com

os professores e professoras que estiverem em exercício com os estudantes a cada semestre. Tendo em vista que os professores em contato com os estudantes serão de ambas as universidades, FURB e UNESC, compreende-se que desta maneira o colegiado se dará com a representatividade dos professores que estarão cientes das necessidades dos estudantes a cada semestre. Sua composição se dará com professores e professoras e dois representantes discentes conforme Resolução FURB nº 129/2001.

5.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

A Resolução FURB nº 73/2010 normatiza o funcionamento do NDE no âmbito da FURB. O NDE constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC. Dentre suas principais atribuições podem-se citar: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento da legislação educacional vigente e demais leis pertinentes; acompanhar o processo do ENADE e propor ações que garantam um nível de avaliação adequado; acompanhar e consolidar o PPC em consonância com as DCNs, o PDI e PPI da FURB; zelar pela contínua atualização do PPC; e, por fim, orientar e participar da produção de material científico ou didático para publicação.

5.4 PERFIL DOCENTE

O corpo docente da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) compreende os professores do quadro, temporários e visitantes, da Educação Superior, do Ensino Médio e da Educação Profissionalizante, sendo:

- I. Professores do quadro, os docentes admitidos mediante aprovação em concurso público de títulos e provas;
- II. Professores temporários, os docentes contratados mediante aprovação em processo seletivo público simplificado, para atividades temporárias de ensino, conforme regulamento;
- III. Professores visitantes, os docentes que desempenham atividades específicas, contratados conforme regulamento.

São atribuições dos professores do quadro as atividades de ensino médio e profissionalizante, graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão e administração, constantes dos planos e programas de trabalho das diversas unidades da FURB.

Quanto ao Regime de Trabalho, o Estatuto do Magistério Público Municipal de Blumenau da Educação Superior, do Ensino Médio e da Educação Profissionalizante, instituído pela Lei Complementar Nº 745/2010, regulamentou o regime de trabalho na Universidade em duas categorias:

I – Tempo Integral – 40 horas semanais – TI;

II – Tempo Parcial Horista – TPH.

Ainda, neste Estatuto, estão normatizadas as admissões dos professores, carreira e responsabilidades.

Almeja-se que os professores, além dos conhecimentos específicos, tenham compreensão de que o desenvolvimento da aprendizagem depende de ampla teia de relações entre estudantes e professores, por meio da mediação colaborativa e que sejam capazes de rever objetivos em um constante exercício de reelaboração de sua prática pedagógica com base na discussão e análise coletiva.

Espera-se que os professores dos eixos específico e articulador das artes sejam capazes de promover espaços de empatia, inclusão e respeito, com um perfil investigativo para conduzir processos de iniciação científica e com experiência artística, cultural plural, articulado com a escola e a comunidade para conduzir projetos de extensão e práticas do componente curricular. Espera-se ainda que seja capaz de albergar os diversos afetos nos processos, atento às políticas educacionais, artísticas e culturais.

No curso de Artes, os professores que ministram as disciplinas do EAL – eixo das licenciaturas são mestres e doutores efetivos ou temporários dos departamentos de educação, artes, história, sociologia e filosofia da Universidade Regional de Blumenau.

No eixo articular das Artes são professores do departamento de Artes, efetivos e substitutos e da parceira UNESC. E do eixo específico, todos os professores que atuam no curso na área de Arte são professores das duas instituições.

5.5 FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE

O professor que irá atuar no curso de Artes - Licenciatura deve se relacionar aos programas de extensão das Universidades (FURB e UNESC), propor novos projetos de pesquisa e projetos

artísticos e culturais, oportunizando aos estudantes o envolvimento no processo de ensino, pesquisa e extensão. São atribuições dos professores as atividades de ensino na graduação, pós-graduação, bem como atividades de pesquisa, extensão e administração, constantes dos planos e programas de trabalho das diversas unidades das duas instituições.

O CCEAL, respeitando os aspectos apresentados anteriormente e buscando implementar processos formativos que contribuam com o DPD, estabeleceu como princípios que a formação continuada parta das necessidades do dia a dia do profissional da educação superior e se proponham temáticas e estratégias de operacionalização que possibilitem ao docente a reflexão, o enfrentamento de propostas e de adversidades vivenciadas na prática. Tais formações são desenvolvidas em parceria com os departamentos, com a Divisão de Gestão de Pessoas (DGDP), Pró-reitoria de Ensino e com o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE).

Contamos na FURB com um Programa de Formação Institucional que continuamente oferece aos seus servidores – docentes e técnico-administrativos – a possibilidade de aperfeiçoamento pedagógico e técnico nas mais diversas áreas de atuação profissional, compreendendo que a formação continuada das pessoas é fator fundamental para o desempenho qualificado da Universidade e ação essencial para a valorização de seus servidores. Nessa perspectiva, para atender ao desenvolvimento profissional dos servidores, incluindo os docentes, a FURB (2018, p. 235) elaborou a política de formação continuada de curta duração por meio da Resolução nº 060/2012, de 19 de dezembro de 2012, incluindo os seguintes princípios: “a) indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão; b) compromisso com os interesses coletivos; c) democratização e socialização dos conhecimentos; d) formação contínua”.

O apoio à participação em Programas institucionais, voltados ao Ensino Superior e/ou à Educação Básica e o Programa de Formação Continuada de Profissionais da Educação, este último vinculado ao CCEAL. Esses programas oportunizam interações, para além do currículo acadêmico em Arte que incluem horas de estudo, aperfeiçoamentos, práticas docentes no que se referem a parcerias e trabalhos em desenvolvimento com a Educação Básica. Portanto, “o conhecimento, o saber, tem sido o elemento legitimador da profissão docente e a justificação do trabalho docente tem-se baseado no compromisso em transformar esse conhecimento em aprendizagens relevantes para os alunos” (MARCELO, 2009, p. 09). Com base nesse compromisso de transformação de conhecimentos em aprendizagens relevantes na perspectiva de um professor reflexivo, é que o curso de Artes - licenciatura se articula com práticas de pesquisa, com práticas docentes e com a comunidade local e mundial para oportunizar formação continuada de qualidade aos professores.

6 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

O corpo técnico-administrativo é constituído pelo pessoal lotado nos serviços necessários ao funcionamento técnico e administrativo da Universidade, com cargos dispostos de acordo com a natureza profissional e a ordem de complexidade de suas atribuições, podendo ser de nível superior, de nível médio ou do ensino fundamental.

7 AVALIAÇÃO

7.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Em consonância com o disposto no inciso V do Art. 8º da Resolução CNE/CP 2/2019 sobre os fundamentos da formação inicial de professores para atuarem na educação básica, entendemos a “[...] avaliação como parte integrante do processo da formação, que possibilite o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso que se fizerem necessárias;”. Assim, a avaliação é compreendida como um processo de investigação, tanto do(a) estudante como dos(as) docentes, da equipe envolvida e da Instituição, no sentido de que “avaliar é interrogar e interrogar-se” (ESTEBAN, 1999, p. 22). Nessa concepção de avaliação, torna-se imprescindível considerar o processo de desenvolvimento do(a) estudante, priorizando-se a avaliação formativa, realizada ao longo do processo educacional, e não apenas em momentos pontuais. Diante desse aspecto, a avaliação é um movimento contínuo que aponta reorganizações e correções no processo de desempenho do(a) estudante, orientando a intervenção, o planejamento e as estratégias do(a) docente.

Em termos gerais, o processo avaliativo deve basicamente pautar-se pela coerência das atividades em relação à concepção e aos objetivos do PPC e ao perfil do egresso. Assim, deve ser levada em consideração a autonomia dos futuros profissionais em relação ao seu processo de aprendizagem e à sua qualificação. A avaliação não deve ser vista como um instrumento meramente classificatório ou como um instrumento de poder, mas como um instrumento de verificação do processo de aprendizagem, capaz de (re)direcionar tanto a prática do(a) docente como a do(a) estudante, em função dos objetivos previstos. Em suma, a avaliação deve verificar a relação entre os objetivos e os resultados, evidenciando-se aí o seu aspecto formativo. Este projeto orienta que a avaliação discente deve ser processual e formativa. Será processual na medida em que estiver voltada para a verificação da evolução do(a) estudante ao longo dos processos de ensino e

aprendizagem, ou seja, não deve ser cumulativa, a não ser nos casos em que as próprias características do conteúdo assim o exijam. Sua função formativa, como o próprio nome diz, será alcançada se for conduzida como elemento de contribuição a mais para a formação do sujeito. Serão considerados, entre outros, os seguintes aspectos: adoção de instrumentos diversificados de avaliação, validação das atividades acadêmicas por instâncias competentes e orientação acadêmica individualizada, sendo recomendado que “As práticas devem ser registradas em portfólio, que compile evidências das aprendizagens do licenciando requeridas para a docência, tais como planejamento, avaliação e conhecimento do conteúdo.” (BRASIL, 2019, p. 9).

Os procedimentos de avaliação relacionam-se com valores culturais e sociais e são resultado de uma construção coletiva em determinado tempo e espaço. São complexos e precisam ser analisados em função das suas especificidades. A avaliação, para além do que se pode entender como aferição de conhecimento pelo estudante, está diretamente vinculada a concepções de educação, de conhecimento, de escola e de sociedade.

Com a avaliação é possível adquirir um entendimento mais amplo quanto à finalidade das atividades pedagógicas, de modo que se possa construir e reconstruir percursos, numa permanente atitude investigadora frente ao conhecimento. No ensino das artes – e das linguagens artísticas de modo geral – os professores, além de avaliarem características inerentes ao conteúdo, precisam atentar para os valores artísticos/estéticos/criativos dos acadêmicos, sendo necessária a organização de práticas avaliativas com instrumentos e critérios justos de avaliação e aferição de saberes, em que o papel da arte contribua para a formação dos sujeitos. Deve legitimar a finalidade e a relevância do processo de ensino-aprendizagem, promovendo o amadurecimento de sujeitos críticos e ativos, como resultado da construção coletiva em determinado tempo e espaço.

Este projeto do Curso de Arte (Licenciatura) segue as normativas da Resolução da FURB nº 129/2001, em que em seu Art. 62 define que a avaliação do processo ensino aprendizagem, nos cursos de graduação, tem por finalidade a promoção por semestre, compreendendo: I) a apuração da frequência; e II) a verificação da aprendizagem. Em relação à frequência para fins de aprovação, é exigido 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total da disciplina em que o discente estiver matriculado, vedado o abono de faltas, ressalvadas as determinações legais.

Quanto à verificação de aprendizagem do discente é de responsabilidade do professor e sugere-se que se apliquem instrumentos diversificados, pois o uso de diversos instrumentos no processo de avaliação permite que o professor não estanque a capacidade do estudante de ir além da sua produção, buscando subsídios para aperfeiçoá-la. Hernández (1998, p. 97) enfatiza que a

avaliação é “[...] peça-chave do ensino e da aprendizagem que possibilita aos docentes pronunciar-se sobre os avanços educativos dos alunos e, a esses, contar com pontos de referência para julgar onde estão, onde podem chegar e do que necessitam para continuar aprendendo”. A avaliação possibilita novos significados nos processos de ensino aprendizagem, demonstrando aos docentes e discentes a clareza da evolução do trabalho desenvolvido na universidade, e, conseqüentemente, serve de instrumento de reflexão e auxílio para compreender outros processos.

Comprometida com a sociedade, a FURB deve se responsabilizar pelos processos formadores dos cidadãos. Nesse contexto, cabe uma abordagem avaliativa emancipatória, como um meio de intervenção pedagógica primordial ao desenvolvimento da aprendizagem.

Na avaliação emancipatória, é necessário que o professor auxilie o estudante, propiciando subsídios para que ele progrida em sua prática artística por meio de uma avaliação processual. A avaliação processual se dá quando o professor analisa todas as atitudes do estudante perante a execução de uma avaliação; em seguida, o professor faz considerações relevantes e parte para um processo de reconstrução do saber. Para Saul, a avaliação emancipatória caracteriza-se como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la. [...] Está situada numa vertente político-pedagógica cujo interesse primordial é emancipador, ou seja, libertador, visando provocar a crítica, de modo a libertar o sujeito de condicionamentos deterministas. O compromisso primordial desta avaliação é o de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam a sua “própria história” e gerem suas próprias alternativas de ação (SAUL, 1995, p. 61).

Segundo Hadji (2001), a avaliação formativa ou emancipatória é um ideal que indica o que deveria ser feito para tornar a avaliação verdadeiramente útil em situações pedagógicas. A avaliação emancipatória permite a crítica da realidade, a libertação dos sujeitos, a transposição do imediato. A avaliação será emancipatória quando tiver um objetivo dialógico que permita a percepção, a crítica, a compreensão e a criação, ou seja, quando tiver um caráter libertador, no sentido de tornar o aluno um ser que saiba questionar e refletir sobre determinado assunto.

Hoffmann (2000) destaca que a mediação deve ocorrer no sentido de dialogar com os estudantes sobre suas inquietações, discutir considerações. Desse modo, de nada adianta uma prova depois de concluído um semestre se o educador e o educando não refletirem sobre as considerações da presente avaliação. No entender de Luckesi (2000), a avaliação emancipatória visa promover os sujeitos e seu crescimento, não podendo ocorrer, portanto, apenas no final do processo formativo,

mas constituir-se parte desse processo, de modo que haja a percepção, a crítica e a prática da aprendizagem dos agentes (aluno e professor).

Assim, neste curso de Arte (Licenciatura), a avaliação com característica emancipatória traz à tona o valor dos aspectos globais do processo de ensino-aprendizagem, da forma de intervenção do professor, do projeto curricular da instituição, da organização de atividades no mercado de trabalho e da importância da formação das identidades e dos valores pessoais. Em Artes, a avaliação deverá agregar questões relacionadas à especificidade do conteúdo e do valor artístico dos trabalhos, tornando a avaliação mais subjetiva que em outras áreas de conhecimento, de forma processual, considerando processo e produto.

No curso de Arte o docente deverá prever no mínimo três instrumentos de avaliação no plano de ensino-aprendizagem, incluindo os critérios e procedimentos que necessitam estar de acordo com o projeto de curso e os mesmos sejam socializados aos estudantes durante o semestre letivo após no máximo 15 dias após ser feita a avaliação.

No que se refere aos resultados avaliativos do discente será expresso numa escala de notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo que seu registro será feito no Ambiente de Aprendizagem, por meio do *Diário Online (DION)*, a ser entregue ao final de cada semestre na Divisão de Registros Acadêmico- DRA conforme calendário acadêmico.

A Avaliação da aprendizagem, de responsabilidade primeira dos professores, é compreendida como um processo contínuo e é foco de reflexões constantes. A avaliação respeita as concepções pedagógicas, sociais e políticas, alicerçadas no planejamento de cada professor, bem como na concepção metodológica assumida por eles. Deve ser processual e levar em conta os objetivos da disciplina e os procedimentos didáticos metodológicos, considerando todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. O professor deve criar instrumentos de avaliação simples, práticos e diversificados, com critérios específicos, principalmente para avaliar a produção artística dos alunos. Esses instrumentos podem ser elaborados individualmente pelo professor ou em parceria com os próprios alunos.

A autoavaliação pode ser proporcionada tendo em vista desenvolver a reflexão do aluno sobre o seu papel de estudante e sobre a sua fruição, produção e cognição dos conteúdos das disciplinas estudadas. A avaliação deve ser vista como um componente dos processos de ensino e aprendizagem em que professor e alunos podem verificar o que aprenderam, aproveitando a oportunidade de rever, replanejar e reavaliar os conteúdos.

7.2 AVALIAÇÃO DO CURSO

7.2.1 Avaliação institucional

A FURB implantou o seu primeiro processo de avaliação institucional em 1995, com base nos princípios e indicadores do PAIUB. A proposta de avaliação institucional construída nesse ano foi conduzida pela COMAVI, constituída por um grupo de docentes de diferentes áreas do conhecimento, nomeados pelo então Reitor, conforme Portaria nº 59/1995. Contudo, os pressupostos de uma avaliação institucional abrangente e sistêmica não foram atingidos, pois na prática a avaliação ficou mais restrita ao ensino e aos serviços. Em decorrência das discussões sobre a avaliação da educação superior em âmbito nacional, a Instituição integrou-se, em 2005, ao SINAES, proposto pelo MEC, pois se percebeu haver consonância quanto à concepção e objetivos do processo de autoavaliação desejado e o proposto em âmbito nacional.

O SINAES dispõe que cada IES, pública ou privada, deve constituir uma CPA, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. A CPA deve ser constituída por ato do dirigente máximo da IES e assegurar a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, com atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição. Seguindo essa orientação, a FURB, por meio da Resolução FURB nº 14/2005, complementada pela Resolução FURB nº 20/2005, reformulou o PAIURB e instituiu a CPA, cuja comissão era composta por 15 (quinze) membros, representantes dos diversos segmentos da comunidade interna e externa.

Mais recentemente, a Resolução FURB nº 25/2015, alterou a redação dos Arts. 8 e 9 da Resolução FURB nº 14/2005, especificamente no que tange à composição da comissão, passando a ser constituída de 08 (seis) membros, sendo: 01 (um) representante do setor responsável pela avaliação institucional; 01 (um) representante do corpo docente, indicado pelo Reitor; 01 (um) representante dos servidores técnico administrativos, indicado pelo Reitor; 01 (um) representante discente, indicado pelo DCE; 02 (dois) representantes da comunidade externa, sendo 01 (um) representante dos ex-alunos da FURB e 01 (um) representante do SINSEPES. O mandato de cada representante é de 03 (três) anos, permitida a recondução.

Desde a institucionalização do processo de autoavaliação da FURB, com base no SINAES, a CPA publicou 4 (quatro) relatórios de autoavaliação. As recomendações dadas pela CPA para as

fragilidades apontadas nos relatórios de autoavaliação são incorporadas no planejamento de metas e ações do PDI.

7.2.2 Avaliação externa

Com base na Constituição Federal/1988, na LDB/9394/1996 e na Política Nacional de Educação, foi criado em 2004, pela Lei nº 10.861/2004, o SINAES com objetivo de assegurar o processo e a qualidade nacional de avaliação:

- a) das IESs, através da Autoavaliação da IES e do PDI;
- b) dos cursos de graduação, através de Avaliações Externas;
- c) dos(as) estudantes, através do ENADE.

O SINAES avalia todos os aspectos que norteiam o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e as relações com a responsabilidade social, o desempenho dos(as) estudantes, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos, zelando sempre pela conformidade da oferta de educação superior com a legislação aplicável.

Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama de qualidade dos cursos e instituições de educação superior do País. As informações obtidas com o SINAES são utilizadas:

- a) pelas IESs, para orientação de sua eficácia institucional, efetividade acadêmica e social, desenvolvimento e adequações do PDI, revisão de seus planos, métodos e trajetória;
- b) pelos órgãos governamentais, para orientar políticas públicas;
- c) pelos(as) estudantes, pais de estudantes, instituições acadêmicas e público em geral, para orientar suas decisões nas escolhas da Instituição e cursos, visto que as informações estão disponibilizadas pelo MEC em site de livre acesso.

O SINAES institui a regulamentação:

- a) da regulação, com atos autorizativos de funcionamento para as IESs (credenciamento e credenciamento) e para os cursos (autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento);
- b) da supervisão, zelando pela qualidade da oferta;
- c) da avaliação, para promoção da qualidade do ensino.

7.3 AVALIAÇÃO DO PPC

O Núcleo Docente Estruturante junto ao Colegiado do Curso deverá acompanhar a implantação do PPC do curso de Artes, estando atento às avaliações dos estudantes em relação às atividades do curso e atuação dos docentes. Além disso, considerando as especificidades do curso e as orientações do Parecer CNE/CP nº 2/2019 que resulta nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial de Professores, a implementação do PPC será acompanhada também por representantes discentes indicados pelo coletivo de estudantes por meio de reuniões e/ou relatórios, conforme definido em comum acordo entre colegiado e esses representantes.

7.4 AVALIAÇÃO DOCENTE

Conforme Resolução FURB nº201/2017 a avaliação docente deve permitir e fornecer subsídios para a criação de políticas de formação continuada e o acompanhamento das atividades de ensino-aprendizagem do(a) docente deve contemplar:

- d) o cotidiano da sala de aula (relação docente/estudante, metodologias de ensino, procedimentos de avaliação da aprendizagem);
- e) os instrumentos institucionais (planos de ensino-aprendizagem, diários de classe);
- f) a autoavaliação;
- g) o resultado da avaliação institucional (avaliação do ensino pelos(as) estudantes);
- h) a participação em programas de formação didático-pedagógica.

O processo de Avaliação Docente é realizado semestralmente pelos estudantes, através da Pró-Reitoria (PROEN) e Divisão de Gestão de Pessoas (DGDP). Cabe à Coordenação do Curso, acompanhada da assessoria pedagógica, chefia de departamento e DGDP a análise dos resultados e encaminhamentos junto ao Colegiado do Curso e demais instâncias para tomada de decisões. Destaca-se que uma das ações decorrentes da avaliação pelos alunos é a formação continuada dos docentes e o apoio pedagógico permanente oferecido pela PROEN, a partir da presença de assessoria pedagógica em cada Centro.

A avaliação docente constitui-se de um instrumento diagnóstico, cujo objetivo central é fornecer subsídios e criar possibilidades para a reflexão e a reorganização da prática pedagógica. Neste sentido, o programa de formação contínua docente é o espaço permanente para essa reflexão.

A avaliação docente contempla as instâncias dos colegiados de cursos, acadêmicos e o próprio professor. No período de estágio probatório, conforme definido na Lei Complementar nº 746/2010, o servidor é avaliado de acordo com os seguintes fatores: conduta ética,

disciplina, relacionamento interpessoal e eficiência. O processo de avaliação de estágio probatório está regulamentado pela Resolução nº 18/2010.

8 INFRAESTRUTURA

8.1 NÚMERO DE ESTUDANTES POR TURMA E DESDOBRAMENTOS DE TURMA

Apresentamos no quadro seguir os componentes curriculares que serão desdobrados, a partir do número de estudantes indicado em cada turma referente ao estágio (conforme regulamento do estágio do curso de Artes e Resolução nº 89, de 1 de novembro de 2018 da FURB).

Quadro 14 - Estudantes por turma

Componente curricular	Número de estudantes por turma
Estagio Entre Linguagens Artísticas na educação infantil	25
Estagio Entre Linguagens Artísticas no ensino fundamental	25
Estagio Entre Linguagens Artísticas no ensino médio	25
Estagio Entre Linguagens Artísticas em espaços não formais	25

Fonte: NDE do Curso (2024)

8.2 ESPAÇOS ADMINISTRATIVOS E DE ENSINO

O Curso de Licenciatura em Artes Tubarão é ofertado em regime especial, em turma única e fora de sede, e para atender a demanda do Edital que oportuniza a criação do curso, as aulas ocorrem nas dependências de uma Escola Estadual, a Escola de Educação Básica Hercílio Luz - Tubarão.

A Escola de Educação Básica Hercílio Luz situa-se no centro de Tubarão e pertence à rede estadual de Santa Catarina. A sala destinada à direção e secretaria tem boas condições acústicas, de ventilação e de iluminação e comporta com comodidade o desenvolvimento das atividades desses setores. Está localizada em espaço acessível a todos os acadêmicos, mesmo aos com dificuldade de locomoção, pois situa-se logo na chegada da escola, com placa de identificação dos serviços ali realizados.

A sala dos professores fica ao lado da sala de direção e é destinada também para reuniões, estudos. Há um computador disponível para os docentes e acesso à internet. Os professores de Artes e Educação Física possuem salas específicas para atividades das disciplinas, além de laboratório de

informática para uso nas atividades curriculares. Todas as salas possuem acesso à internet. Destaca-se que são espaços amplos, com boa ventilação e acústica e comodidade.

A escola possui salas amplas, bem arejadas, que permitem o acesso à Internet, tanto para os docentes quanto para os discentes. Os estudantes semestralmente são alocados em salas de aula com condições de acessibilidade a todos e com espaço adequado para comportar a quantidade de alunos por turma.

A escola possui um laboratório de informática disponível a todos os estudantes regularmente matriculados. Um computador está disponível na biblioteca e pode ser usado para atividades independentes dos estudantes, tais como: consultas à Internet, digitação e impressão de textos.

A escola possui um amplo espaço para recreação nos momentos de intervalo e um refeitório com mesas grandes e bancos onde os alunos fazem suas refeições, inclusive nos horários de almoço e jantar. A cozinha é equipada com vários eletrodomésticos, um fogão industrial e um completo jogo de pratos e talheres.

A escola cede todos estes espaços para o curso de Artes - licenciatura da FURB, disponibiliza acesso à internet e dois datashows para uso em sala de aula.

8.3 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

A Biblioteca da Escola de Educação Básica Comendador Rocha é mantida com recursos da Secretaria de Educação do estado de Santa Catarina. Possui um funcionário que cuida da catalogação, arquivo e empréstimo de livros aos alunos. Sua missão é desenvolver e colocar à disposição da comunidade escolar um acervo bibliográfico que atenda às necessidades de informação para as atividades de estudo e pesquisa, adotando modernas tecnologias para o tratamento, recuperação e transferência da informação.

As obras disponíveis atendem ao público da Educação Básica. Em função do curso de Artes - licenciatura, por intermédio de doação da FURB. Há uma série de livros que atendem a esse público. Está aberta para consultas e permite o empréstimo domiciliar aos discentes, funcionários e professores. Vale ressaltar que a biblioteca também recebe doações de obras da comunidade em geral e realiza campanhas para aquisição de livros, embora boa parte do acervo venha dos órgãos de estado. O horário de atendimento ao público da Biblioteca é das 8h30min às 21h, de segunda a sexta-feira.

Os estudantes contam ainda com o acervo online da Biblioteca Universitária “Professor Martinho Cardoso da Veiga”, que é um órgão suplementar da Fundação Universidade Regional de

Blumenau, conforme disposto no Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau (Resolução n.º 35/2010, Item IV, Subitem II).

Através da sua home page (<http://www.bc.furb.br>), a Biblioteca disponibiliza o acesso remoto às suas informações e serviços, possibilitando consultas ao seu catálogo. Acompanhando a modernização verificada em decorrência do uso da tecnologia de informação, a Biblioteca Universitária está estruturada para ampliar o acesso à informação online com a oferta de conteúdo em meio eletrônico e para a formação de usuários, habilitando-os na utilização de mecanismos de busca e dos meios de acesso disponíveis. Neste sentido, nosso catálogo vem ampliando significativamente a disponibilização de conteúdo online por meio da publicação da produção acadêmica, da participação em redes de bibliotecas e do acesso a portais de informação.

8.4 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

Dentre as necessidades da comunidade acadêmica, no que diz respeito à adequação e à qualificação da infraestrutura, merece destaque a questão da acessibilidade. Proporcionar a máxima autonomia de estudantes e servidores é um compromisso da FURB, tornando democrático o acesso aos seus ambientes, ampliando e facilitando os processos de inclusão, tanto na infraestrutura física quanto nos seus ambientes de ensino-aprendizagem e de comunicação e atendimento. Atender as normas de acessibilidade é uma preocupação constante e está previsto como meta no PDI 2016-2020, que traz diversas ações afim de adequar a infraestrutura da Universidade.

8.5 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

Para as pesquisas de TCC que envolvem seres humanos, será utilizado o comitê de ética da FURB por meio da plataforma Brasil, homologado pela CONEP.

O Comitê de Ética na Pesquisa em Seres Humanos CEPH analisa os projetos de pesquisa, no âmbito da Universidade e região, visando a proteger os seres humanos sujeitos da pesquisa, notadamente na defesa da sua integridade e dignidade. Trata-se de uma instância colegiada independente, de natureza consultiva, deliberativa, normativa e educativa, vinculada à Reitoria da Universidade Regional de Blumenau.

O CEPH é constituído por um docente representante de cada Centro de Curso da FURB, um representante indicado pelo Diretório Central dos Estudantes DCE, um representante da

comunidade externa e um suplente, e um representante de entidade representativa dos usuários e/ou portadores de patologias específicas e deficiências.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em 07 de fevereiro de 2018.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Música, Dança, Teatro e Design. Parecer n. 0195/2003. Disponível em www.portal.mec.gov.br/cne.

ALMEIDA FILHO, N. Universidade Nova no Brasil. In: SANTOS, B.S.; ALMEIDA FILHO, N. A universidade no século XXI: para uma universidade nova. Coimbra: Edições Almedina, 2008.

BENDER, Willian N. Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI. Penso Editora, 2014.

BLUMENAU. Lei Municipal nº 1.459 de 20 de dezembro de 1967. Institui unidades integrantes da Fundação Universitária de Blumenau e dá outras providências.

____. Lei complementar nº 743, de 19 de março de 2010. Dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 71.361 da Presidência da República, de 13 de novembro de 1972. Concede reconhecimento à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Fundação Regional de Blumenau, Santa Catarina.

____. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em 07 de fevereiro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em 07 de fevereiro de 2018.

ESTEBAN, Maria Tereza (Org.). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.